



Universidade Estadual do Ceará

Maria Selma de Castro Araújo

**OS DONOS DA CASA: DAS POLÍTICAS DE
HABITAÇÃO AOS SIGNIFICADOS DA MORADIA.**

FORTALEZA - CE

2005

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Universidade Estadual do Ceará

Maria Selma de Castro Araújo

**OS DONOS DA CASA: DAS POLÍTICAS DE
HABITAÇÃO AOS SIGNIFICADOS DA MORADIA.**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade, da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Políticas Públicas e Sociedade.

Orientadora: Prof^a Dra. Maria Barbosa Dias

FORTALEZA - CE

2005

Universidade Estadual do Ceará
Curso de Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade

Título do trabalho: Os donos da casa: das políticas de
habitação aos significados da moradia

Autora: Maria Selma de Castro Araújo

Defesa em: ___/___/___

Conceito obtido: _____

Banca Examinadora

Maria Barbosa Dias, Prof^a Dra.
Orientadora

Elza Maria Franco Braga, Prof^a Dra.

Maria do Socorro Ferreira Osterne, Prof^a Dra.

AGRADECIMENTOS

Quero iniciar agradecendo ao lugar, à Cidade de Fortaleza, repleta de vida e reflexo de muitas vidas: essa Cidade linda, que mostra uma natureza rica de praias, rios, mangues, ventos e claridade; o sol que a ilumina é sabedor dessa beleza. Da mesma forma, suas contradições são expressas, em meio a sua paisagem: o poder de criação dos seus habitantes, que constrói casas e edifícios, ordena e organiza os espaços, também desorganiza e destrói espaços e lugares. A Cidade linda e contraditória de sua beleza mostra a vida e a anti-vida; e a percepção dos seus espaços e lugares é o presente que agradeço aqui, cuja riqueza me oportunizou as reflexões desta dissertação.

Agradeço também ao lugar – Conjunto São Miguel – particularizando o sentimento de gratidão voltado para cada um dos seus moradores. A gratidão pelos relatos, que fundamentaram este trabalho, coloca-se ao lado de um compromisso que eu reassumo na minha vida: de me colocar inserida nas lutas por melhores condições de moradia, por espaços dignos de vida.

Meus agradecimentos às pessoas e instituições que me favoreceram na realização da pesquisa, principalmente à Caixa Econômica Federal, à equipe social da SDLR (Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional do Estado do Ceará) e à UECE (Universidade Estadual do Ceará), em especial ao Mestrado de Políticas Públicas e Sociedade.

Tenho a agradecer a muitas pessoas, colegas de trabalho e colegas e professores do Mestrado. Agradeço pelos estudos e discussões conjuntas, que me propiciaram conhecimento, reflexões e posturas diante da vida. Um agradecimento especial a Valney Rocha, que partilhou mais intensamente da elaboração do texto, sugerindo e fazendo correções, adequando-o às normas técnicas exigidas.

Quanto aos colegas de trabalho, meu sentimento de imensa gratidão a Célia Maria Abreu Nogueira, por sua amizade e solidariedade em todos os momentos, principalmente naquelas fases mais difíceis, quando me faltaram condições para continuar, de tempo, de idéias e de esperança. Quero

agradecer pelas lições cotidianas de vida que recebo dela, estendendo esse agradecimento a Maria Gorette Menezes e a Maria das Dores Araújo, por compartilharmos idéias, ideais e lutas comuns no dia a dia de trabalho.

Para a Prof^a Maria Esther B. Dias faltam-me palavras para expressar meu reconhecimento, pois não se trata apenas de agradecer a orientação, para elaboração desta dissertação, o companheirismo e o estímulo para continuar. Além dos agradecimentos, quero externar minha admiração profunda por essa pessoa que é capaz de vivenciar as palavras do grande Che Guevara “*Hay que endurecer-se pero sin perder la ternura jamas!*”. A firmeza e ternura da Prof^a Esther me conduziram ao Mestrado, pois foi ela que me estimulou a participar da seleção, estimulando-me também a fazer parte do seu grupo de pesquisa, e, por fim, abrindo as portas de sua casa, para que eu entrasse, fosse orientada e fosse compreendida, nas minhas dúvidas e curiosidades. Ela me lembra a mãe, que exige e acolhe em todos os momentos.

E a lembrança da mãe me alerta para voltar para minha casa, depois dessa viagem pelo mundo da gratidão, recordando as pessoas que fizeram comigo alguns percursos do caminho. Em casa, lembro e agradeço a minha mãe, ao meu pai *in memoriam* e aos meus queridos irmãos, por tudo que vivemos juntos, pelos aprendizados de uma vida compartilhada.

Minhas palavras finais de gratidão vão para os meus filhos, Mariana Araújo Rocha e André Araújo Rocha, para quem os agradecimentos se conjugam com pedidos de perdão, por ter saído em muitos momentos da companhia deles, para me dedicar ao estudo. Asseguro que essa foi a minha dificuldade maior. Exigir da Mariana que me deixasse sozinha, porque eu precisava ler ou terminar de elaborar um texto, e dizer ao André que eu não tinha tempo para compartilhar algo com ele foram as situações mais difíceis. Mas quero dizer que valeu a pena, que o amor por eles é muito maior e que esses momentos podem ser resgatados, na nossa casa e na nossa Cidade: posso viver com eles, em casa, a intimidade e a afetividade, e posso, também, passear com eles pela cidade, mostrando o que eu percebi e conversando sobre as possibilidades de construir uma cidade e um mundo melhor.

RESUMO

O estudo das políticas de habitação e dos significados da moradia, nesta dissertação, foi viabilizado com os fundamentos teóricos das categorias “Espaço, Participação e Identidade” e realização de pesquisa documental e empírica. A moradia foi contextualizada em seus aspectos sócio-históricos, relacionados à questão urbana, às políticas de habitação e aos movimentos sociais, sendo analisado também o Programa Pró-Moradia, no Conjunto Habitacional São Miguel, localizado no Bairro Alagadiço Novo, em Fortaleza. A pesquisa de campo, realizada em 2004, investigou conteúdos relativos aos significados dos espaços de moradia, referentes à percepção e a imaginação dos moradores sobre a casa, o conjunto, o bairro e a cidade, verificando as formas de acesso ao programa e os processos de construção das identidades individuais e coletiva. Os resultados obtidos permitiram identificar: os obstáculos que impedem ou dificultam a execução das políticas públicas de moradia; o significado de conquista adotado pelos moradores em relação à casa, como consequência do trabalho em mutirão; o sentimento de pertencimento, também em relação à casa, que qualifica esse espaço como lugar de domínio e de reconhecimento por parte dos seus moradores; os sentimentos de alheamento em relação ao conjunto, ao bairro e à cidade; por fim, as histórias contadas, relacionadas às moradias anteriores, e os conflitos velados ou ausência de vínculos afetivos entre os moradores no local apontam para a necessidade de aprofundamento desses temas, com vistas à construção ou desconstrução de valores e significados, que assegurem a criação de espaços de moradia, dotados de condições favoráveis, de potenciais de vida e de construção de identidades, individual e coletiva.

ABSTRACT

The study of the housing policies and the meanings of housing in this dissertation was made possible based on the theoretical framework of "Space, Participation and Identity" and on the realization of documentary and empirical research. Housing was contextualized in its social-historical aspects related to the urban issues, housing policies and social movements being also analyzed the "Pro-Moradia" Program, at the São Miguel Housing Set located in the Alagadiço Novo Area, in Fortaleza-Ceará, Brazil. The field research made in 2004, investigated contents related to housing space meanings, related to the inhabitants' perception and imagination of the house, the housing set, the neighborhood and the city, verifying the ways of access to the program, and the processes of building the individual and community identities. The results obtained made it possible to identify the obstacles that prevent or make difficult the implementation of public housing policies, the meaning of conquest adopted by the residents in relation to the house, as a consequence of the construction work shared in group, the feeling of pertaining also in relation to the house, which qualifies that space as a place of dominance and recognition by other residents; the feeling of aloofness in relation to the building, to the area and to the city. At the end, the stories told by the residents in relation to the former domiciles, and the veiled conflicts or the absence of any affective links among the residents suggest the need of studying deeply those aspects in order to build or to unbuild the values and meanings that assure the creation of housing space with better conditions and life potentialities, and the construction of collective and individual identities.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS.....	08
INTRODUÇÃO.....	09
CAPÍTULO 1: MORADIA URBANA – UMA HISTÓRIA RECENTE.....	25
1.1 Cenários Urbanos – contextualização histórica.....	25
1.2 Políticas Urbanas em movimento.....	34
1.3 Algumas conquistas.....	39
CAPÍTULO 2: A CIDADE DE FORTALEZA–EXPRESSÃO E CONTRADIÇÃO. 50	
2.1 Política de Habitação – Programa PRÓ-MORADIA.....	53
2.2 Focalizando o bairro e a cidade.....	61
2.3 Conjunto São Miguel – concepção e construção.....	74
CAPÍTULO 3: SIGNIFICADO DA MORADIA.....	90
3.1 A casa – o sentido de morar.....	93
3.2 Habitar e conviver: conflitos e vínculos afetivos.....	109
3.3 A moradia– um lugar de construção da identidade individual e coletiva.....	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	141
BIBLIOGRAFIA.....	157
ANEXOS.....	162
ANEXO I: Roteiro de Entrevista.....	163
ANEXO II: Instrumentos do Estatuto da Cidade.....	165
ANEXO III: Fotos de trechos não contemplados com a urbanização.....	168
ANEXO IV: Fotos área verde – espaço destinado à praça.....	169
ANEXO V: Mapa de localização – projeto de urbanização.....	170
ANEXO VI: Fotos das casas nos leitos das vias.....	171
ANEXO VII: Fotos de demolição para abertura das vias.....	172
ANEXO VIII: Fotos da construção das casas em mutirão.....	173
ANEXO IX: Fotos das casas e ruas urbanizadas.....	174
ANEXO X: Planta baixa das casas.....	175
ANEXO XI: Fotos – olhando e entrando nas casas.....	176
ANEXO XII: Fotos do interior das casas.....	177

LISTA DE ABREVIATURAS

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD – Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Social
BNH – Banco Nacional de Habitação
CAIXA – Caixa Econômica Federal
CBIC – Câmara Brasileira da Indústria da Construção
CDUI – Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior
COHAB-CE – Companhia de Habitação do Estado do Ceará
CONAM – Confederação Nacional de Associações de Moradores
CONFEA – Conselho Nacional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
DERT – Departamento de Edificações, Rodovias e Transportes
FCP – Fundação da Casa Popular
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FNHIS – Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
FNRU – Fórum Nacional da Reforma Urbana
IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPLANCE – Fundação Instituto de Pesquisa e Informação do Ceará
OGU – Orçamento Geral da União
ONU – Organização das Nações Unidas
PDDU – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PIB – Produto Interno Bruto
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio
SCHP – Sociedade Comunitária de Habitação Popular
SDLR – Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional do Estado do Ceará
SEINFRA – Secretaria de Infra-estrutura do Estado do Ceará
SFH – Sistema Financeiro de Habitação
SNHIS – Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social

INTRODUÇÃO

O tema “Política de Habitação e Significado da Moradia” adota como fundamento central a concepção do espaço de moradia enquanto espaço de vida, de convivência e de organização comunitária. Esse direcionamento resulta de sínteses reflexivas e de alguns percursos vividos, cujo aprofundamento teórico e empírico não se traduz como uma pausa estática, mas encontra-se inserido num dinamismo cotidiano. É nesse cotidiano que o sentimento e a elaboração racional se fazem presentes nas indagações e na busca de respostas, estimulando a curiosidade em favor de novas experiências, conhecimentos e descobertas.

O trabalho intimista do pensamento, das leituras e da escrita, une-se às observações e investigações de campo. A interação com o lugar e com as pessoas transporta-me de um mundo de abstrações individuais para uma vida concreta e coletiva de um lugar, cujas paradas diante de cada pessoa ou grupo também me induzem às abstrações de outras individualidades. A investigação sobre os significados da moradia pauta-se no resultado de muita maturação sobre a vida, associada aos lugares onde ela acontece.

Na sociedade atual, os valores do sistema capitalista apresentam-se como valores contrários à vida, em seus múltiplos aspectos, objetivos e subjetivos; onde tudo ou qualquer coisa ou pessoa tem um valor de mercado e de mercadoria, incluindo aí o homem ou sua força de trabalho. Nesse contexto, a vida passa a não ter espaços, a se construir dentro de vitrines, de um lado, ou escondida, em guetos, cortiços, favelas, embaixo de viadutos e em tantos outros lugares impróprios (brejos, dunas, alagadiços).

O desejo de pesquisar o significado da moradia ressalta a importância que ela representa na minha história. As lembranças e recordações que tenho mais recentes e mais remotas constituem-se em espaços e lugares que influenciaram o meu modo de ser. Lembro-me quando criança do grande sonho de minha mãe em ter uma casa própria: um lugar onde ela pudesse viver e morrer; o lugar seguro e definitivo. Nasci e cresci em

casa alugada, construída de taipa, agregada a várias outras, em formato de vila. Entre os três pequenos vãos e um pequeno quintal, convivendo com mais seis irmãos, vivi minha infância, em que o maior espaço foi o da imaginação. Mesmo diante de toda precariedade, corri, brinquei e voei, como toda criança. Assim, cada etapa da minha vida é relacionada nas lembranças com as imagens das casas onde morei, das pessoas com quem convivi e de todos os lugares que conheci.

Essas casas, os lugares que conheci e vivi construíram minha história, o meu ser. A proposta deste trabalho tem como motivação primeira o sentido de morar, que pode ser traduzido pelo sentimento de existir, pelo potencial de criação e de autocriação (*autopoiésis*). O primeiro desafio refere-se à necessidade de encontrar as bases epistemológicas que me permitam investigar como são atribuídos os significados à realidade e às imagens que são criadas, a partir das relações que se estabelecem com o espaço de moradia.

Com essa motivação inicial, o estudo aqui desenvolvido busca desvendar os significados da moradia, a partir do que é apreendido pelos sentidos e pela consciência, sendo esta entendida como uma atividade constituída por atos, nos quais estão presentes a percepção, a imaginação e a paixão. Outra motivação, que me impulsiona, encontra-se na minha vida profissional. Como Assistente Social, trabalho com processos de emancipação e autonomia do ser humano, objetivando o crescimento de sua capacidade de efetuar escolhas propícias à coletividade. Acredito que na medida em que o homem consiga se apropriar de sua própria história, construída nos lugares e junto com outros homens, este ser capaz estará presente na sociedade, não como mercadoria, objeto de vitrine ou algo a ser escondido, mas enquanto ser de criação, de transformação, aquele que, junto com outros, define como e em que lugar quer viver, que espaço pode e deve ocupar.

Trabalhando com as políticas de habitação popular, saneamento e urbanismo, as quais têm como objetivos atender a carência habitacional, organizar, sanear e infra-estruturar os espaços urbanos, e lidando com essa

questão, principalmente quando o programa se destina à construção de moradias, observo a importância da casa para as famílias, dos espaços urbanos, das condições de saúde e de relacionamentos íntimos e afetivos que esses lugares propiciam. Constatado também como as paisagens urbanas mostram a desigualdade social, a vida e a subvida, as belezas naturais e o caos, a miséria, a pobreza, a exclusão e a espoliação.

Após alguns anos orientando e supervisionando os processos de participação comunitária, desenvolvidos nos programas de habitação, saneamento e infra-estrutura urbana, percebi a necessidade de estudar e pesquisar dados da realidade que suscitavam questionamentos, alguns nem sempre possíveis de serem respondidos de forma lógica.

Essa realidade, no que se refere ao trabalho comunitário – que tem como premissa básica a concepção de moradia enquanto um direito social – apresenta contradições, que são reveladas por atitudes concretas, por parte das famílias contempladas pelos programas. Muitas famílias, após transporem todas as dificuldades para inserção num programa de habitação ou até para construir, no caso de mutirão, vendem a casa, geralmente por valores irrisórios. Em outras situações, a adesão e permanência no programa são nutridas por sentimentos de apego: não se trata apenas de um direito conquistado; aquele “canto” – a casa – representa uma nova possibilidade de viver, um bem-estar excepcional, um futuro de relações afetivas em família e em comunidade.

Os anseios pessoais e a curiosidade científica, aliada a atuação profissional, motivaram este estudo, que visa o aprofundamento de questões relativas à moradia, no sentido de explicitar como as políticas e programas sociais relacionados à questão urbana são elaborados e implementados. Tenciona também resgatar os vários significados da moradia, como espaço de vida, de relações afetivas, de convivência e de organização comunitária, junto às camadas populares tidas como beneficiárias dos conjuntos habitacionais.

O interesse por esse aspecto baseia-se no pressuposto de que a partir dos vínculos que se estabelecem com os locais e com as pessoas, é possível se construir enquanto “sujeito da história”, protagonista da sociedade;

enquanto uma pessoa singular, com necessidades e anseios que caracterizam a individualidade, e fazendo parte de grupos, construindo uma identidade coletiva.

A partir desse pressuposto, a elaboração teórica e a pesquisa proposta neste trabalho são direcionadas a investigar qual o significado da moradia para os participantes do Programa Pró-Moradia¹. Com base nas necessidades sentidas mais concretas e nas representações mais subjetivas do que seja a moradia, várias outras questões se apresentam, como: o que faz com que a família permaneça no programa ou o que contribui para a sua desistência ou saída de um conjunto habitacional? Nessas comunidades, como se dá o processo de construção da identidade coletiva dos participantes e de que forma o trabalho comunitário vem sendo realizado para o alcance desse objetivo? Como são vivenciados, sentidos e atendidos os desejos e as necessidades das famílias, no âmbito da moradia? E como essas necessidades se manifestam e são supridas, face à existência ou não de uma identidade coletiva? Enfim, qual o sentido de morar, percebido pelos moradores, em relação à casa, ao conjunto, ao bairro e à cidade?

A busca de significados faz com que o objeto de estudo torne-se abrangente em conteúdo e em possibilidades de aprofundamento e questionamentos. Daí a necessidade de proceder à delimitação teórica de conteúdos que explicitem as formas de sentir e de perceber o espaço de moradia, uma vez que o sentido e a percepção humana vagam sobre caminhos diversos, que incluem a razão e a emoção, a lógica e os sentimentos. Nesta exploração inicial, quando me lanço à investigação de uma base teórica e metodológica mais propícia ao tema, adoto a crença de que nas formas de elaboração e apreensão do conhecimento esses caminhos se entrecruzam, tornando o universo científico rico em possibilidades e opções para escolha de abordagens, que assegurem maior clareza do objeto de estudo em questão.

¹ Programa com o qual trabalho, desde a sua implantação, em 1996. No segundo capítulo, serão apresentadas as normas e diretrizes desse Programa.

Contextualizar o tema apresenta-se como uma necessidade inicial, pois a partir de uma visão maior, que considere a inter-relação e interdependência deste tema com os múltiplos fatores, idéias e estudos que o circunda, e contextualizando-o também historicamente, é possível delimitá-lo e focalizá-lo com a profundidade desejada.

Também se faz imprescindível o estabelecimento de categorias de estudo que absorvam o conteúdo, como forma de delimitar e definir seus contornos. Compreendendo a moradia como espaço de vida, de convivência e de organização comunitária, proponho-me ao estudo e à fundamentação dos temas: espaço, participação e identidade.

O objetivo maior da investigação sobre a concepção e a percepção dos participantes dos programas habitacionais, acerca do significado da moradia, desdobra-se em objetivos mais específicos, quais sejam: verificação dos níveis de vinculação entre as pessoas e destas com o lugar, como ponto de partida para a identificação ou construção da identidade individual e coletiva; descoberta de possibilidades e níveis de participação das populações de baixa renda nas políticas públicas e programas sociais, voltados para moradia; identificação de processos de convivência, organização e desenvolvimento comunitário, aliados ao sentimento de pertencimento ao lugar.

Definir-me como pesquisadora exigiu pensar em posturas científicas, que justificassem a escolha do método a ser aplicado. Nesse sentido, as posturas clássicas continuam sendo as grandes norteadoras de princípios, formas de proposições e elaboração de conceitos. Primeiramente, elas tratam de definir como deve se estabelecer a relação entre o sujeito e o objeto estudado, quais as formulações teóricas que devem embasar essa área de estudo e quais as regras metodológicas assertivas para se chegar ao conhecimento.

Tanto as teorizações sobre o sujeito e o objeto, como os estudos acerca da objetividade e da subjetividade, surgem enquanto dicotomias que no decurso da história da humanidade vêm sendo questionadas, no sentido de superar o fosso existente entre elas ou aproximá-las e integrá-las num mesmo

processo de construção do conhecimento. A opção por se trabalhar integrando questões objetivas e questões subjetivas, já direciona para uma integração de idéias relativas às formas existentes de observação e apreensão dos dados.

A junção das questões objetivas e subjetivas já se insere neste trabalho como prerrogativa teórica na contextualização do tema e nas categorias de estudo. Considero que somente a objetividade das ciências sociais, vista sob o prisma do positivismo, não é capaz de falar dos significados da moradia, uma vez que esta envolve o sentido de estar num lugar, o bem ou mal-estar, a acomodação e interação do corpo, dos sentimentos e das relações.

Apreender os significados da moradia para realização de um trabalho científico, utilizando métodos e instrumentos de pesquisa, traduz-se, portanto, em um desafio, cujo intuito maior é retratar a questão da moradia, compreendida num princípio de totalidade, propondo-se a incluir tanto os aspectos da realidade objetiva quanto os fundamentos transcendentais tão perseguidos pela ciência clássica, relativos à subjetividade humana.

Considero que o aprofundamento das questões ligadas à subjetividade humana, priorizando o estudo do significado da moradia a partir da apreensão sensível do espaço, por parte dos moradores do conjunto habitacional, não prescinde da necessidade de estudar a questão da moradia enquanto um direito social, uma vez que esse direito, nas sociedades capitalistas, não é assegurado aos segmentos de baixa renda. Assim, também é objeto deste trabalho a Política de Habitação e o Programa Pró-Moradia, inseridos num sistema sócio-econômico, como responsáveis pelo planejamento e construção dos espaços de moradia dos Conjuntos Habitacionais, sendo ainda objetivo deste estudo investigar as formas de acesso a esta Política Pública, ocorridas no local pesquisado.

O paradigma adotado parte do pressuposto que as mesmas pessoas que necessitam de um espaço de moradia e vivem todas as dificuldades impostas por um sistema político e econômico são capazes de sentir, perceber e se construir num espaço. Considero, portanto, que a ênfase dada ao mundo

dos significados, a partir do sentido da moradia aqui pesquisado, não se abstém das análises relativas às condições concretas da vida social. Nesse sentido, proponho-me à interpretação e análise dos dados, relativos à questão da moradia, percebida na sua inteireza, de forma contextualizada, concebendo a necessidade de estudar as contradições econômicas, políticas e sociais, numa perspectiva histórica, bem como estabelecendo conexões entre os conteúdos que envolvem o tema.

Acredito que a construção histórica dos homens e mulheres, nos seus mais diversificados espaços, pode ser apreendida com as mediações teóricas, considerando o universal e o particular. O reconhecimento da historicidade leva a uma decisão de se tomar o destino nas mãos, fazendo e transformando os espaços de moradia, que se tornaram decadentes e precarizados ao longo de uma existência herdada.

O trabalho de campo foi desenvolvido no período de março a setembro de 2004, na Cidade de Fortaleza, num conjunto habitacional de médio porte, denominado São Miguel, concebido e executado no âmbito do Programa Pró-Moradia. Escolhi um conjunto construído sob o regime de produção em mutirão, por considerar que o processo de ajuda mútua envidado na construção das casas já revela alguns aspectos da pesquisa, ligados principalmente aos vínculos estabelecidos entre os moradores no processo produtivo. Na produção em mutirão, existe uma “obrigatoriedade” quanto à participação de todos, seja na organização dos grupos, na edificação, nos apontamentos ou mesmo nas necessidades complementares (de fazer lanches e almoços, cuidar das crianças, etc).

O Conjunto São Miguel localiza-se no Bairro Alagadiço Novo, o qual foi estudado sob o aspecto relativo à formação da identidade coletiva no lugar, bem como no aspecto referente a sua inserção na cidade. A pesquisa permitiu também evidenciar como se implementam as políticas públicas no bairro em questão, verificando em que medida os serviços e equipamentos comunitários locais passaram a atender à população desse conjunto e de que maneira esse atendimento se efetiva.

A amostra da presente investigação envolveu de forma mais direta dezenove famílias moradoras do Conjunto. A escolha das pessoas a serem entrevistadas foi guiada, num primeiro momento, por fatores ligados às possibilidades e disponibilidades de participação. Posteriormente, a escolha se pautou por propósitos definidos, a partir das investigações iniciais, buscando identificar situações diversificadas: de famílias que moravam há mais tempo no local e de outras que vieram de outros bairros; de pessoas que faziam parte da SChP (Sociedade Comunitária de Habitação Popular); de outras que participaram de forma mais ativa no processo de mutirão e daquelas abstraídas de formas diretas de participação na construção do conjunto.

A pesquisa e a análise dos dados foram fundamentadas na abordagem qualitativa, pois somente nessa abordagem é possível identificar os fatores relativos à concepção da moradia, objetivando a ampliação dos conceitos e sentido que ela representa. A abordagem qualitativa pode evidenciar o universo de significados, motivos, aspirações e crenças, valores e atitudes, relações, processos e fenômenos inerentes à vida humana (Minayo, 2000: 21-22).

No conjunto em estudo foi realizado um trabalho de participação comunitária, constando nos projetos correspondentes dados cadastrais e sócio-econômicos dos moradores, os quais, juntamente com as Portarias, Normas e Regulamentos do Programa, permitiram uma pesquisa documental, com possibilidade de efetuar o cruzamento de dados e análises preliminares. O trabalho social realizado foi um facilitador para o conhecimento prévio da comunidade, para os contatos com os técnicos sociais, responsáveis pelo conjunto, favorecendo o desenvolvimento do trabalho de campo necessário para elaboração desta dissertação.

Através da pesquisa documental, que precedeu o trabalho de campo, foi possível identificar características básicas da comunidade e verificar o que foi realizado no âmbito do trabalho social durante a implantação do empreendimento. A fase de observação se efetivou com a realização de visitas ao Conjunto, visitas domiciliares, participação em reuniões comunitárias e

contatos informais com os moradores. Esses procedimentos possibilitaram um contato com as pessoas e com o local, investigando a composição dos espaços, seus formatos, e como se processam as comunicações entre os moradores e as relações de ocupação individual (de cada família) e ocupação coletiva.

A abordagem direta foi viabilizada através de um roteiro, cujos parâmetros metodológicos reportam-se à aplicação de entrevistas temáticas semi-estruturadas, objetivando um contato assertivo e direcionado, ao mesmo tempo em que buscou dar abertura aos participantes para expressão mais livre de idéias, sentimentos e opiniões, momento em que os valores e atitudes puderam ser melhor percebidos.

As categorias e os temas foram estabelecidos no roteiro visando à apreensão de dados e fenômenos, como forma de direcionar a análise e interpretação. A coleta de dados priorizou perguntas abertas colhendo os depoimentos dos entrevistados e incluindo a observação de gestos, expressões e sentimentos relacionados aos temas abordados².

O roteiro – instrumento diretivo formatado (Anexo I) – composto por blocos de questionamentos, encadeados por assuntos – além de buscar apreender a percepção dos moradores sobre o conjunto, o bairro e a cidade, suscita respostas e manifestações de caráter mais sensitivo, provocando lembranças de moradias anteriores, de cantos e de encontros, de intimidades, afetos e conflitos, da vida e das relações presentes nos lugares.

Os contatos mantidos anteriormente com as famílias auxiliaram tanto na informalidade do diálogo quanto no aprofundamento das questões, com vistas à realização de um encontro espontâneo, autêntico e afetivo, de forma a dar lugar aos sentimentos, às percepções, às atitudes, às idéias e aos valores das pessoas entrevistadas, em relação à moradia. O direcionamento das questões, em alguns momentos, objetivou uma reflexão maior em torno da

² Esses dados foram anotados e gravados, de modo sistemático, durante as entrevistas e também na fase anterior, acima mencionada (visitas, contatos informais e participação em reuniões), sendo utilizados como instrumentos, além do roteiro mencionado, o diário de campo, o gravador e a máquina fotográfica.

moradia do ser, da individualidade, para, num momento seguinte, provocar uma reflexão dos encontros, da moradia coletiva, do Conjunto, do Bairro e da Cidade, em favor da percepção de uma dimensão humana integrada. Importa, nessa abordagem, a investigação dos dados objetivos e das subjetividades e intersubjetividades, sentidos, pensados e vividos nos espaços de moradia.

As entrevistas, ao favorecer a expressão do que se pensa e do que se sente, ou seja, as manifestações das idéias e das emoções que se relacionam com a questão da moradia, pretendem elucidar conceitos socialmente construídos pelo segmento pesquisado, acerca da vida nos conjuntos habitacionais, identificando também vínculos e conflitos presentes nesses locais.

A pesquisa de campo foi uma grande norteadora da busca de conceitos e fundamentações. No que se refere às categorias de estudo e análise delimitadas e mencionadas anteriormente – ESPAÇO, PARTICIPAÇÃO e IDENTIDADE – os embasamentos teóricos e empíricos serão trabalhadas enquanto conteúdos de um sistema articulado de temas interligados.

A categoria principal – ESPAÇO – tem em Gaston Bachelard (1993) uma possibilidade de aprofundamento, com um mergulho nas questões da subjetividade humana, unindo ciência e poesia, filosofia e psicologia, fornecendo grandes contribuições epistemológicas ao tema. No seu método, o autor propõe não uma relação do discurso racional com as coisas, mas a relação do homem com o seu saber unificado à sua sensibilidade. Considerando as funções psíquicas humanas fundamentais (do real e do irreal), ele procura harmonizar o racionalismo científico, que deve atuar no domínio da consciência, com a imaginação poética, traduzida pelo homem da *poiésis*, que provém dos domínios arcaicos e profundos, ainda não conhecidos pela razão.

Bachelard, colocando como função da imaginação a unificação do saber e da poesia, do trabalho e do sonho, afirma o caráter essencial da linguagem poética enquanto suporte da subjetividade, como forma para

apreender e analisar as contradições humanas. Conforme Cemin³ (2003), o autor potencializa a razão, a fim de que ela se torne consciente, ao mesmo tempo em que ratifica que a razão é limitada, considerando que ela não vai ao ontológico, ao primordial (gene da criação do ser).

Na obra *“A Poética do Espaço”*, Bachelard, ao estudar a imaginação poética, sugere que *“a imagem não tem necessidade de um saber”* (1993: 4). O autor reconhece a dificuldade de se isentar da racionalidade e da intelectualidade, mas com a intenção de expor nessa obra o potencial de criação do ser humano, a partir da imagem poética, ele ratifica a necessidade do “devaneio”, ou seja, de um esquecimento da racionalidade, a partir do contato sensível do homem com o objeto (imagem). A compreensão filosófica da imagem poética, apoiando-se na fenomenologia da imaginação, estuda o fenômeno a partir da apreensão sensível da imagem pela consciência, *“como um produto direto do coração, da alma, do ser do homem tomado em sua atualidade”* (id: 2).

Pode parecer contraditório, mas o mergulho na subjetividade humana em relação ao espaço, propiciado pela obra de Bachelard, leva ao conhecimento de uma maneira diferenciada de olhar, perceber e sentir o mundo, uma forma verdadeira e integrada. Para ele, *“...todo espaço realmente habitado traz a essência da noção de casa”* (ibid: 25).

As demais categorias de investigação e análise – IDENTIDADE e PARTICIPAÇÃO – têm como foco as inter-relações humanas e as relações dos seres humanos com o lugar de moradia. Com vistas ao aprofundamento teórico dessas categorias, é imprescindível a apreensão das bases científicas da sociologia, enquanto o estudo das relações construídas e mantidas pelas pessoas, dentro de uma visão contextualizada de tempo e espaço.

Como respaldo dessa disciplina, recorro aos estudos de Georg Simmel (1858–1918), considerado como um “ensaísta múltiplo”, que escreveu

³ A autora faz uma análise a partir do livro: BACHELARD, Gaston. O Novo Espírito Científico. Lisboa. Edições 70, 1986.

sobre quase todas as disciplinas das ciências humanas, concentrando, porém, a maior parte de seus estudos na sociologia. Os textos elaborados pelo autor propõem-se ao aprofundamento dos temas e caracterizam-se por uma leitura da realidade de forma mais integrada e abrangente, a qual envolve aspectos que retratam a inteireza da vida, nos seus aspectos objetivos e subjetivos.

A percepção de Simmel relativa à sociedade é identificada enquanto um processo em construção. As dinâmicas interativas dos seres humanos denominadas por ele de “*sociação*”⁴ constituem a sociedade, sendo esta, portanto, resultante de processos psíquicos individuais, de ações e reações, de aproximações e de conflitos, que se estabelecem entre as pessoas. As relações humanas não fazem parte somente de uma exterioridade, mas provêm de estruturas diversificadas, profundas e abrangentes que compõem os seres humanos, bem como os espaços ocupados por eles, e se refletem em todo um conjunto de relações que se estabelecem nas esferas: íntima, dos pequenos grupos e da vida em sociedade. Para Simmel,

*“...a sociedade só é possível como uma resultante das ações e reações dos indivíduos entre si, isto é, por suas interações. São processos psíquicos, intermentais, cujos suportes, como sujeitos da ação, são os indivíduos, as suas consciências, a totalidade da sua vida psíquica”*⁵.

Nessa abordagem as questões relativas às indagações acerca da formação da sociedade ressaltam a importância da subjetividade e da intersubjetividade humana. Serão considerados, neste trabalho, os pressupostos colocados por Simmel, acerca da subjetividade que conduz os processos de interação humana, adotando o conceito de sociação como uma multiplicidade de encontros e desencontros, de junção e de separação, de agregação e de conflitos, numa sucessão de ocorrências dinâmicas inter-humanas, também determinantes na vida social. O processo de sociação, para esse autor, tem como fundamento os impulsos, interesses e motivações dos indivíduos.

⁴ *Sociação* é o termo utilizado pelos Simmelianos norte-americanos como tradução do que Simmel chama de *Vergellschaftung*, que, ao pé da letra, significa *socialificação*.

⁵ A citação foi retirada da Introdução da obra de Simmel na Coleção Grandes Cientistas Sociais, intitulada “Formalismo Sociológico e a Teoria do Conflito” elaborada por Evaristo de Moraes Filho (Simmel, 1983: 20).

Também neste trabalho, cuja orientação básica direciona-se aos vínculos que os seres humanos estabelecem entre si e nos espaços de moradia, duas vertentes precisam ser consideradas: as regras e normas que são pensadas para a convivência das pessoas e organização dos espaços⁶; e os sentimentos vivenciados no cotidiano, que resultam em laços de solidariedade e em conflitos, enfim, em sentimentos de pertencimento, de indiferença ou de repulsa. É intenção deste trabalho o estudo sobre a formação da identidade individual e coletiva do lugar, solidificada com base nessas duas vertentes, construídas a partir das condições sociais dos moradores do Conjunto Habitacional e das condições familiares, históricas, culturais e comportamentais, as quais caracterizam as formas de interação entre as pessoas e destas com o lugar. A base teórica dos temas relativos às identidades individuais e sociais reporta-se aos conceitos de Demo (2002) e Castells (1999), fundamentando-se também nos estudos de Holanda (1995).

Com relação às regras e normas estabelecidas para a vida das pessoas num lugar, incluindo os demais conteúdos referentes às subjetividades e intersubjetividades, inerentes à construção das identidades individual e coletiva, agrego os estudos de alguns autores, que tratam das liberdades humanas individuais e das possibilidades de exercício da vida coletiva⁷. O elo que permeia as contradições presentes entre as liberdades individuais e a coletividade encontra-se nos processos de participação. Pedro Demo insere a necessidade da existência do processo de conquista como condição para se praticar a liberdade e para participar. Segundo ele *“a liberdade só é verdadeira quando conquistada. Assim também é a participação”* (2001: 23).

Um instrumento de viabilização dos processos de participação, priorizado neste trabalho, é a cultura comunitária, cujas concepções de estudo e pesquisa levam em conta os símbolos e valores, o modo de ser, de sentir e

⁶ No primeiro capítulo, serão abordados temas relativos às questões urbanas e as leis de organização dos espaços nas cidades.

⁷ Sobre essas questões, partindo dos estudos clássicos de Rousseau (1712-1778), cujos conceitos referentes às liberdades individuais compatibilizam-se com a vida coletiva, através do estabelecimento de regras capazes de gerar o bem-estar individual e o bem comum, recorro aos autores: Barroco (1999), Gohn (1999) e Heler (2000).

de viver das pessoas do lugar. Demo, ao conceituar alguns instrumentos de participação, afirma que:

a cultura como processo de identificação comunitária (...) é componente essencial do sentimento de comunidade, do sentir-se membro de um determinado grupo, de participar em um projeto concreto de vida. (...) ...cultura comunitária é a parteira da participação. Não há projeto comum de vida assumido em coesão comunitária sem identidade do grupo (2001: 56-57).

A identidade de um grupo pode ser objeto de análise em diversas esferas e em tempos variados, submetida a classificações e conceituações diferenciadas. Holanda (1995), nos seus estudos sobre a maneira de ser no Brasil, escreve a história do país sem se limitar a nomes de personalidades e datas dos acontecimentos, aprofundando aspectos do conhecimento científico esclarecedores e ao mesmo tempo geradores de muitos questionamentos, mergulhando de fato na essência e nas *Raízes do Brasil*. Na sua forma de explicitar conceitos, utiliza-se de conteúdos históricos, com base na fundamentação e análise das contradições. Quando o autor trata como marco referencial de mudança no Brasil a abolição, iniciada com a proibição do tráfico de escravos e, como consequência, a gradual transposição da população da área rural para as cidades, tudo é cuidadosamente estudado, associando as análises psicológicas e sociológicas na construção histórica.

Essa opção de análise agrega conteúdos sócio-históricos sem desconsiderar as questões relacionadas à subjetividade humana, favorecendo, nesse sentido, a perspectiva conceitual de Castells, adotada neste trabalho, relativa à identidade:

“A construção de identidades vale-se da matéria prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espço” (1999: 23).

Finalmente, os subsídios teórico-metodológicos, utilizados no trabalho de pesquisa, leitura, análise e exposição dos resultados apreendidos, buscam agregar formas de investigação dos aspectos inerentes à subjetividade

humana, aliados à contextualização sócio-histórica que fundamenta o sistema econômico e político, os quais também estabelecem e enraízam valores e formas de pensar o espaço de moradia. A fundamentação dos temas, compreendendo as concepções teóricas e as análises resultantes da investigação de campo, objetivam compor os capítulos desta dissertação.

O primeiro capítulo “MORADIA URBANA – UMA HISTÓRIA RECENTE” objetiva contextualizar a questão urbana e a política de habitação no Brasil, priorizando marcos históricos relativos à construção e ocupação dos espaços nas cidades, bem como desvendando a recente história dos movimentos sociais na luta em favor de políticas e programas sociais voltados para organização, partilha, apropriação e uso dos espaços de moradia.

No segundo capítulo, “A CIDADE DE FORTALEZA – EXPRESSÃO E CONTRADIÇÃO”, o enfoque do trabalho se prende ao estudo da realidade local, da Cidade de Fortaleza, do Bairro Alagadiço Novo e do Conjunto Habitacional São Miguel, âmbitos da pesquisa realizada com vistas à elaboração deste trabalho. Neste capítulo, a explicitação do Programa Pró-Moradia, enquanto recente política pública responsável por construir moradias para os mais pobres, objetiva contextualizar o campo da pesquisa, identificando nessa política nacional a concepção e construção do conjunto.

A cidade, o bairro e o conjunto são analisados frente a uma realidade de vida dos moradores, cuja proposta também se destina ao trabalho de investigação sobre a percepção e o sentimento desses moradores, em relação a esses locais de moradia. Por fim, é analisado o trabalho social, exigido pelas normas e diretrizes do Programa, implementado no Conjunto São Miguel, na tentativa de identificar os resultados do processo de participação comunitária proposto.

No terceiro capítulo – SIGNIFICADO DA MORADIA – pretendo explorar a moradia como o espaço da existência, o lugar onde a vida cotidiana acontece, cujos processos de construção das identidades individual e coletiva abrangem questões objetivas, subjetivas e intersubjetivas, relativas aos

valores, crenças, motivações e atitudes, as quais constroem individualidades e a vida comunitária do lugar.

Numa primeira parte “A casa – o sentido de morar” são tratados os dados da pesquisa de campo, relativas ao sentimento de morar, aos cantos e lugares, onde esses sentimentos se presentificam, e à moradia dos sonhos. Em seguida abordo as questões relativas à convivência humana, com seus conflitos e vínculos afetivos. E, finalmente, proponho-me a fundamentar o tema relativo à moradia como lugar de construção da identidade individual e coletiva, abrangendo conceitos teóricos e dados empíricos sobre a construção de seres humanos e de atores sociais. Pretendo identificar junto aos moradores do Conjunto São Miguel as lembranças dos lugares de moradia do passado, as imagens desses lugares, associando com as questões da moradia atual e de suas representações, evidenciando o lugar de construção do ser e da coletividade; um lugar onde os contatos íntimos e as relações sociais, a vida afetiva e a vida comunitária, podem possibilitar um desenvolvimento individual e genérico do ser humano.

CAPÍTULO 1 – Moradia Urbana: uma história recente

1.1 Cenários urbanos – contextualização histórica

“Poderia falar de quantos degraus são feitas as ruas em forma de escada... A cidade não é feita disso, mas de relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado: a distância do solo até um lampião e os pés pendentes de um usurpador enforcado, o fio esticado do lampião à balastrada em frente e os festões que empavesavam o percurso do cortejo nupcial da rainha...”
(Calvino, 1990: 14).

A contextualização histórica referente aos processos de urbanização é de grande importância para o entendimento e exposição dos temas relativos à questão social de habitação, aos movimentos sociais que surgiram, face às demandas e carências de moradias, bem como para o estudo das políticas implementadas que objetivam o atendimento dessas carências. O aprofundamento desses temas tem como objetivo compreender os processos de ocupação do espaço, de urbanização das cidades e, por fim, compreender como os valores, relacionados a esses processos, emergem e se mantêm com base nas relações sociais do sistema capitalista, em seu contexto brasileiro, de modo geral, e da cidade, em particular.

Discutir a questão da moradia urbana impõe a necessidade de contextualizá-la no interior dos sistemas políticos e econômicos. Os temas desenvolvidos neste item priorizam o estudo das questões urbanas, enquanto acontecimentos inseridos num processo histórico, considerando que os espaços e os lugares⁸ que se constroem nas cidades não se separam da ação política dos seus habitantes. Essa ação política, vivenciada no cotidiano,

⁸ Tuan qualifica o espaço através da capacidade de mobilidade (área, localização, distância) e o lugar como objeto dotado de concepções valorativas – *“um objeto no qual se pode morar”* (1983:14). Para o autor, o espaço representa liberdade e o lugar segurança, não sendo possível atribuir uma definição isolada de cada um, pois *“o que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor”* (id: 6).

fomenta as regras e normas que se estabelecem para a organização dos espaços e para a vida coletiva do lugar.

Ressalto, porém, que neste trabalho, as concepções relativas aos espaços produzidos não se restringem à análise do processo produtivo, apesar de conceber a impossibilidade de desvincular o sistema de produção dos espaços e lugares onde ele acontece, como resultado da ação e do trabalho humano. Somente em resposta a uma necessidade de compreensão e aprofundamento, proponho-me a fazer alguns recortes e colocar algumas lentes que limitam os aspectos a serem estudados. Sei que não é possível realizar estudos sobre as questões urbanas sem considerar as relações do sistema de produção capitalista. Entretanto, na tentativa de fazer um corte teórico, apresento como justificativa a concepção de que os espaços, as regiões e os lugares não são produzidos somente, ou pelo menos em essência absoluta, pelo sistema econômico. Na verdade, considero que as cidades, mesmo sendo um local de produção e reprodução do sistema econômico, constroem-se no mundo político, onde a ação humana e a coletividade, retratada nos movimentos sociais, embora de forma restritiva, exercem seu poder de desenhar espaços e fixar lugares.

O foco da análise contextual sobre os espaços urbanos, aqui proposto, agrega aspectos ligados à subjetividade humana, os quais favorecem ou impedem os avanços dos movimentos sociais e as lutas coletivas, pois nesses movimentos encontram-se presentes os sentimentos humanos, que vinculam e desagregam pessoas. Porém, não é objetivo desta análise esquecer os processos de racionalidade que constroem os espaços urbanos. Nesse sentido, considero a importância das questões ligadas à racionalidade da ação política, das leis e dos movimentos sociais. Essa racionalidade é a forma de expressão humana mais visível, cuja capacidade e poder de se firmar são extraídos também das subjetividades presentes nos indivíduos e nas relações que eles estabelecem entre si e com o espaço que constroem.

Como reflexão inicial, faz-se necessário afirmar que, em todas as épocas, as maneiras como os sistemas políticos e econômicos se instalam, as

contradições que geram e os problemas humanos e sociais que surgem, exigem do Estado ações de regulação. Dentre essas ações, destacam-se aquelas orientadas para equacionar as questões sociais, de forma a compor a ordem social e política e/ou a evitar que elas se tornem obstáculo ao crescimento econômico.

As diversas formas de manifestação das questões sociais no sistema capitalista advêm de suas contradições, intrínsecas e precisas, que geram desigualdades. Estas podem ser percebidas através da dicotomização entre a riqueza e a pobreza, construídas num processo histórico de interdependência nas relações entre os homens.

A partir do século XIX, nos períodos de pós-guerra, o processo de industrialização e as formas de tratamento da questão social foram modificados, em prol da ordem política e econômica. A questão social emerge como resultado das grandes transformações sócio-econômicas e políticas, desencadeadas pelos processos de urbanização e industrialização. As políticas públicas de cunho social aparecem no horizonte do sistema econômico e da ordem política como formas de estabelecer regulações.

No Brasil, o elo que liga a urbanização ao desenvolvimento industrial revela um acirramento das questões sociais com o aumento das desigualdades e o agravamento das condições de vida de grandes contingentes de população⁹. O processo de urbanização no País foi marcado pela exclusão, fortalecido por uma cultura arraigada no patrimonialismo. Maricato qualifica a urbanização no Brasil como uma *“tragédia urbana”*, afirmando que esta *“tragédia tem suas raízes muito firmes em cinco séculos de formação da sociedade brasileira, em especial a partir da privatização da terra (1850) e da emergência do trabalho livre (1888)”* (2001: 23).

A posse e a reserva de terras no Brasil, consideradas como fator de segurança, reflete uma tradição mantida nas origens do país. A consolidação

⁹ Em dados percentuais: a população que vivia em área urbana em 1940 era de 26,3% do total, aumentando para 81,2% em 2000. Em números absolutos: *“em 1940 a população que residia nas cidades era de 18,8 milhões de habitantes e em 2000 ela é de aproximadamente 138 milhões”* (Maricato, 2001:16).

dessa tradição assegurou o poder político de grandes proprietários de terras, na segunda metade do século XIX. A questão fundiária associada às questões ligadas à passagem do trabalho escravo para o trabalho livre tem uma forte relação com os processos de urbanização e de construção das cidades.

Segundo Holanda (1995), a formação inicial das cidades no Brasil funcionava sob a dependência do meio rural. A proibição do tráfico de negros, a abertura de crédito a outros negócios, a implantação de vias férreas e o incremento da importação e exportação favoreceu uma transformação na economia e na paisagem do país, incrementando o desenvolvimento urbano, já perseguido por negociantes e comerciantes. Estes, a princípio, contrariavam os interesses hegemônicos dos grandes senhores de terra da época.

Porém, no período de 1850 (Lei Euzébio de Queiroz) a 1864, quando ocorreu a grande crise comercial, a transformação do País nos seus aspectos econômicos, sociais e políticos, procurava se ordenar enfrentando toda sorte de confronto de interesses de um Brasil até então oligárquico e aparentemente estável. Agora, o poder de mando político era tomado pelos filhos dos latifundiários, intelectuais com formação europeia, sendo eles próprios os precursores de muitos movimentos emancipatórios, que reivindicavam mudanças na estrutura agrária e colonial.

A crise comercial de 1864 representou um aviso e um choque diante da tentativa de vestir o país com roupagem moderna, buscando transformar estruturas patriarcais e escravocratas e criar no Brasil a possibilidade de ascensão da burguesia, já vivida em países mais desenvolvidos. Os valores cultuados relativos ao trabalho manual e ao trabalho intelectual – este se sobrepondo ao primeiro, de forma a colocá-lo num plano inferior – assegurou no Brasil colônia e no império o domínio dos grandes senhores.

Esses senhores, grandes proprietários de terras, fizeram de suas casas de engenho o modelo da forma de vida brasileira, patriarcal, personalista e dicotomizada entre os que pensam e mandam e os que obedecem e fazem. Os apelos sobre a necessidade de se desenvolver a inteligência e o saber intelectual mais ainda ratificaram um modo de viver e de se organizar no Brasil,

transferindo agora toda forma de organização doméstica, de senhores e escravos, para os domínios dos espaços urbanos.

Dessa forma, em todo território do Brasil, o processo de urbanização processou-se de forma a assegurar o estilo patriarcal e patrimonialista, que priorizou o particular em detrimento do público e do coletivo. Nas origens, nos dois primeiros séculos de colonização, as cidades construídas ficavam desabitadas a maior parte do tempo, pois seus donos moravam nas suas fazendas e somente iam para a cidade nas ocasiões de festas. Somente no terceiro século (Séc. XVIII), em alguns locais, as cidades passaram a ser mais habitadas por comerciantes.

Conforme Holanda (1995), a herança rural das cidades brasileiras, no tempo do império, se estabelece com a ditadura do domínio agrário. Os senhores de terra assumem nos centros urbanos os postos mais elevados, sugando da lavoura (meio rural), da terra e do trabalho servil (não mais escravo) os privilégios e a vida ociosa.

Nesse período, as preocupações governamentais já se voltavam para a questão da moradia, face ao aumento da população urbana ocorrido com a instalação de pequenas indústrias nas cidades. Inicialmente, o Estado atendeu as situações precárias de habitações, que favoreciam a proliferação de doenças e surtos. A partir de 1882 foram feitas concessões e incentivos às empresas para que construíssem casas para os operários e pobres. Até a década de 1930, a habitação era um problema de saúde pública¹⁰, tendo poucos investimentos para a área.

No mesmo período – década de 1930 – a conjuntura mundial apresentava outra configuração. As teorias keynesianas começam a ser utilizadas como base para o modelo de regulação social dos governos. A elaboração das Políticas Públicas nessa conjuntura¹¹ emerge da correlação

¹⁰ Isso refletia a relação estabelecida entre a pobreza (más condições de moradia) e as epidemias, pois era comum a ocorrência delas nos mocambos e favelas.

¹¹ Esse período, demarcado por intervenções do Estado, apontou para a possibilidade político-econômica e histórica do *welfare state* ou estado de bem-estar social.

de forças entre o liberalismo econômico, que atribuía ao mercado o poder de auto-regulação, e as demandas dos sindicatos e dos movimentos sociais.

No Brasil, bem como nos demais países periféricos, de economia dependente, no período pós-guerra, muito pouco se fez no sentido de beneficiar as camadas populares com as devidas políticas sociais. A diferença entre o Brasil e os países que adotaram a filosofia Keynesiana pode ser identificada, no período, pelo não estabelecimento de políticas com garantias relativas aos direitos sociais universais, conforme implantado no modelo social-democrata e não contemplando, também, a todos os trabalhadores, a exemplo da posição adotada pelo modelo Bismarkiano. No Brasil, as políticas públicas caracterizam-se por serem implantadas na perspectiva do atendimento aos elevados níveis de carências já manifestos.

Nessa conjuntura, na política brasileira, a partir de 1930, predominava o sistema de governo populista, que preconizava à colaboração de classes em detrimento das iniciativas oriundas das lutas de classes. Através do apelo a uma ideologia difusa de adesão das massas, as políticas sociais tinham como firme propósito conter os movimentos de trabalhadores e cooptar órgãos de classe, sindicatos ou outros movimentos de categorias trabalhistas. A economia do Brasil, nesse período, foi marcada por grandes mudanças: de um país agrário exportador, ele passa a investir no desenvolvimento industrial e este fato tem uma relação direta com a intensificação dos processos de urbanização.

O desenvolvimento econômico, propiciado nesse período de industrialização no Brasil, exigiu políticas públicas de habitação e de urbanização. Em 1946, registra-se a primeira política de habitação nacional, com a criação da Fundação da Casa Popular – FCP. A intenção era apoiar os poderes públicos, Prefeituras e Estados, na melhoria das condições de moradia dos centros urbanos, com saneamento e habitação. Os recursos eram apenas orçamentários e a escassez de verbas determinou que as intervenções se concentrassem somente na construção de unidades habitacionais. *“No período de 1930 a 1964 foram financiados cerca de 143 mil imóveis (novos e usados)*

com recursos federais e 171 mil com recursos estaduais e municipais” (Blank, 2000).

As questões sociais urbanas, nesse momento da história, se agravam a passos largos, com o crescimento das cidades, a escassez de habitações e a falta de infra-estrutura, especialmente aquelas relativas ao saneamento básico. Para o entendimento dessas questões, a contextualização política e econômica é imprescindível, haja vista que o crescimento econômico numa sociedade capitalista, onde as desigualdades sociais são extremas, resulta numa crise, pois a superprodução e a superacumulação geram também um subconsumo. Por um lado favorece maior exploração do trabalho, mais comprometimento e mais-valia, e por outro lado diminui-se a capacidade de consumo.

No contexto político, o ano de 1964 caracteriza-se como um marco histórico, acarretando mudanças relativas ao desenvolvimento econômico, com a modernização da própria economia, o aumento da produtividade e a entrada do capital estrangeiro no Brasil, em parceria com o Estado. O golpe militar de 1964, que instituiu o regime político ditatorial, caracterizava-se por forte censura, ausência de eleições, controle do Congresso Nacional e repressão violenta aos opositores, com torturas, exílios, mortes e desaparecimentos. As políticas sociais eram instituídas de cima para baixo, seguindo preceitos de estratificação, com base na tecnocracia. Segundo Faleiros:

“Esse modelo repressivo, centralizado, autoritário e desigual, foi sendo implantado como um complexo assistencial-industrial-tecnocrático-militar. Controlado pela gestão tecnocrática, não veio a se constituir como um projeto universal de cidadania” (2000:48).

Em 1964 foi criado o BNH – Banco Nacional de Habitação – com o objetivo de promover a aquisição e a construção da casa própria, especialmente para as famílias de baixa renda, com recursos provenientes do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. O BNH aos poucos foi se consolidando como um banco de investimento, com atuação nas áreas de habitação, desenvolvimento urbano e saneamento.

De uma forma resumida, pode-se afirmar que o BNH serviu para reativar a economia, favorecendo a compra da casa própria, principalmente para a classe média, através da concessão de financiamentos. Com o BNH, entre 1964 e 1985, o número de novas moradias alcançou mais de quatro milhões, sendo também, no período, implantado os principais sistemas de saneamento do país. Isso mudou as paisagens das cidades. O incremento econômico no ramo da engenharia civil e na produção de material de construção propiciou o crescimento do PIB nos anos de 1970, beneficiando principalmente grandes grupos privados da construção civil, produzindo, conseqüentemente, um grande poder de influência desses grupos na economia e na política.

Os programas do BNH propiciaram a construção de grandes conjuntos habitacionais que, em muitos casos, inviabilizavam uma política de desenvolvimento urbano que favorecesse o uso democrático do espaço da cidade. Além de não atender as camadas de mais baixa renda, estes empreendimentos segregavam e isolavam os conjuntos da malha urbana, construindo-os fora da cidade. Mesmo assim, a perspectiva da casa própria era perseguida por muitos na tentativa de aquisição do bem, gerando uma concorrência para inscrição nesses programas. Por outro lado, a necessidade de permanecer próximo aos serviços urbanos e ao trabalho impulsionava as populações mais carentes a ocupar espaços de “ilegalidade”, de construções improvisadas, em lugares impróprios.

Em ambas as situações, percebe-se que, nas cidades, a marca fundamental da economia capitalista, aliada à cultura patrimonialista, traduz-se num processo de urbanização excludente, também apoiado pelo Estado, na elaboração ou execução das políticas públicas.

No mundo, a partir da década de 1970, inaugura-se uma nova fase, com um novo modelo de intervenção do Estado, que se expressa a partir do surgimento das teses neoliberais, que deram uma outra configuração ao modelo econômico, incluindo a modificação das formas de produção e das relações sociais no sistema capitalista. Essa fase se materializa no desmonte

das formas de regulação da economia e das políticas sociais. Nela se constata o aumento das desigualdades sociais, com o crescimento do desemprego e da pobreza.

Os impactos de um outro modelo de Estado e da economia nos países mais pobres apresentam peculiaridades. Em relação às questões urbanas no Brasil, a progressividade linear crescente com que se agravam as condições de moradia refletem os elevados índices de pobreza também crescentes da população.

A política Nacional de Habitação instituída pelo BNH não conseguiu sequer estabilizar um quadro de déficit e de más condições de moradia. A direção dos financiamentos para a classe média¹² fez com que as camadas mais pobres da população das cidades buscassem, fora das políticas públicas, formas improvisadas de morar, construindo grandes conglomerados de favelas e de habitações precárias, em locais impróprios, acumulando, por outro lado, grandes danos ambientais.

A complexidade dos problemas urbanos formados ao longo das últimas décadas, passa a exigir dos governos e da sociedade um compromisso real de mudanças na condução das políticas públicas e das leis de uso e ocupação das cidades. Afinal, dados atuais do IBGE mostram que o Brasil tem 82% da população morando em cidades. O caos instalado nas áreas urbanas atinge fortemente todas as metrópoles brasileiras.

As grandes cidades convivem com os crescentes problemas habitacionais, a ausência de regularização fundiária, a precariedade ou inexistência de infra-estrutura básica e saneamento ambiental, a deficiência de transportes coletivos, a ocupação inadequada em áreas de preservação ambiental e o aumento da violência.

¹² Segundo Kowarick, “80% dos empréstimos do Banco Nacional da Habitação foram canalizados para os estratos de renda média e alta, ao mesmo tempo que naufragavam os poucos planos habitacionais voltados para as camadas de baixo poder aquisitivo. É contrastante neste sentido que as pessoas com até 4 salários mínimos constituíam 55% da demanda habitacional ao passo que as moradias colocadas no mercado pelo Sistema Financeiro de Habitação raramente incluíam famílias com rendimento inferior a 12 salários.” (1979: 49-50).

Nos próximos itens deste capítulo, relato sobre as políticas urbanas na atualidade, buscando também contextualizar uma fase que se inicia com mudanças políticas, econômicas e institucionais, relativas ao fim da ditadura militar, à extinção do BNH e ao surgimento de movimentos sociais urbanos¹³.

1.2 Políticas Urbanas em movimento

*“Quem é rico mora na praia
Mas quem trabalha nem tem onde morar
Quem não chora dorme com fome
Mas quem tem nome joga prata no ar
Oh, tempo duro na memória
Oh, tempo escuro no ambiente
O tempo é quente e o dragão é voraz
Vamos embora, sem demora
Vamos embora, minha gente
Vamos pra frente
Que pra trás não dá mais
Pra ser feliz num lugar
Pra sorrir e cantar
Quanta coisa a gente inventa
Mas no dia que a poesia se arrebenta
É que as pedras vão cantar”*

(Letra da música de abertura da novela *Pedra Sobre Pedra*, extraído do Manual da Campanha da Fraternidade. CNBB, 1993:105).

As formas de organização social oriundas da ação política, ao definirem os sistemas sócio-políticos e econômicos do Estado, impõem padrões e formas de vida aos habitantes que ocupam as cidades. A necessidade de falar sobre as políticas referentes ao espaço urbano no Brasil, relacionando-as ao contexto sócio-político e econômico, conta com o desafio encontrado em relatar sobre algo que está em movimento: esse conjunto de acontecimentos sobre o urbano e as cidades que parecem estar em ebulição. Falo dos avanços obtidos nos movimentos sociais em favor da reforma urbana, na Constituição de 1988, na criação do projeto Moradia pelo governo paralelo, na regulamentação da Lei Estatuto da Cidade e na criação do Ministério das Cidades.

¹³ Para conceituar e qualificar os movimentos sociais urbanos ver GOHN (1991: 33-50).

No Brasil, as questões sociais urbanas atualmente encontram-se priorizadas nas primeiras pautas das ações de governo, estando presentes também nas mais diversas lutas e movimentos sociais. Infelizmente as causas que suscitaram debates sobre a questão do uso da terra, tanto nos espaços rurais como nas áreas urbanas, não são animadoras. A forma de apropriação e mercantilização desses espaços geraram ou acirraram processos de desigualdade, que hoje assumem dimensões assustadoras. Junto ao progresso anunciado para as cidades, essa forma origina “doenças crônicas” nas relações sociais, econômicas e políticas, criando um submundo, onde a vida é ameaçada a cada momento: um submundo com subvidas.

As intervenções do Estado passaram a ser imprescindíveis para a organização das cidades e atendimento dos elevados índices de más condições de moradia e demanda habitacional. A partir dessa carência e demanda também surgiram os movimentos sociais, cujas reivindicações reportam-se às necessidades de habitação, saneamento e infra-estrutura urbana, incluindo a necessidade de acesso, por parte da população de baixa renda, aos espaços urbanos, dotados de regularização fundiária.

Para contextualizar o avanço dos movimentos sociais e as políticas instituídas no país recorro a um período recente da história. No final da década de 1980 e início da década de 1990, o Brasil se depara com uma profunda recessão econômica, a qual tem como resposta a mobilização e a luta dos trabalhadores contra o arrocho salarial e a proposta de promulgação da nova Constituição, em 1988.

Com a ruptura do regime militar, que se processou de forma “lenta e gradual” e com a crise econômica do período, contando também com as lutas dos trabalhadores e movimentos sociais, a Constituição de 1988 foi elaborada em meio a um grande debate e a jogos de interesses, presentes nas lutas de classes. A participação popular foi intensa, se contrapondo ao bloco que estava no poder. Este, por sua vez, articulou-se, intitulando-se como “centrão” e objetivando garantir os interesses dos grupos dominantes.

Mesmo considerando essa realidade, é inegável que esse período foi de muitos ganhos. Fruto da abertura política, a mudança de constituição reuniu cerca de 80 organizações, com engajamento num *“amplo movimento social de participação política que conferiu visibilidade social a propostas de democratização e ampliação de direitos em todos os campos da vida social”* (Raichelis, 2000: 62).

Na Constituição de 1988, as políticas sociais foram dimensionadas como direitos sociais. No campo da seguridade, sua compreensão se deu de forma abrangente, apontando para os direitos universais nos âmbitos da saúde, da previdência e da assistência social. No campo da moradia, sua dimensão, enquanto direito social, somente foi reconhecida em fevereiro de 2000, com a Emenda Constitucional de nº 26.

O período da Assembléia Nacional Constituinte foi marcado por muitas contradições. Na prática, enquanto as conquistas eram transformadas em leis, o Governo Sarney promovia um verdadeiro sucateamento das políticas sociais federais existentes, através de ações como a redução dos programas de habitação e a diminuição de verbas para a saúde e educação. A política adotada voltava-se, sobretudo, para sua manutenção no poder por mais um ano, sendo comum negociações relativas à distribuição de cargos políticos e adoção de políticas clientelistas e assistencialistas. Em relação aos programas habitacionais, os Estados também cumprem o papel de desarticulação institucional, inclusive com a extinção de várias Companhias de Habitação (COHABs), a exemplo do que ocorreu em Fortaleza (local de pesquisa deste trabalho).

Esses fatos dificultaram o estabelecimento de políticas públicas que atendessem às necessidades da população. A dualidade entre o que foi promulgado pela Constituição e a elaboração e implementação de políticas caracterizava-se por limitações impostas pelos mandatos e prerrogativas direcionados ao desenvolvimento econômico, no modelo neoliberal. Os ajustes

orientados pelo Consenso de Washington¹⁴ determinaram a redução do Estado com as privatizações, a abertura da economia para o mercado internacional, a estabilização da moeda (instituição do Plano Real), a mudança estrutural das condições de trabalho – modelo flexível (Toyotismo), objetivando o aumento da produção e gerando desemprego e desproteção ao trabalhador.

Como resultado tem-se a reprodução, a consolidação e o agravamento na estrutura de desigualdade social no país. As conquistas obtidas na Constituição foram se desfigurando, com a criação de políticas sociais seletivas, residuais e de caráter tópico. Na verdade, os preceitos das políticas públicas sociais no Brasil, consubstanciados na Constituição de 1988, surgiram na contramão da história, pois o mundo globalizado exigia das nações as práticas neoliberais, onde o Estado já não regulamentava, regulava ou protegia.

De fato, as políticas residuais e focalistas foram uma saída encontrada pelo Governo na fase posterior à promulgação da Constituição, em face da crescente contradição existente. Com medidas impostas através de decretos, negociados ou não com o Congresso, a deterioração das políticas sociais, na sua implementação, as descaracteriza enquanto direitos sociais, dando-lhes um caráter residual e pontual, de atendimento às emergências ou carências extremas. Nesse sentido, o que vem a tona é a necessidade premente relativa à seleção e ao atendimento de facções sociais mais delimitadas e definidas, enquanto uma carência diferenciada, retirando a possibilidade de adoção e implementação de políticas sociais universalizantes.

Conforme mostra a história, as políticas públicas sociais no Brasil, em geral, são pensadas para atender as situações, que já se encontram num limite máximo de agravamento, cujas ações implementadas por elas não conseguem atender a demanda de carências, resultantes de um processo histórico de empobrecimento das pessoas.

¹⁴ “Consenso de Washington é a denominação dada a um plano único de medidas de ajustamento das economias periféricas, chancelado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), pelo Banco Mundial, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (Bird) e pelo governo norte-americano em reunião ocorrida em Washington em 1989, quando se inaugura a introdução do projeto neoliberal em mais de 60 países em todo o mundo” (Raichelis, 1998: 71).

Com relação às questões urbanas, são crescentes os números de problemas relativos à falta de habitações, de infra-estrutura, de saneamento básico e de transportes. Programas pontuais não conseguem mudar o quadro caótico das condições de moradia nas cidades, especialmente nas grandes metrópoles, já que a demanda cresce proporcionalmente ao agravamento das condições sócio-econômicas da população. As várias tentativas de se estabelecer políticas de desenvolvimento urbano no âmbito do governo destinaram-se a lidar com o caos urbano já instalado. Ainda no início da década de 80, um Projeto de Lei, que recebeu o número 775/83, encaminhado à Câmara de Deputados:

“objetivava a melhoria da qualidade de vida nas cidades por meio de uma adequada distribuição da população e das atividades econômicas; o Estado tinha seus poderes ampliados para realizar desapropriações de imóveis urbanos visando à renovação urbana ou para combater a estocagem; taxava a renda imobiliária resultante de fatores ligados à localização do imóvel; criava instrumentos de controle do uso e ocupação do solo; estabelecia limites ao exercício da propriedade privada (imposto progressivo e edificação compulsória); reconhecia juridicamente a representação das associações de moradores; e possibilitava a participação da comunidade” (Grazia, 2002: 22).

O referido projeto suscitou o debate e o conflito de interesses, consubstanciado numa forte oposição aos seus objetivos, por parte dos representantes dos proprietários de terra e da construção civil. Essa oposição, realizada diretamente no Congresso Nacional e através da imprensa, ocasionou o arquivamento do projeto. Na atualidade, se observado o Estatuto da Cidade, percebe-se que os objetivos preconizados nesse Projeto de Lei são recompostos. Contudo, o alcance desses objetivos hoje representa um desafio maior, dado o agravamento das questões urbanas, que ocorreu no período correspondente a duas décadas. Contudo, pode se computar como positivo o crescimento e amadurecimento dos movimentos sociais formados em torno dos problemas urbanos.

1.3 Algumas conquistas

*“Quero um chefe brasileiro
Fiel, firme e justiceiro
Capaz de nos proteger,
Que do campo até a rua
O povo todo possua
O direito de viver.*

*Quero paz e liberdade,
Sossego e fraternidade
Na nossa pátria natal
Desde a cidade ao deserto,
Quero o operário liberto
Da exploração patronal.*

*Quero ver do Sul ao Norte
O nosso caboclo forte
Trocar a casa de palha
Por confortável guarida,
Quero a terra dividida
Para quem nela trabalha.*

...

(Poesia *Eu quero* de Patativa do Assaré, 1978: 116).

As lutas reivindicatórias retomadas na década de 1980 avançaram com o Movimento Nacional pela Reforma Urbana. A mudança da Constituição também impulsionou conquistas e garantias de direitos sociais. No período, diante da ausência de políticas de urbanização, os movimentos de bairros, as entidades sindicais e profissionais, as organizações não-governamentais, os setores universitários e os técnicos do poder público, organizaram-se encaminhando à Assembléia Constituinte, em 1987, a Emenda Popular pela Reforma Urbana, contando com a participação de 250.000 assinantes.

Em outubro de 1988, foi realizado o primeiro encontro do FNRU (Fórum Nacional da Reforma Urbana), que reuniu todos os setores sociais e atores responsáveis pela coleta de assinatura da Emenda. Esta resultou na conquista do capítulo relativo à Política Urbana, através dos artigos 182 e 183 da Constituição. O primeiro estabelece que *“a política de desenvolvimento urbano tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade”*; o segundo *“institui o usucapião urbano, possibilitando a regularização de extensas áreas ocupadas por favelas, vilas, alagados, invasões ou loteamentos clandestinos”* (Oliveira, 2001: 7).

A criação do Fórum Nacional da Reforma Urbana teve como finalidade a discussão sobre a socialização dos espaços urbanos, apresentando como princípios fundamentais: o direito à cidade e à cidadania, sua gestão democrática e a função social da cidade e da propriedade. Tais princípios apoiam-se na universalização dos espaços e serviços da cidade, imprimindo um compromisso de gestão governamental com participação popular, priorizando os interesses coletivos quanto ao uso da propriedade individual, enfim, reforçando a função social e o equilíbrio ambiental dos espaços urbanos. A mobilização nacional garantiu iniciativas municipais e regionais, sendo criados fóruns regionais, os quais resultaram no fortalecimento do FNRU, em 1992, com a participação deste na ECO-92 (denominação da segunda Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, também denominada Rio-92).

É importante contextualizar a organização da sociedade em relação à condição urbana e as políticas públicas voltadas para essa questão. As políticas urbanas atuais lidam com processos de degradação social e ambiental muitas vezes irreversíveis, os quais são mais visíveis nas grandes metrópoles. A implantação dessas políticas conta também com todas as dificuldades oriundas da formação econômica, social e política da sociedade brasileira. Os programas de desenvolvimento urbano têm sido elaborados de forma autocrática e centralizadora, negando a participação popular e agravando-se na sua fase de implementação, por se tornarem personalistas e clientelistas.

Essas características são mantidas, dentro de um processo de legitimação do Governo e da sociedade, muitas vezes, sem a clareza consciente e mesmo transparente acerca dos desvios das ações implementadas, pois envolvem aspectos da subjetividade dos atores sociais envolvidos, oriundos de uma cultura patrimonialista, que foi internalizada e difundida, ao longo da história, dentro das instituições e junto à sociedade.

A elaboração e execução de políticas de desenvolvimento urbano ainda se encontram no nascedouro institucional. Desde a extinção do BNH, em

1986, a Caixa Econômica Federal assumiu o Sistema Financeiro de Habitação e as demais políticas nas áreas de Desenvolvimento Urbano e Saneamento, passando a gerir e a operacionalizar o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço). Implantando programas residuais, de atendimento à questão de saneamento e habitação, a exemplo do PAIH (Plano de Ação Imediata para Habitação) de 1990, que se destinava a atender à população de baixa renda, e os demais planos, voltados principalmente para a população de classe média, a Caixa financiou operações, atendendo às diretrizes e normas estabelecidas pelo Governo.

É importante ressaltar que até 1986 a CAIXA exercia somente o papel de agente financeiro nos programas de habitação e saneamento e que, a partir desse período, sua atuação foi se expandindo, no sentido de absorver um papel operacional e técnico no âmbito das políticas e programas sociais relacionados à habitação e outros destinados ao desenvolvimento urbano do Governo Federal. Contudo, a vocação da empresa e a cultura institucional centenária, voltada para a esfera econômica e financeira¹⁵ também se apresenta como um entrave em alguns desses programas, em virtude da carência de capacitação técnica e gerencial da instituição, em relação ao conhecimento da gênese e das formas de enfrentamento das questões sociais urbanas, através das políticas criadas para o atendimento dessas questões.

A CAIXA, enquanto agente operador do FGTS, assume uma função de grande importância, uma vez que esse fundo é a principal fonte de recursos das políticas de habitação e saneamento. O FGTS, após um período sem aplicação, foi reativado em 1995¹⁶ com o objetivo de atender às políticas

¹⁵ Também é essa a imagem da instituição para a sociedade. Nas visitas iniciais, de reconhecimento da área de pesquisa deste trabalho, antes da realização das entrevistas, nos contatos com as famílias, quando eu era apresentada como técnica social da CAIXA, as famílias perguntavam se essa empresa estava ali para cobrar alguma coisa.

¹⁶ Neste ano, de 1995, a equipe técnica (das áreas de engenharia e social) da CAIXA é estruturada ainda inserida no modelo negocial da empresa, com a denominação de “equipe multidisciplinar”. Em 2000, é criada na empresa uma estrutura própria, direcionada ao desenvolvimento urbano, que envolvem as ações gerenciais e técnicas.

destinadas à implantação desses programas, de forma individual e coletiva, sendo esta última através também dos estados e municípios com a implementação de programas para baixa renda.

Vale lembrar que além do FGTS, o Estado Brasileiro conta com outras fontes de recursos, destinadas aos programas de habitação popular e saneamento, quais sejam: recursos de bancos internacionais – BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento) e recursos do OGU (Orçamento Geral da União), cujo investimento é direcionado para os seguintes problemas: déficit habitacional, ausência de saneamento básico e falta de infra-estrutura urbana. Enfim, todas essas fontes são acionadas no sentido de atender às políticas de desenvolvimento urbano.

Desde 1996, os recursos do OGU (Orçamento Geral da União), são repassados pela CAIXA, que age como agente operador dos programas, sendo intermediária no repasse das verbas do orçamento para as Prefeituras e Estados e realizando os acompanhamentos técnicos, relativos à execução das obras e ao trabalho a ser implementado com a população beneficiária do programa. Os recursos do OGU para a habitação, saneamento e infra-estrutura urbana, são destinados aos Municípios e Estados através de emendas parlamentares. Também tem sido função da CAIXA a operacionalização e o acompanhamento técnico de programas financiados com recursos de bancos internacionais, a exemplo do Programa Habitar Brasil BID (mais recente).

A elaboração e execução de programas e políticas de desenvolvimento urbano evoluíram e foram impulsionados pelos movimentos sociais urbanos, não acompanhando, no entanto, o agravamento dos problemas acumulados das cidades. As políticas e programas e os movimentos sociais foram envolvendo diversos agentes e setores da sociedade e, conseqüentemente, propiciando o surgimento de muitos interesses antagônicos.

Em 1996 foi organizado o Fórum Internacional pela Reforma Urbana. Os movimentos e conferências internacionais, mesmo não tendo uma eficácia

direta no cumprimento de suas recomendações, são de elevada importância na divulgação de preceitos e valores acerca da função social dos espaços. A conferência de Istambul (1996) inseriu nas discussões a orientação sobre a necessidade e importância da participação popular em programas destinados aos assentamentos humanos. Trata-se de um princípio encorajador para o Brasil, pois sendo o país um dos signatários do Pacto Internacional para a Agenda Habitat II, essa indicação favoreceu a incorporação dos conceitos de participação nas diretrizes de seus programas. Também os princípios e valores ligados a mercantilização e privatização do solo urbano – como práticas historicamente vividas e disseminadas como fundamento na construção das cidades – passam a ser repensados no conjunto das ações definidas nos planos de Governo.

Assim, mesmo não seguindo as recomendações da ONU, oriundas da Conferência de Istambul, realizada em 1996, o governo federal brasileiro instituiu, em 2000, o comitê brasileiro encarregado de analisar a implementação da Agenda Habitat. O trabalho deste comitê incluiu as principais reivindicações do FNRU, dentre as quais se destacaram: “*a aprovação do Estatuto da Cidade, a criação do Conselho de Desenvolvimento Urbano, a aprovação da iniciativa popular de lei que cria o Fundo Nacional de Moradia.*” (Grazia, 2002: 19).

A conquista do capítulo da política urbana na Constituição exigiu 13 anos de luta até se consolidar na aprovação da Lei Federal 10.257/2001 – Estatuto da Cidade. Com o estatuto, o planejamento territorial e a gestão urbana são obrigados a garantir o direito à Cidade para toda a população que nela vive. A propriedade urbana passa a cumprir o seu papel de serviço à coletividade. Os instrumentos para cumprimento dessa missão situam-se em três campos: os que aumentam o poder do município para interferir na ocupação do solo, induzindo usos; os de regularização fundiária de áreas ocupadas informalmente ou irregularmente; os de democratização da gestão

urbana, destinados a aumentar a participação dos cidadãos nas decisões da cidade¹⁷.

Aliados à luta em favor da aprovação do Estatuto da Cidade, os movimentos sociais de defesa da moradia realizaram vários protestos em combate à falta de habitação, encaminhando um projeto de lei, em 1991, assinado por cerca de um milhão de pessoas, o qual previa a criação do Fundo Nacional de Moradia Popular. Esse projeto foi aprovado na Câmara em julho de 2004 e no Senado em 2005. A lei de iniciativa popular, com mais de 13 anos em tramitação no Congresso, foi sancionada em 15 de junho de 2005, criando o FNHIS (Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social), tendo como gestor o Ministério das Cidades e como agente operador a CAIXA. É prevista pela lei a criação do SNHIS (Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social) e a instituição de um Conselho Gestor para o Fundo.

Semelhante a outras políticas públicas, a busca da democratização dos processos decisórios e o controle social na implementação da política urbana é fundamental para romper com os abusos do poder econômico e com a prática clientelista que predominam na gestão do espaço urbano. O papel do Governo, nas três instâncias da Federação, é favorecer um processo de consultas, debates, negociações e pactos em torno dessa questão, cujo objetivo deve assegurar a solução de conflitos e convergências de interesses, em prol da gestão democrática das cidades.

Nesse sentido, os instrumentos que induzem a participação da sociedade presentes no Estatuto da Cidade visam ampliar o debate sobre o planejamento urbano e a democratização da tomada de decisões. Trata-se do grande desafio dos Governos Federal, Estadual e Municipal, para implementar as políticas de desenvolvimento urbano que atendam à complexidade das cidades, pois mais do que definir princípios, diretrizes e prioridades, devem buscar a efetiva participação popular, com vistas ao planejamento e gestão urbana.

¹⁷ Para maior detalhamento das inovações contidas no Estatuto da Cidade, constam no Anexo II explicitações sobre esses instrumentos, presentes em cada um dos campos.

O planejamento urbano tem como seu principal eixo jurídico-institucional o Plano Diretor, cuja elaboração e aprovação torna-se um dos mais fortes instrumentos de implementação do Estatuto da Cidade, garantindo políticas públicas adequadas ao desenvolvimento urbano do município. A obrigatoriedade imposta pelo Estatuto da Cidade para aprovação do Plano Diretor determina que, para sua elaboração, implementação e avaliação, o processo de participação democrática seja garantido, através de audiências públicas e debates, da publicidade de documentos e informações produzidos, bem como de todos os demais instrumentos de gestão democrática da cidade, previstos no mesmo.

Para falar na atualidade de Política Urbana Nacional, além de priorizar as Leis Constitucionais e o Estatuto da Cidade, reconhecendo-os como resultado das lutas históricas dos movimentos sociais urbanos, vale mencionar o Projeto Moradia, elaborado em 2000 pela ONG Instituto Cidadania¹⁸. Nesse Projeto, articulado por especialistas e líderes sociais, a habitação não se restringe à casa, mas integra-se às obras e serviços de infraestrutura e desenvolvimento urbano essenciais à vida coletiva: abastecimento de água; coleta e tratamento de esgoto e lixo; obras de drenagem; serviços e espaços de lazer, de segurança, de trânsito e transporte. A moradia digna, assim dimensionada no Projeto, é concebida em atendimento a essas demandas da vida coletiva.

Para sua implementação, o Projeto estabelece a necessidade de uma ampla participação de toda a sociedade: governos (Federal, Estadual e Municipal), abrangendo também os poderes executivo, legislativo e judiciário; setor privado; movimentos sociais; universidades; ONGs; entidades de classes e profissionais; técnicos e comunidade. Com o Projeto Moradia, a integração das áreas de habitação, saneamento ambiental, trânsito e transporte, ficam a

¹⁸ ONG estruturada no início da década de 1990, funcionando em princípio como governo paralelo, sob a liderança de Luiz Inácio Lula da Silva, para apresentar propostas e exercer controle democrático nas políticas públicas. Teve como marco o lançamento da Política de Segurança Alimentar, utilizada na Campanha de Combate à Fome, do Betinho.

cargo de um planejamento unificado. Para tal, esse projeto na sua elaboração já previa a criação do Ministério das Cidades.

A Lei Federal de Desenvolvimento Urbano – o Estatuto da Cidade – delega à municipalidade a responsabilidade do planejamento urbano e política fundiária e imobiliária local. Ao Ministério das Cidades cabe o planejamento e implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, aliada à constituição do Conselho das Cidades a ser formado com a participação de toda sociedade. Como base para promoção dessa participação popular, a proposta de realização de conferências para discussão das cidades foi lançada em todo País, sendo orientada sua ocorrência nos três níveis da Federação.

Convém lembrar que em nível nacional, a partir de 1999, foram realizadas anualmente quatro conferências, com temas diversos, promovidas com parcerias entre a CDUI (Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior) da Câmara dos Deputados e o FNRU (Fórum Nacional de Reforma Urbana), contando também com a CONAM (Confederação Nacional de Associações de Moradores), IAB (Instituto de Arquitetos do Brasil) e o CONFEA (Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia), destacando que a organização da primeira foi decisiva para o envolvimento do Congresso, com vistas à aprovação da regulamentação da Lei do Estatuto da cidade.

Na verdade, todas as mobilizações e lutas da sociedade, ao longo das últimas décadas, de fato consolidaram o Estatuto da Cidade, cujos preceitos instituem uma nova base jurídica para as questões urbanas, retratados em propostas de mudanças importantes sobre o direito de propriedade e no enfrentamento dos problemas de exclusão, desigualdade e segregação espacial nas cidades.

As Conferências das Cidades foram realizadas no ano de 2003, em 3.457 Municípios, por orientação do Ministério das Cidades, apresentando como Lema “Cidade para Todos” e como tema: “Construindo uma política democrática e integrada para as cidades”. Essas conferências tiveram como objetivo a construção de um espaço político para o governo e a população definirem a política urbana, articulando as diferentes políticas públicas de

maneira transversal e integradora, com a inclusão de uma participação propositiva da sociedade civil.

Nas conferências dos Municípios e Estados, as discussões destinaram-se a contemplar, além das questões locais, as políticas nacionais de desenvolvimento urbano. Também houve a orientação para a eleição de delegados, nos dois níveis – municipal e estadual – para a participação da Conferência Nacional, a qual foi realizada no período de 23 a 26/10/2003, com a presença de 2.440 participantes. Na ocasião, foram examinadas e votadas mais de 1.200 propostas e formado o Conselho Nacional das Cidades, composto por 70 membros titulares e 70 suplentes, contemplando os segmentos: poderes públicos federal, estadual e municipal; entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa; empresários e trabalhadores; movimentos populares e organizações não-governamentais.

O Conselho Nacional das Cidades tem a missão de propor diretrizes para a Política Urbana Nacional, através de quatro comitês técnicos, de habitação, planejamento territorial e urbano, saneamento ambiental, transporte e mobilidade urbana, encarregados de estudar as propostas e diretrizes, com vistas à implementação dessa política, por parte do Ministério das Cidades. A nova Política de Habitação Nacional¹⁹ proposta, além de conter seus princípios, objetivos e diretrizes, descreve:

“estratégias para viabilizar a meta principal da política que é promover as condições de acesso à moradia digna, urbanizada e integrada à cidade, a todos os segmentos da população e, em especial, para a população de baixa renda” (Ministério das Cidades, 2004).

Trata-se do início de uma grande e ampla discussão no País sobre os problemas e as alternativas para as cidades brasileiras e para os cidadãos que nelas habitam. Para os movimentos sociais urbanos, essa é mais uma etapa que se apresenta como um avanço de todo um processo construído historicamente, por pessoas e entidades sensíveis à questão urbana. Para o Governo, também é uma nova fase, que revela uma perspectiva de encontro

¹⁹ Essa política foi divulgada em novembro de 2004, como resultado de consensos junto aos comitês acima referidos, sendo esclarecido que a apreciação final ainda seria realizada pelo Conselho Nacional das Cidades.

com a sociedade, a qual favorece um estudo conjunto e um compartilhamento de responsabilidades, além de propor um acerto entre o que é planejado para as cidades, o que são as suas demandas e carências e como pode ser sua gestão democrática.

Mesmo com todos os avanços, ainda engatinham iniciativas governamentais que respondam a esse novo momento da legislação urbana brasileira. Os programas sociais vêm agregando, nas suas normas, condutas que visam uma implementação mais acertada no que diz respeito ao atendimento da população mais carente. As limitações são inúmeras, pois apesar de ser reconhecida a grande evolução dos movimentos sociais, associada às conquistas da legislação urbana, existe a clareza de que os questionamentos, debates e discussões atuais, acerca do espaço urbano, não revertem os conceitos relativos à mercantilização dos espaços e lugares onde se vive na cidade.

A relação das políticas de desenvolvimento urbano com os sistemas econômicos e políticos conjunturais é básica e inevitável. Tal relação confirma a interdependência existente entre os problemas que se manifestam no espaço urbano e o modo de produção capitalista. Da mesma forma como a apropriação da mais-valia faz emergir elementos como a distribuição desigual da renda, a valorização do solo urbano gera a apropriação privada de espaços socialmente construídos.

O significado do espaço de moradia enquanto um bem econômico, para efeito de aquisição, ocupação e apropriação, perde seus valores de vida, passando a funcionar como qualquer mercadoria, privilegiando a quem tem recursos em detrimento dos que têm necessidade. Ressalta-se, porém, que as representações e significados do espaço vão além dessas questões. Eles nos falam de pessoas, cuja existência revela também aspectos intrínsecos à subjetividade, menos passíveis de categorias e classificações rigorosas, relativas às leis de mercado ou outras formas de racionalidade econômica.

No capítulo seguinte, trato das questões relacionadas ao planejamento e execução das políticas urbanas e de habitação da Cidade de

Fortaleza, através do estudo do Programa Pró-Moradia, objetivando também detectar como essa cidade e o Bairro Alagadiço Novo, áreas da pesquisa, são percebidos e sentidos pelos moradores do Conjunto São Miguel, incluindo também a percepção e o sentimento em relação ao Conjunto, cuja concepção foi baseada nas normas e diretrizes do referido programa.

CAPÍTULO 2 – A Cidade de Fortaleza – expressão e contradição

*“Entre torres e favelas
Vejo a lua flutuar
Vejo o mar bater nas pedras*

...

*Toda cidade é uma lenda
Tendas de ferro e cristal
Ruas de luz e de penas
Cenas de fogo e jornal”*

...

(Letra da Música *Cidades & Lendas*, de Zé Ramalho e Fausto Nilo, gravada em 1996)

O fundamento adotado para compreensão do tema deste capítulo considera que o processo de formação da cidade é uma construção humana, cuja abrangência reflete várias dimensões da vida. Essas dimensões são conceituadas por Racine (1993) como: *“Cidade produto e cidade reprodução, herdada mas também praticada, vivida, percebida, representada, carregada de sentido”*.

Enquanto construção humana individual e coletiva, as cidades vão sendo dotadas de valores, com uma espécie de gradação que hierarquiza seus espaços. Os valores e a hierarquização dos lugares são variáveis no tempo, tornando o conceito atribuído aos espaços um dado dinâmico, mutável e sem linearidade de explicação. Fortaleza, com mais de dois milhões de habitantes, hoje considerada a quinta metrópole nacional, vive essa dinâmica social de valorização e desvalorização dos seus espaços.

No Estado, a cidade ocupa lugar de destaque e supremacia sob qualquer prisma de análise: concentra renda, comércio, indústria, postos de trabalho e, conseqüentemente, pessoas, acarretando uma disputa pelo espaço entre os moradores, haja vista a alta densidade demográfica, de mais de seis mil pessoas por quilômetro quadrado²⁰. Esse não pode ser considerado o maior

²⁰ Dados relativos ao ano de 2000 (IPLANCE: 2002).

problema, mesmo porque essa densidade não é homogênea em todos os espaços da cidade, ou seja, esse dado, analisado de forma linear e isolado, não traduz a realidade de superlotação de alguns espaços, da existência de locais bem ordenados e de vazios urbanos, sem falar no aspecto gritante do processo crescente de verticalização que vem sofrendo a Cidade. A questão colocada é quais as condições presentes nos bairros ou quais as condições de vida da população em locais diversos de Fortaleza.

Por mais que se queira territorializar análises referentes às condições de vida, o sistema econômico, que produz desigualdades, é o lugar mais suscetível e capaz de desvendar e decifrar os dados relativos às precariedades das condições de vida de uma população. As desigualdades sociais são inerentes ao sistema capitalista de produção, em todos os tempos, espaços e conjunturas em que a sociedade global, regional ou local for analisada.

Com isso quero ressaltar que, ao se estudar a cidade e o bairro ou a comunidade e a condição econômica e social das famílias, não se pode perder de vista a necessidade de estabelecer mediações relativas ao estudo das desigualdades produzidas pelo sistema, incluindo a análise das diversas fases do capitalismo, ou seja, faz-se necessário priorizar análises de temáticas e conteúdos das relações sociais do sistema, como fundador de uma condição perene de desigualdade historicamente construída.

Coloco em evidência o sistema de produção capitalista, por considerá-lo como pano de fundo para análise da situação de pobreza em que vive a comunidade estudada neste trabalho. Sendo esse o pano de fundo, a situação de pobreza extrapola de fato limites de espaços e tempos. A focalização em espaços e tempos somente delimita a análise mais específica, seja do país, da cidade, do bairro ou da comunidade. No país a estimativa sobre a situação de pobreza é alarmante: em dados de 1999, calcula-se que

mais de 44 milhões de pessoas têm como renda média familiar o valor de R\$ 38,34²¹ (trinta e oito reais e trinta e quatro centavos).

Mesmo que a condição de pobreza seja verificada com relação aos indicadores de renda, todas as demais condições precarizadas de acesso ao trabalho e aos serviços de saúde, educação, transporte, moradia e previdência, lhe são correlatas. Ademais, a pobreza, como já foi mencionado, não se reduz às privações materiais, atinge também às pessoas em outras dimensões da vida – política, moral e espiritual – as quais tanto quanto a ausência ou escassez de renda retira-lhe o direito à dignidade e a cidadania, sendo impossível conceber uma sociedade democrática ou *igualitária* numa sociedade de pobres.

Em Fortaleza, segundo Relatório do BIRD – Banco Mundial (1999), os índices de pobreza e miséria atingem 20% da população, o correspondente a 425 mil pessoas, as quais têm renda mensal igual ou inferior a R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais). Essa realidade convive com o aumento do PIB nos últimos anos e com a propaganda intensa sobre o desenvolvimento do Estado e de sua capital. Segundo Silva,

Fortaleza mantém uma elite capaz de causar inveja aos arqui milionários mundiais e uma massa de pobres e miseráveis sem igual. As agruras do pobre aumentam com o crescimento desordenado da cidade, gerador de anomalias em sua estrutura física e de assimetria social sem igual no município. A deficiência dos serviços públicos, incompletos e mal distribuídos, impede que uma significativa parcela da população se beneficie de equipamentos que poderiam ser mais socializados (2001: 21/22).

Os dados atuais de Fortaleza apontam para o crescente número de favelas e ocupações em áreas de risco, o que revela a pauperização da cidade, combinada com a ausência e omissão do poder público nas políticas de desenvolvimento urbano, principalmente naquelas relativas à habitação, voltadas para as populações de baixa renda. São 723 favelas e 112 áreas de

²¹ Tabela 12 do Projeto Fome Zero – Tabulações da PNAD e Censo Demográfico de 2000. Nessa mesma tabela são reveladas todas as demais desigualdades, relativas ao desemprego, **as más condições de moradia** e aos baixos níveis de instrução (Instituto Cidadania, 2003).

risco no Município, contando estas últimas com um total de 17.602 famílias vivendo riscos de alagamentos e deslizamentos²².

Nos itens deste capítulo a Cidade de Fortaleza continuará sendo evidenciada, através da análise sobre a condução da política de habitação adotada nos últimos anos, precisamente no período a partir de 1995. Nesse ano, são instituídos programas dentro da nova Política de Habitação adotada no Brasil. Também nesse capítulo, o Conjunto São Miguel – campo de pesquisa – será apresentado, considerando as observações feitas no local, as pesquisas documentais e o mais importante: as percepções e falas dos moradores do lugar.

2.1 Política de Habitação – Programa Pró-Moradia

*“Nada vejo por essa cidade
Que não passe de um lugar comum
Mas o solo é de fertilidade
No jardim dos animais em jejum
Esperando alvorecer de novo
Esperando anoitecer pra ver
A clareza da oitava estrela
Esperando a madrugada vir
E eu não posso com a mão retê-la”
...*

(Letra da Música *Jardim das Acácias II*, de Zé Ramalho, gravada em 1997).

A necessidade de especificar análises referentes ao Programa Pró-Moradia advém do fato de que esse programa é o responsável pela intervenção realizada no Conjunto São Miguel, campo de pesquisa deste trabalho. Respondendo a essa necessidade, vejo como importante o esclarecimento da realidade conjuntural quando da formulação e início desse programa no País e na cidade de Fortaleza, a partir de 1995.

²² Dados da Escola de Saúde Pública da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará (2004).

Nesse ano, quando já eram registrados os avanços dos movimentos sociais urbanos²³, foi montado um fórum de negociação com o FNUR (Fórum Nacional da Reforma Urbana), a CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção) e parlamentares, para tratar sobre a questão da moradia. Ainda no ano de 1995 foi criado o Programa Pró-Moradia como parte da Política Nacional de Habitação, implementada pelo Governo Federal.

O recurso desse programa, oriundo do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), é aplicado com base nas diretrizes estabelecidas pelo Conselho Curador do FGTS, com gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, destinando-se a:

“apoiar o Poder Público no desenvolvimento de ações integradas e articuladas com outras políticas setoriais que resultem na melhoria da qualidade de vida da população de baixa renda, por meio da oferta de alternativas habitacionais” (CAIXA, 2004).

O Pró-Moradia se propõe a ser uma alternativa aos financiamentos habitacionais realizados de forma direta ao “mutuário” (beneficiário final), atenuando a problemática relativa à dificuldade de acesso dos segmentos de baixa renda aos referidos financiamentos. Esse programa tem como mutuário ou devedor a Prefeitura ou o Estado, atendendo a uma população com renda familiar predominante de até três salários mínimos. Nas suas modalidades, o programa destina-se à urbanização de áreas, produção de conjuntos habitacionais, aquisição e/ou produção de lotes urbanizados, infra-estrutura em conjuntos habitacionais (empreendimentos problemas) e desenvolvimento institucional (pendente de regulamentação).

A contradição maior que se apresenta diante desse objetivo reporta-se ao que de mais comum ocorre nos programas sociais, por ocasião de sua implementação: o caráter pontual e residual de uma ação. No caso do Pró-Moradia, as experiências locais mostram que a prioridade da intervenção, estabelecida pelo Poder Público, fragmenta ações de construção de casas; de implantação de sistemas de abastecimento de água ou de esgoto; ou mesmo de urbanização de uma via, seja para infra-estrutura de pavimentação e

²³ A luta pela moradia e pelo Fundo de Moradia era uma via de acesso dos movimentos sociais urbanos.

iluminação ou implantação de sistema de drenagem. É raro se pensar em ações integradas ou verificar as necessidades e demandas da população envolvida no empreendimento. A prioridade é estabelecida pelo gestor municipal ou estadual e muito pouco é feito além daquela ação pontual correspondente.

Em Fortaleza, constata-se a ausência de planejamento nas intervenções relativas aos programas de habitação, saneamento e urbanismo. Os recursos contratados para esses programas privilegiam obras de urbanização limitadas à abertura e pavimentação de vias. Algumas áreas são demasiadamente contempladas em detrimento de outras, que sofrem com o abandono das ações do poder público. Estas rapidamente se transformam em grandes aglomerados de favelas.

Com relação à definição das intervenções para uma área e população específica, percebe-se que elas não expressam a demanda da comunidade, descaracterizando-se enquanto representação de interesse coletivo e perdendo em visibilidade social. Na maioria das vezes, essa definição expressa forças políticas dominantes, “daqueles” que conseguiram aprovar o financiamento. O prejuízo maior para esses projetos é que eles se tornam clientelistas e ineficazes, se analisados quanto aos objetivos propostos. O controle social é inexistente, principalmente no que se refere à priorização dos programas em determinadas áreas, de risco ou insalubres.

Nas ações onde se propõem urbanizações de áreas, não se prioriza a questão habitacional, ou seja, o sentido da urbanização adotado pelos governantes do Estado e do Município não se detém à questão da moradia, da casa. Na verdade, quando se planeja a urbanização de uma área, as pessoas que nela moram são esquecidas, principalmente em se tratando de famílias carentes. A existência de famílias que ocupam lugares inadequados (margens de rios, dunas ou leitos de vias) é negada, pois a “urbanização” no sentido adotado em Fortaleza prevê somente a desapropriação da área, ignorando o destino daquelas famílias que a ocupam.

O custo planejado para a retirada dessas famílias é incluído no programa como “indenizações”, sendo, em muitos casos, calculado apenas o valor do material de construção ali existente, ou seja, a edificação com o material (tijolos, telhas, madeiras, etc.), não se contabilizando o valor do terreno, justificando que este foi ocupado por processo de invasão. Em todos os programas de urbanização implementados pelo Estado e pelo Município, no período de 1996 a 2004, o item de investimento do programa relativo à indenização somam custos elevados, porém, atendendo grandes quantidades de famílias, que em sua maioria recebem quantias irrisórias (por família desapropriada), cujo valor impossibilita nova aquisição de uma moradia²⁴.

Ainda em 1995, ano de regulamentação do programa, em Fortaleza, foram contratados com o Governo do Estado dez projetos no âmbito do Pró-Moradia, em atendimento às comunidades de: Duna I – Goiabeira, Ilha Dourada, Morro das Placas, Morro do Moinho, Seis Companheiros, Tupinambá da Frota, Zeza Tijolo, Castelo Encantado, Serviluz e Cajueiro das Velhas²⁵. Os empreendimentos foram propostos na modalidade de urbanização de áreas, constituindo-se em intervenções de infra-estrutura urbana, edificações e melhorias de habitações. Com a Prefeitura Municipal de Fortaleza, foram contratados os primeiros projetos em 1996, atendendo cinco Conjuntos Habitacionais já construídos (São Cristóvão, Jardim Fluminense, Esperança, Palmares e Nova Assunção), com intervenções de pavimentação e drenagem.

²⁴ Como exemplo cito a obra de alargamento da via perimetral. Na perimetral Oeste (trecho compreendido entre as Avenidas Hipólito Brasil e Osório de Paiva) o valor de R\$ 131.442,00 (cento e trinta e um mil, quatrocentos e quarenta e dois reais) foi objeto de uma liberação do Programa Pró-Moradia para a Prefeitura Municipal de Fortaleza, para indenização de onze imóveis. Dessas indenizações, cinco famílias receberam valores iguais ou abaixo de R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais); três receberam R\$ 2.800,00, R\$ 3.000,00 e R\$ 3.800,00; duas receberam valores – R\$ 10.120,00 e R\$ 28.842,00; e apenas um imóvel recebeu quase 60% do valor da parcela liberada, com um terreno indenizado no valor de R\$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais). O mais grave é que para este programa – Pró-Moradia – foram construídos 560 apartamentos (Conjunto Planalto Pici) para receber as famílias desapropriadas com as obras de urbanização. Também o entorno e o terreno desse conjunto compõem uma área extensa de favelas, sem que as famílias que desapropriaram o local para construção do conjunto fossem remanejadas para os apartamentos, conforme previsto em contrato (outras oitenta indenizações foram custeadas com valores de R\$ 487.530,54 (quatrocentos e oitenta e sete mil, quinhentos e trinta reais e cinquenta e quatro centavos). Os apartamentos foram distribuídos por critérios duvidosos, através de representantes de Associações e vereadores.

²⁵ Dessas dez áreas, sete são atualmente diagnosticadas como áreas de risco. Tratam-se de casas construídas em margens de rios ou lagos e dunas.

A construção desses conjuntos foi financiada pelo SFH (Sistema Financeiro de Habitação), desconhecendo-se o motivo pelo qual eles não foram contemplados com a pavimentação e a drenagem necessária, na época de implantação dos conjuntos.

Nos anos seguintes, foram contratadas com o Estado e com a Prefeitura outras intervenções em áreas diversas, algumas delas retornando às áreas que já haviam sido contempladas com o programa, no sentido de complementar ações ou motivadas por novas ocupações. Em Fortaleza, o crescimento dos investimentos oriundos de programas voltados para habitação tem acompanhado lado a lado o crescimento do número de favelas e de áreas inapropriadas para moradia, hoje chamadas de subnormais.

Em 1999, com os decretos e normas de contingenciamento estabelecido para os Poderes Públicos Municipais e Estaduais, foram suspensas as contratações, impedindo os financiamentos dos recursos do FGTS para esses Poderes, em todo o País. Uma exceção que merece destaque ocorreu em 2000, quando foi contratado com a Prefeitura Municipal de Fortaleza (única contratação no país), com a intermediação do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Social) um financiamento de R\$ 86.366.000,00 (oitenta e seis milhões, trezentos e sessenta e seis mil reais), dos quais R\$ 66.270.000,00 (sessenta e seis milhões, duzentos e setenta mil reais) foram concebidos como Pró-Moradia.

Esse contrato, nos empreendimentos do Pró-Moradia, foi dividido em dez operações, pulverizadas em diversos bairros da cidade, com obras pontuais, sem finalidades claras, em relação à urbanização ou construção de moradias e sem também responder às necessidades e demandas de comunidades carentes, uma vez que a maioria dessas intervenções priorizava a abertura e o alargamento de ruas e avenidas, com pavimentações, incluindo uma grande quantidade de pequenas obras de calçamentos e asfaltos em pedaços de ruas estreitas, vilas e becos, que não apresentavam fluxos que justificassem a implantação das referidas obras. Em 05.11.2000, um jornal de

grande circulação na Cidade veiculava uma matéria com o título “A Derrota da Vitória”:

A vitória do candidato prefeito à reeleição impõe reflexões. Seu carro-chefe de campanha foi um conjunto de obras, a maioria de pequeno porte, pulverizadas pela cidade, sem seqüência lógica quanto a um cronograma de execução e desconectadas na tessitura urbana, evidenciando a não obediência aos preceitos do Plano Diretor de desenvolvimento Urbano, instrumento principal na concepção, produção e regulação da cidade. Nos últimos meses, Fortaleza ficou repleta de pequenas obras, de baixo custo, principalmente o asfaltamento de vias e inaugurações apressadas, descumprindo o elenco de prioridades que deveria garantir eficácia e eficiência às obras e qualidade de vida à população. Ao contrário, o que aconteceu foi um festival de obras, muitas condenáveis quanto ao seu aspecto ambiental”²⁶ (Silva, 2001: 53).

O volume de recursos implantados na Cidade através do Pró-Moradia e outros programas que deveriam estar voltados para a questão habitacional atinge somas vultosas. Em todos esses programas os preceitos relacionados à efetivação das Políticas Públicas são desconsiderados, imperando, tanto na Prefeitura quanto no Estado, a cultura privatista, de apropriação do público pelo privado, seja através do atendimento de interesses particulares dos gestores, seja para atender interesses de grupos, também particulares de empresários. Em ambos os casos, a necessidade coletiva é relegada, em detrimento de interesses pessoais e/ou desses grupos.

A cultura privatista, produto e produção do patrimonialismo e personalismo é uma construção histórica das administrações públicas no Brasil. Segundo Holanda (1995), o patrimonialismo e o personalismo subsistiu à colônia, ao império e chegou à república, que ainda na sua promulgação, com a organização dos dois partidos, representava muito mais grupos restritos de pessoas e famílias do que idéias que pudessem ser compartilhadas com a coletividade em geral.

As questões relativas à forma de conceber as políticas públicas aliam-se às gestões feitas, por ocasião da solicitação do recurso e durante todo

²⁶ Esse artigo publicado pelo jornal O POVO, na data mencionada acima, em conjunto com outros do mesmo autor, faz parte da bibliografia em referência.

o andamento do processo. Em Fortaleza, a forma de aquisição dos recursos e a definição do empreendimento, incluindo a escolha da área e da população a ser contemplada, levam em conta interesses de agentes alheios aos objetivos do programa, em detrimento da própria população atendida, não priorizando critérios técnicos ou de necessidade e demanda dos locais e famílias contempladas.

No período ora analisado (1995 a 2004), relativo à existência do Programa Pró-Moradia, principalmente nos contratos efetivados com a Prefeitura de Fortaleza, além dos fins eleitoreiros publicados na mídia, conforme relatado, é comum a transformação dos programas habitacionais para baixa renda em grandes negócios para a construção civil. A prática de mutirão, cuja finalidade é o barateamento de unidades habitacionais, foi praticamente abolida em Fortaleza. O Órgão Estadual responsável pelo desenvolvimento de programas de construção na forma de mutirão (COHAB-CE) foi extinto e com ele os programas em andamento foram suspensos ou se descaracterizaram nas suas propostas de participação comunitária e atendimento às demandas de habitação.

Com o discurso que propõe executar as obras “com mais rapidez e menos problemas”, a perspectiva de maior otimização dos recursos é relegada e o resultado, ocorrido comumente, é que mesmo os prazos previstos e o “não-aparecimento de problemas”, assegurado pelo discurso, permanecem apenas no nível da intenção. Na verdade, constata-se que mesmo com os contratos de empreitada perdem-se os prazos e os problemas relativos à execução das obras passam por constantes redefinições.

Em Fortaleza, a ênfase dos Programas de Habitação e Urbanismo é dada à abertura e pavimentação de vias. Quando um recurso é destinado à construção ou melhoria de casas, o modo de produção é empreitada, o que onera sobremaneira o custo da unidade habitacional e faz proliferar o clientelismo e o paternalismo.

Um outro fator agravante do mau direcionamento dos programas de habitação é o trabalho com pseudo-lideranças comunitárias. Em Fortaleza,

parte das pessoas que hoje se colocam como intermediárias nos programas, entre o poder público e a população, não podem ser qualificadas como lideranças. A ligação delas com um vereador responde por um serviço prestado em favor dos pleitos eleitorais, descaracterizando qualquer critério de implantação de programas sociais. Existe um jogo cruel de utilização de pessoas nesse papel e destas com uma população de miseráveis, que não evolui seu estágio de consciência e permanece numa situação de pedinte ou favorecido. São detectados também ganhos financeiros por parte desses “líderes”, extraídos do vereador e também da população, como é o caso da cobrança de taxa de inscrição para unidades habitacionais do Programa Pró-Moradia.

Enfim, atualmente, parte daqueles intitulados “líderes comunitários”, na Cidade de Fortaleza, são pessoas que foram cooptadas ou subornadas por políticos descomprometidos. Eles próprios desconhecem o sentido de liderança enquanto representante e agem com a comunidade de forma autoritária e/ou paternalista. Essas concepções equivocadas, além de permanecerem no senso comum, como algo natural, legal e legítimo, perpassam ideologias de técnicos e de instituições, efetivando-se em práticas, tornando “normal” o desvio de objetivos e finalidades dos programas.

É imprescindível um planejamento mais assertivo sobre onde e como os recursos devem ser aplicados, fazendo valer processos de participação, a fim de que a população contemplada pelo programa possa opinar. Nesse sentido, a concepção de política pública precisa ser disseminada não somente com a população contemplada; deve também incorporar técnicos e instituições na aprendizagem referente à concepção dos programas, principalmente sobre para quem as Políticas Públicas de desenvolvimento urbano e de habitação são formuladas. No item seguinte, continuo falando sobre a Cidade de Fortaleza, especificando o bairro onde foi implantado um Programa Pró-Moradia, escolhido como campo de pesquisa para a elaboração deste trabalho.

2.2 Focalizando o Bairro e a Cidade

*“Nessa rua mora um anjo
Que se veste de luar
Que se cobre de estrelas
E que não sabe cantar
Nessa rua mora um anjo
Que não tem onde morar
Se eu pudesse eu inventava
Uma canção pra lhe alegrar”*

...

(Letra da música *Quem vai te Embalar*, de Danilo Caymi e Dudu Falcão, cantada pelos Meninos do Pelô, em gravação de 1993).

A análise sócio-espacial da Cidade de Fortaleza é uma tarefa complexa, não pretendida aqui. Semelhante a outras tantas cidades, falar de subúrbio ou de periferia não corresponde necessariamente falar dos segmentos mais pobres. Na verdade, em que pese todo esforço de uma elite, apoiada pelo direcionamento das políticas urbanas, a Cidade de Fortaleza se mistura, mostrando em sua paisagem moradias de ricos e pobres. Observa-se “áreas nobres”, recheadas de belas e potentes construções, dotadas de completa infra-estrutura, com espaços bem divididos e harmônicos, que contiguamente apresentam um antagonismo paisagístico impactante. Ou seja, ao lado de espaços que refletem uma ordem urbanística, apresentando moradias em boas condições, encontram-se trechos onde se empilham construções mal acabadas, que não apresentam regularidade ou ordenação do espaço. Em geral, são locais densos, de construções de moradias improvisadas, na maioria das vezes, com o objetivo de caber mais uma família no local.

Essa realidade não descaracteriza a cidade partida, construída historicamente no sentido de segmentar pessoas e lugares, definindo em alguns bairros formas de vida facilitadas por todos os serviços de infra-estrutura e equipamentos públicos implantados, em detrimento de outros, que não contam com os serviços e equipamentos mínimos de atendimento

comunitário. No Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU, de 1992²⁷, a cidade partida é muito bem caracterizada:

“A zona oeste, que tem solo impermeável, elevado lençol freático e carência de infra-estrutura, apresenta uma alta densidade de população de baixa renda. Na zona leste, com melhores condições de solo e infra-estrutura, encontram-se elevadas concentrações de população com renda média e alta” (PMF: 1992,13).

Em que pese à veracidade dessa análise, a situação colocada nas zonas leste e oeste não se apresentam de forma unânime e absoluta, principalmente em relação à divisão da população por faixa de renda. Tal análise responde pelas segregações ocorridas na Cidade ao longo de sua história, oriunda das formas de uso e ocupação do solo, atreladas à priorização da zona leste com investimentos públicos de abertura de grandes avenidas e implantação de infra-estrutura.

Um passeio pela cidade, circulando sua periferia, foi relatado por Silva, com o título *“A grande aventura urbana”*, onde, como passageiro do ônibus “o grande circular”, iniciando o trajeto na direção oeste, passando pelos terminais de Antonio Bezerra, Siqueira e Messejana, ele fala dos adensamentos nas margens da cidade: *“A formação de vastos anéis periféricos denuncia o aumento desmesurado da pobreza. Trata-se de uma pobreza generalizada, de renda, de consumo, de paisagem”* (2001: 74).

A população nessas áreas mora em casebres (na maioria, construídos em ocupações irregulares) e em grandes conjuntos habitacionais. Com o passeio referido, o autor observa a diferença ao chegar na *“Perimetral dos ricos, que corresponde ao prolongamento da Washington Soares... A partir da Casa de José de Alencar, a paisagem muda radicalmente.”* (Silva, 2001:75).

Exatamente nessa área, numa distância de uns trezentos metros da Casa de José de Alencar mora a comunidade São Miguel, as famílias pesquisadas para este trabalho. O local não é um limite entre ricos e pobres, pois o Bairro de localização – Alagadiço Novo – distante 12 km do Centro de

²⁷ Esse PDDU é a lei urbana de Fortaleza em vigor. Conta com uma lei complementar de uso e ocupação do solo, de 1996.

Fortaleza, pertencendo ao eixo leste da cidade, próximo ao Cambé e beneficiado com o alargamento da Avenida Washington Soares, é considerado uma área nobre, contando com a valorização crescente dos terrenos e a construção de vários condomínios fechados de casas, destinados aos segmentos de média e alta renda.

Mesmo com essa localização, o Conjunto Habitacional São Miguel foi concebido, caracterizando-se como uma intervenção numa área de favela, carente de sistema viário, drenagem, água e esgoto, sendo habitado por uma população com uma faixa predominante de renda familiar de 01 a 02 salários mínimos. Isso reforça os dados obtidos em pesquisa realizada sobre a Cidade de Fortaleza²⁸, cujos resultados confirmam que a pobreza existente nesta cidade localiza-se em toda a sua extensão. A conclusão desse estudo revela a *“coexistência espacial de ricos e pobres, em um mesmo bairro. (...) ...aqueles bairros, tidos como ricos, apresentaram ilhas de pobreza e os considerados pobres mostraram dimensões de riqueza”* (Matos, 2003:8).

A comunidade aqui pesquisada é uma dessas “ilhas de pobreza”. Convém lembrar que a favela, como foi caracterizado o São Miguel, é a solução encontrada pelos pobres, para atender os problemas de moradia. Sua localização tem uma origem e uma história que é contada, apresentando os limites das possibilidades que as pessoas encontram para ter um abrigo. O São Miguel foi o lugar ainda possível para muitos se abrigarem.

Por ser uma “ilha de pobreza”, inserida num “espaço nobre” da cidade, outra questão merece destaque: O Conjunto São Miguel é desprovido de instituições, equipamentos comunitários e serviços públicos de atendimento à população. Em Fortaleza, nos bairros periféricos, onde há predominância de moradias de população de baixa renda, os serviços públicos e equipamentos comunitários estão mais presentes nas comunidades, apesar de se contar com a precariedade no atendimento e/ou sucateamento das instalações.

A ausência de serviços públicos foi percebida ainda nas visitas iniciais à área, sendo confirmada por todos os moradores entrevistados.

²⁸ Publicada na “Scripta Nova” – revista Electrónica de Geografía y Ciencias sociales (Matos, 2003).

Segundo eles, não existem creches disponíveis para as crianças nas proximidades e a escola fica distante; o posto de saúde mais próximo fica em Messejana. Sobre a falta desses serviços básicos, vale salientar que mais de 67,31% dos habitantes do conjunto estão compreendidos numa faixa etária de zero a catorze anos, sendo 38,46% crianças até seis anos de idade, conforme pesquisa realizada pela equipe social do Estado para o Programa Pró-Moradia, em julho de 2004. Nas entrevistas muitas mães falaram da falta dos serviços de saúde para os filhos, como mostra um dos depoimentos a seguir transcrito (da mãe de um recém-nascido):

“Não tem posto de saúde, porque tem o Gonzaquinha aí, mas é mesmo que nada. É muito sacrifício pra gente conseguir uma ficha pro bebê. Aí não vacina, só vacina naquele posto lá em Messejana. O posto de vacina tem que ir de ônibus” (Entrevista 14).

Ainda com relação à ausência de serviços e equipamentos comunitários para atendimento às famílias do Conjunto São Miguel, todas as mães entrevistadas reportaram-se a falta de opções de espaços e de atividades recreativas, culturais ou de lazer para as crianças e jovens. Na mesma pesquisa referenciada, a grande demanda apresentada pela comunidade ressaltava a necessidade de creches e de espaços disponíveis para o lazer e atividades culturais, esportivas e recreativas. As necessidades pesquisadas, relativas à realização de atividades esportivas para os jovens, eram acrescidas de preocupação com a ociosidade deles, relacionando essa questão com a violência e o uso de drogas na área. Outras mães se preocupam com a falta de opções de lazer para as crianças, conforme é possível identificar na fala a seguir:

“Se comprasse esse terreno, limpasse e fizesse lazer para as crianças, porque as crianças não tem lazer ... nem que fosse uma pracinha, um parquinho, pra que elas não cresçam vendo só violência, só coisa ruim.” (entrevista 6).

A urbanização e construção das casas foi realizada numa pequena área de uma grande favela, que segundo documentos do contrato tem 154ha (CAIXA). Ao redor do conjunto permanecem muitas famílias morando em casas que apresentam condições precárias nas edificações, não contando com serviço básico de saneamento (esgotamento sanitário) e infra-estrutura nas

vias (fotos – Anexo III). Também um pouco mais adiante existe um grande terreno ocupado com barracos, denominado de “Sem Terra”. Segundo os profissionais, responsáveis pelo trabalho social no São Miguel, na época do cadastramento, as pessoas do “Sem Terra” reivindicaram vagas no conjunto. Contudo, essa área não seria urbanizada, não dando direito aos moradores se cadastrarem.

No diagnóstico realizado na área, por ocasião da implantação do projeto, fala-se em *“ocupações em áreas irregulares – leitos de vias – de forma espontânea, com adensamento de edificações precárias”* (CAIXA). Essa visão, enquanto tradução de uma leitura técnica, vinda de fora, muitas vezes não coincide com a visão de dentro, com a percepção e o sentimento dos seus moradores. A propósito dessas leituras diferenciadas de uma mesma realidade, cada vez que entro em contato com uma favela, num momento maior de inserção, percebo que para quem mora no local existe uma organização dos espaços; que os problemas de urbanismo e de arquitetura não são pensados como problemas; que as carências de toda ordem e as regras de convivência, solidárias e conflituosas, são vivenciadas como situações comuns no cotidiano. Enfim, a invasão de vias públicas, o adensamento, a confusão e a desorganização diagnosticadas por técnicos não traduzem uma imagem de dentro para fora, mas ao contrário, as classificações e categorias técnicas ficam do outro lado da favela.

Com o diagnóstico de ocupações irregulares e adensamentos, a urbanização planejada propunha uma re-arrumação do espaço, com o remanejamento de famílias para a abertura e pavimentação de vias. A determinação era sair do local ou mudar a casa de lugar. O processo vivido pela comunidade, de várias repetições de cadastro, com promessas de muitas melhorias, não possibilitou um movimento de resistência. O descrédito e a apatia, aliados à possibilidade de indenização, tornaram muitas pessoas alheias ao destino do lugar. O dado quantitativo referente à permanência ou saída das famílias do local é desconhecido formalmente, nos documentos do

contrato, arquivados na CAIXA. Sabe-se, porém, do elevado número de indenizações²⁹.

A batalha diária, de construção das casas em mutirão, para as famílias que permaneceram, fez surgir novas significações em relação à urbanização proposta. Após a organização dos espaços, que determinou os lotes das casas, o local das ruas e o espaço para implantação futura de uma praça (fotos Anexo IV), as possibilidades de ocupação de “espaços irregulares” foram reduzidas. Os moradores que no passado “invadiram” a área, atualmente impedem novas “invasões”³⁰. Alguns se sentem incomodados com a presença das favelas no entorno do Conjunto, conforme se observa nos depoimentos:

“Pra melhorar precisa tirar essas casinhas, os ‘Sem Terra’, abrir avenida, abrir as ruas, ainda tem muita gente carente” (Entrevista 5).

“O que está ruim é as favelas aqui perto, aqui atrás” (Entrevista 6).

“Sugiro que seja eliminada uma pequena favela que tem na própria Esmerindo Parente, caminho para a Avenida” (Entrevista 16).

A associação entre a existência de favelas e a violência é um dado comum, seja no meio técnico, seja no interior das comunidades que habitam os bairros. O mais grave dessa questão é identificar a violência através da pobreza, colocando ambos – pobreza e violência – enquanto sinônimos. Durante a realização da pesquisa no Conjunto São Miguel, as abordagens que tratavam da violência no local eram freqüentes. Num período anterior, ainda quando o mutirão acontecia, registrou-se a dificuldade de acesso dos técnicos à área³¹.

O início da pesquisa no conjunto foi precedido por uma entrevista com a equipe social do Estado, que acompanhou o projeto de urbanização e de construção das casas em mutirão. A questão da violência foi bastante enfatizada, sendo recomendado que, para a realização das entrevistas, fosse feito um contato com pessoas da SChP (Sociedade Comunitária de Habitação Popular) que residem no local. A presidente dessa sociedade não morava no

²⁹ No próximo item deste capítulo – item 2.3 – detenho-me um pouco mais sobre essa questão.

³⁰ Recentemente (final de 2004) ocorreu uma “invasão” no espaço destinado à construção da praça. Os moradores não permitiram a ocupação.

³¹ Em junho de 2002, um engenheiro da construtora que executava as obras de infra-estrutura foi assaltado.

conjunto, apesar de haver uma casa dela, ainda não ocupada (descobrimos esse fato durante a aplicação das entrevistas).

Meu primeiro contato e entrevista foram com o tesoureiro da SCHK, que depois me acompanhou até outra casa. Algumas vezes a secretária da Sociedade também me acompanhou, mas com o intuito de ficar mais à vontade e por mais tempo com a pessoa entrevistada, optava por dispensar as pessoas que me acompanhavam. Assim, após entrevistar uma pessoa, eu pedia que ela me levasse a outra casa, para atender a necessidade de uma segurança pessoal. Acompanhada, eu me sentia segura para circular e observar o conjunto.

O tema relativo à violência foi unânime em todos os contatos e entrevistas. Contudo, muitos depoimentos ressaltaram que após a construção do conjunto e abertura das ruas diminuíram os assaltos e roubos:

“Era uma favelinha. Tinha muito ladrão. Eles se escondiam, não tinha como a polícia entrar com o carro. Agora não, a rua ficou aberta, tem espaço pro carro passar” (Entrevista 1).

“Dava muita violência, matavam muita gente, era assalto direto... passava um carro e eles assaltavam, mas hoje tá tão diferente, eu vejo a polícia passando...” (Entrevista 6).

“Antes eu não gostava daqui, porque era muito perigoso, mas depois que abriu as ruas, melhorou” (Entrevista 7).

A relação entre a violência na área e a ausência da ação policial também se manifesta de forma unânime entre os moradores. Conforme se detecta nos depoimentos, a abertura das ruas possibilitou a entrada da polícia, o que favoreceu a coação e repressão de ações criminosas no local. Por isso, ao lado das necessidades relativas à instalação de equipamentos comunitários de saúde, educação e lazer, relatados pelos moradores, a segurança pública é muito reclamada, sendo sugerido por eles a instalação de uma cabine policial próxima ao conjunto.

Em face da proposta deste trabalho de estudar o significado da moradia, além dos questionamentos feitos acerca das mudanças recentes com a urbanização da área, foram trabalhadas, nas entrevistas, as recordações do lugar, ou seja, como era o local quando os moradores chegaram ali. Enfim, como era “antigamente”.

A lembrança do lugar é uma experiência do presente, vivida através do resgate do passado, com a imagem que se guardou dos fatos que ocorreram, aliados aos valores atuais construídos no tempo. O lugar é o concreto da lembrança. A recordação do lugar se funde com a imaginação e traz para o momento atual o tempo e o espaço imaginados, que estão guardados na memória. Para Bachelard, *“memória e imaginação não se deixam dissociar. Ambas trabalham para seu aprofundamento mútuo. Ambas constituem, na ordem dos valores, uma união da lembrança com a imagem”* (1993:25).

Entrevistei pessoas que nasceram no local. Uma delas afirma que nasceu num sítio que era de seu avô, onde atualmente localiza-se a Avenida Washington Soares. Muitos outros entrevistados reportam-se ao lugar de antes denominando-o de sítio; relatam que ao chegarem no local só havia mato. O relato da data de chegada mais antiga fala em trinta anos, mas as ocupações foram crescentes desde essa data, registrando-se pessoas que chegaram há quinze, oito e sete anos, além das recém-chegadas (aquelas que vieram para se integrar ao mutirão).

O processo de superocupação que ocorreu em anos seguidos, “num sítio, onde só havia mato”³², não é tratado em nenhum instante como degradação de um espaço natural, apesar de em todo momento se falar sobre a formação da favela. Já a transformação da favela em conjunto habitacional é ressaltada de forma positiva, conforme se observa nos depoimentos:

“Era favela, agora não é; é um conjunto de casas... já mudou, aqui era cheio de mato” (Entrevista 5).

“Aqui era muito esquisito. Só tinha mais era mato; era poucas casas que tinha aqui. Só a ruazinha que a gente morava e outra ruazinha que subia lá pra cima. Era tipo sítio, mais do que no interior, porque lá era mais aberto; aqui não, tipo uma mata” (Entrevista 14).

As recordações inerentes à urbanização da favela retratam aspectos positivos em relação ao saneamento básico (água e esgoto), aos arruamentos e à iluminação pública. Nas lembranças, os moradores falam da pobreza do lugar, das “ruas cheias de lama e de mosquito”, dos “becos” adensados de

³² O mato, em todas as entrevistas, é mencionado como algo muito negativo.

casebres, da falta de energia elétrica e de água encanada (a água era retirada de cacimbas).

Mesmo entendendo que recordar é uma atitude individual, que isoladamente não pode formar conceitos relativos aos significados da moradia no conjunto, é possível deduzir que os vários depoimentos dos moradores podem tornar a atitude individual de lembrar numa atitude social:

“...o grupo transmite, retém e reforça as lembranças, mas o recordador, ao trabalhá-la, vai paulatinamente individualizando a memória comunitária e, no que lembra e como lembra, faz com que fique o que signifique” (Ecléa Bosi apud Nascimento, 1999: 236).

A identificação positiva da melhoria do lugar com todos os serviços básicos disponíveis de fato ressignificou a moradia, não ficando na lembrança os lugares do sítio, “tranquilo” e sem adensamentos. Minha dedução mais simplória é que a lembrança recente se sobrepõe e se torna mais presente e mais vivida na imaginação. Os fatores dominantes expressos pela imagem do “mato”, da falta de água encanada, de esgoto sanitário e de energia elétrica, colocam no mesmo patamar de valores o “sítio” e a “favela”. O que se coloca aqui é o sentimento e a percepção valorativa da população acerca dos espaços naturais ocupados. No caso das comunidades carentes, a necessidade premente de morar não permite pensar na preservação ambiental, tão imprescindível à vida. A imagem da cidade contendo ambientes naturais cada vez mais é esquecida.

É importante ressaltar, conforme observações e respostas obtidas nas entrevistas, que a melhoria ocasionada com a dotação dos serviços de urbanização, apesar de modificar a condição coletiva de pobreza do lugar, não provocou modificação ou melhoria na situação de pobreza das famílias. O exemplo mais concreto disso é revelado na reivindicação de algumas pessoas em relação ao abastecimento de água, conforme depoimento abaixo:

“Precisa de um chafariz, porque além da gente não pagar... a água do poço já é tratada” (Entrevista 11).

Após a ocupação do conjunto e a utilização dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto nele implantados, muitas ocorrências relativas à inadimplência de pagamento desses serviços foram

registradas, por absoluta incapacidade das famílias de colocar em dia esse pagamento. Foram realizadas reuniões com o serviço social da CAGECE, visando orientar a redução do consumo de água, a fim de enquadrar a família numa utilização correspondente ao pagamento de uma taxa mínima.

Essa situação não reduz a importância da melhoria de qualidade de vida e de conforto que as famílias passaram a usufruir. Entretanto, o dado relativo à condição de pobreza não pode ser esquecido ou ignorado somente pela percepção da paisagem urbana e implantação dos serviços coletivos básicos.

Volto à questão já colocada, relacionada à memória mais recente dos moradores, que enaltece a urbanização da favela e “esquece” ou “não percebe” a transformação dos espaços naturais de Fortaleza, desprezando as causas e os efeitos do processo de adensamento do “sítio”. Milton Santos, falando sobre as mudanças dos espaços naturais, afirma:

“..o meio urbano é cada vez mais artificial, fabricado com restos da natureza primitiva crescentemente encobertos pelas obras dos homens. A paisagem cultural substitui a paisagem natural e os artefatos tomam, sobre a superfície da terra, um lugar cada vez mais amplo. (...) Tudo isso se dá em um quadro de vida onde as condições ambientais são ultrajadas, com agravos à saúde física e mental das populações” (1988: 42-43).

A não-percepção dessas transformações e dos danos coletivos que elas causam favorece ocorrências cada vez mais comuns de destruição dos espaços naturais. Fortaleza vem sendo destituída continuamente de suas áreas verdes e de seus recursos naturais, incluindo rios e dunas, em nome das apropriações e construções “urbanizadas” ou das carências de habitações das populações de mais baixa renda. É certo que a degradação ambiental dos espaços da Cidade não pode ser atribuída às carências dessas populações. Na verdade, muitas ocupações de famílias carentes em margens de rios ou em dunas não representam uma ameaça comparável a que se presencia com a construção de shoppings e de grandes e ricos edifícios nas dunas e margens do Rio Cocó ou nas orlas marítimas. Contudo, essas discussões permanecem alheias à grande maioria da população de Fortaleza.

Em busca das falas que expressassem o sentido da Cidade, foram direcionados alguns questionamentos nas entrevistas aplicadas. Segundo Racine (1993) a cidade tem um sentido para as pessoas, pois diz da imaginação e representação que cada um faz e sente da paisagem da cidade e de como cada um vive nesse espaço. Para se pensar sobre a cidade, a coletividade se divide em sentidos, de cada um e para cada um:

“...desaparece o consenso. (...) ...confirma-se a impossibilidade de reduzir a cidade a suas tramas morfológicas, sócio ou estruturo-funcionais, aquela da acumulação e da competição dos homens e das atividades, esquecendo o peso das dimensões sócio afetivas e oníricas” (Racine, 1993).

Reconhecendo essa complexidade e todas as dimensões relacionadas ao sentido da cidade para os seus habitantes, os questionamentos feitos na pesquisa buscaram detectar questões relativas à percepção e à imaginação dos moradores do Conjunto São Miguel em relação à Cidade de Fortaleza. Três posições são bem evidenciadas: a primeira é a que relaciona a Cidade com os problemas mais vivenciados no cotidiano, como a falta de trabalho e o aumento da violência; a segunda coloca no centro da questão a existência das praias, associando a Cidade com a dimensão do prazer, do que é bom e belo; a terceira manifesta completo desconhecimento do que possa representar a Cidade. Com exceção da terceira posição, os demais moradores afirmam gostar da cidade, mesmo aqueles que a relacionam com os problemas, conforme se observa:

“Fortaleza é um lugar muito bom pra se morar... mas do jeito que tá sendo a violência, com certeza vai ficar pior”³³ (Entrevista 7).

Para a maioria dos moradores, as praias de Fortaleza foram adotadas como ícones para falar da beleza, do lazer e do que é bom na Cidade. A opção da praia para o Conjunto São Miguel conta com a proximidade das praias da Abreulância e COFECO, mencionadas pelas pessoas entrevistadas, principalmente as que residem há muito tempo no bairro. A cidade para elas tem um significado de proximidade e acesso, sendo apresentada através da beleza e do lazer. Algumas, que moram há pouco

³³ Essa moradora teve sua casa roubada – levaram uma televisão.

tempo no local e mencionam “as praias da Cidade”, não especificam as que ficam próximas.

Entrevistamos algumas pessoas que não sabiam falar do Bairro e nem tampouco da Cidade (o terceiro grupo). A cidade para elas é um outro mundo, não é somente um outro local, que possa representar o centro, o comércio ou um lugar mais rico. Ao ser perguntado sobre Fortaleza, obtêm-se as respostas abaixo:

“Eu nunca vou pro lado de lá” (Entrevista 3).

“Fortaleza, nunca andei por lá, não sei como é. Só fico por aqui mesmo. Daqui saio só quando vou pro interior, pra casa do meu filho” (Entrevista 13).

Para esses moradores, o Bairro e a Cidade representam algo distante, não dependem de suas existências, ações e atitudes; trata-se de algo que não faz parte de suas vidas, não lhes pertencem. Em princípio, iniciei a análise dessas entrevistas, considerando o fato da Cidade “não pertencer” aos moradores, no sentido de particularizar, o que me levaria ao estudo das questões antagônicas do público e do privado e da cultura patrimonialista do povo brasileiro.

Entretanto, nas análises das respostas acima e de outras similares, diferentes questões são mais visíveis e assertivas: os olhares dessas pessoas, que não sabem falar do Bairro e da Cidade, não alcançam à amplitude desses espaços. Para elas, os seus mundos restringem-se às suas casas, com a possibilidade de ampliação somente para as casas dos vizinhos e dos familiares, principalmente daqueles que moram próximos. Isso remete não só a visão do espaço físico, mas de desconhecimento e ausência de participação dos lugares noutras dimensões (políticas, econômicas e sociais). As pessoas das falas acima têm filhas que residem no mesmo conjunto e outros que moram em locais do entorno.

As perguntas feitas aos moradores sobre a possibilidade de eles se mudarem do Bairro obtiveram respostas diferenciadas em dois grupos: aqueles que moravam há mais tempo (antes da construção do Conjunto) manifestavam um apego ao lugar, mesmo reconhecendo os problemas existentes; os que

vieram de outros Bairros, por ocasião do início da construção, ressaltaram que, apesar de não desejarem sair, pois “batalharam” por aquela casa, se conseguissem uma outra casa, em um lugar melhor, não hesitariam em sair do Conjunto.

Como forma de propor a descoberta das expectativas dos moradores em relação ao bairro e à cidade, as perguntas das entrevistas sugeriram à imaginação de como seria o bairro e a cidade no futuro, seguida da pergunta sobre o que precisaria melhorar e o que eles (moradores) poderiam fazer. Para este último questionamento nenhuma ação individual ou coletiva foi proposta. Aqueles que imaginam a situação futura como caótica, relacionam o caos com a falta de emprego, a violência e as questões relativas ao uso de drogas entre os jovens (problemas vividos no cotidiano da comunidade).

Os que imaginam um futuro melhor, para o Bairro e a Cidade, colocam suas esperanças nos “políticos”, conforme se constata nos depoimentos seguintes:

“Se não abandonarem nós, se os políticos não fecharem os olhos para nós, a tendência disso aqui é crescer.” (Entrevista 2).

“Se os nossos governantes não tomar umas providência, não cuidar, ter mais interesse pela Cidade... o pessoal destruindo as coisas que eles fazem pra melhorar a Cidade... A estátua de Iracema, uma coisa muito bonita, andaram roubando.” (Entrevista 7).

“Não tinha calçamento, hoje tem. Agora depois das eleições, queremos asfalto” (Entrevista 12).

Nenhum dos moradores entrevistados se colocou como parte responsável por mudanças, sejam elas positivas ou negativas. As perguntas acerca das suas ações em relação ao futuro do lugar foram explicitadas e insistentes. Esses moradores não se sentem atores e capazes de influir na melhoria do lugar ou para solucionar ou minimizar os problemas existentes. A crença nos “políticos” e “governantes”, nas falas acima descritas, tem uma outra face, a da descrença em si próprio, da apatia e da passividade: o destino do lugar não lhes pertence; esperar é o que lhes resta como opção.

O sentimento de incapacidade e de apatia não faz jus a história dos moradores do lugar, pois a construção do conjunto foi fruto de uma luta diária de cada morador, no processo produtivo em mutirão. O próximo item trata da

concepção e construção do conjunto, enfatizando como o Programa Pró-Moradia foi implantado no local e as formas de acesso e inserção dos moradores no projeto.

2.3 Conjunto São Miguel – concepção e construção

“...Eu sou sujo, eu sou feio, eu sou anti-social. Eu não posso aparecer na foto do cartão postal porque para o rico e o turista eu sou poluição. Sei que sou um brasileiro mas eu não sou um cidadão, eu não tenho dignidade ou um teto pra morar. O meu banheiro é a rua e sem papel pra me limpar. Honra? Não tenho, eu já nasci sem ela e o meu sonho é morar numa favela. ...”

(Letra da Música *O Resto do Mundo*, de Gabriel, O Pensador, gravada em 1993)

Na área, anteriormente denominada Favela São Miguel, a prioridade da intervenção do Estado, visando à urbanização, foi à abertura e a pavimentação de vias. A contratação dessa intervenção ocorreu em 1998, fazendo parte do contrato a COHAB-CE, como agente promotor e executor do programa no Estado, e a Caixa Econômica Federal, como agente operador e financeiro. O valor total do investimento do contrato foi de R\$ 1.019.545,40³⁴ (hum milhão, dezenove mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e quarenta centavos), destinando-se à urbanização da área e construção de 148 unidades habitacionais.

A primeira dedução lógica é que a prioridade de abertura e pavimentação das vias ocorreu em virtude da proximidade do local com a Avenida Washington Soares (mapa Anexo V). Para uma via enriquecida com o corredor comercial em crescente formação e sendo utilizada como uma “saída honrosa” para turistas praianos que se destinam ao litoral leste, nada pior que a

³⁴ Os custos mais significativos dentro do empreendimento foram referentes à infra-estrutura e saneamento (R\$ 333.887,37), ao valor do terreno (R\$ 258.500,470) e às indenizações (R\$77.511,32). Para a construção das casas foi destinado o valor de R\$ 279.561,36.

existência de uma grande favela. Apesar da favela ter uma dimensão calculada com uma área de 154ha, a intervenção foi realizada atendendo somente uma pequena área, a de maior proximidade da Avenida citada.

A intervenção abrangeu três lotes, circuldados por seis ruas, criando com a urbanização cinco quadras (quatro com 34 casas cada e uma com 12 casas), abrindo e pavimentando trechos de sete ruas. O projeto das 148 casas destinava-se às famílias que ocupavam as vias públicas – cerca de 80% – e, segundo a documentação do contrato (relatório de trabalho social), o restante atendia um cadastro da COHAB-CE, de famílias que moravam em subhabitações, de aluguel e em coabitação (CAIXA). Todas entraram no mesmo critério relativo ao regime de produção em mutirão, gerando resistência, pois os moradores da área que aderiram ao projeto sentiam-se trocando uma casa por outra casa, tendo que ingressar no trabalho de construção, enquanto que as pessoas que vieram de fora entraram apenas com o trabalho.

A população do São Miguel foi cadastrada no mesmo ano (1998). Entretanto, com o desmonte e posterior extinção da COHAB, ocorreram mais dois cadastramentos, em 1999 e 2000. A documentação do contrato registra que a obra foi iniciada em 2001, mas a formação do mutirão para a produção das casas somente foi formalizada com o regimento interno em 2002 (CAIXA).

Os repetidos cadastramentos³⁵ foram causando descrédito nas pessoas e, em se tratando de uma intervenção na própria área, para o início das obras era necessária a definição das famílias que iriam participar do projeto e das que saíam do local. Muitas famílias optaram pela indenização e as que integraram o mutirão enfrentaram a dificuldade relativa à necessidade de demolir suas casas para construção das vias e das novas casas. A grande maioria das casas no local já era de alvenaria (fotos das casas nos leitos das vias – antes da implantação do projeto – e das demolições para abertura das ruas – Anexos VI e VII).

³⁵ É importante registrar que, segundo os técnicos sociais que trabalharam no empreendimento, o nível de rotatividade das famílias era mínimo. Era praticamente o mesmo cadastro.

Para a população que optou por sair da área, segundo técnicos do Estado, foram disponibilizadas cerca de 40 indenizações. Na documentação relativa aos desembolsos para esse fim, somente foram identificados os nomes de 27 famílias. Outros nomes apresentados, constantes nos relatórios técnicos sociais, não foram custeados com recursos do projeto. Dos motivos que originaram a opção pela indenização, somente um ficou em registro na documentação do contrato: a violência existente na área, aliada aos problemas de uso de drogas³⁶ (CAIXA). Mesmo sem um registro preciso, é possível afirmar que cerca de 30% das pessoas residentes na área de intervenção saíram de suas casas, sem que fosse estudado pelo programa o destino dessas famílias com relação à nova moradia.

Essa observação não se prende a uma postura favorável a um monitoramento que objetive simplesmente a fiscalização e a retirada de liberdade das pessoas para escolherem onde querem morar. Na verdade, quando analisados os valores das indenizações repassadas – a de maior valor é de R\$ 12.288,79 (doze mil, duzentos e oitenta e oito reais e setenta e nove centavos) e a de menor valor é de R\$ 835,31 (oitocentos e trinta e cinco reais e trinta e um centavos)³⁷ – constata-se que a maioria das famílias dificilmente teria condições financeiras, com o dinheiro recebido da moradia na favela, para adquirir uma outra casa, em condições adequadas de habitabilidade e com legalização fundiária.

As indenizações desse projeto e outras dos demais projetos de urbanização, executados em Fortaleza (mencionados no item 2.1 deste capítulo), representam um grande disfarce para os processos de expulsão dos pobres na cidade, cujo amparo e custeio institucional são assegurados com recursos e políticas públicas, que deveriam ser direcionados para o favorecimento de programas habitacionais.

³⁶ A questão da violência na área, já mencionada no item anterior, foi objeto de registros e de relatos em toda a investigação realizada.

³⁷ Análise feita a partir de 11 indenizações custeadas com recursos do projeto (listagem relativa a um desembolso), as quais apresentam uma média de valor de indenização em torno de R\$ 7.431,15 (sete mil, quatrocentos e trinta e um reais e quinze centavos).

A “troca da casa” por uma quantia insuficiente para compra de uma outra casa não responde a uma lógica simples de que o dinheiro vai atender a uma necessidade mais imediata, como alimentação³⁸, por exemplo, pois a moradia também é uma necessidade imediata. Sem querer hierarquizar as necessidades básicas, nem formar uma pirâmide dessas duas necessidades, recorro aos estudos de Agnes Heller³⁹, a fim de compreender a dimensão do que seja liberdade de escolha para as opções apresentadas aos moradores, entre permanecer na área ou decidir pela saída, recebendo indenização. Para a autora, a liberdade, enquanto um valor adquirido pela humanidade em seu processo histórico, compõe a essência humana e, portanto, faz parte do ser humano genérico:

“As escolhas entre alternativas, juízos, atos, têm um conteúdo axiológico objetivo. Mas os homens jamais escolhem valores, assim como jamais escolhem o bem ou a felicidade. Escolhem sempre idéias concretas, finalidades concretas, alternativas concretas. Seus atos concretos de escolha estão naturalmente relacionados com sua atitude valorativa geral, assim como seus juízos estão ligados à sua imagem do mundo” (Heller, 2000: 14).

A análise das opções e escolhas das famílias por indenizações ou, num momento seguinte do projeto, da opção em vender a casa, por valores que não permitem uma aquisição de uma nova moradia, pode ser atribuída a essa imagem de mundo, que é individual. No entanto, ainda conforme a autora, os valores (genérico) e os atos concretos de escolha (individual) se fortalecem de forma recíproca. A imagem de mundo é construída na vida cotidiana e nesta estão presentes o homem concreto e objetivo e o homem imanente, ou seja, é a vida com toda sua inteireza que revela o ser individual e o ser genérico.

³⁸ Falo da alimentação porque sempre escuto, principalmente no meio técnico, que as pessoas optam pela indenização ou “vendem a casa para comerem”.

³⁹ Agnes Heller, como integrante da Escola de Budapeste, forma a equipe em que seus vários componentes e seguidores estudam estágios do desenvolvimento humano, com base na filosofia marxista. Segundo Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder, na introdução de uma obra da autora: “*A Escola de Budapeste opõe-se tanto ao historicismo subjetivista (que dissolve as objetivações humanas em sua gênese social imediata) quanto às versões ‘estruturalistas’ do marxismo (que substituem a dimensão ontológico-social por um epistemologismo formalista e anti-histórico)*” (Heller, 2000: x/xi).

Contudo, “os choques entre particularidade e genericidade não costumam tornar-se conscientes na vida cotidiana” (Heller, 2000:23). No caso da “renúncia” da moradia, pode-se afirmar que a opção por indenização é uma decisão cotidiana, portanto, individual, e assim não ligada aos valores, que são genéricos, não levando a pessoa a refletir sobre sua vida e a vida de sua família, sobre a acomodação num lugar, sobre a necessidade de fixação; enfim, não considerando a moradia como base de apoio da própria vida cotidiana.

Também em relação ao valor como construção do homem genérico, torna-se importante ressaltar que a moradia nas sociedades capitalistas tem um significado único de propriedade e de mercadoria, conforme já foi enfatizado neste trabalho. Para a população que vive imersa em tantas carências e necessidades, concebendo a moradia com esses princípios de valor – de propriedade e mercadoria – com o pragmatismo da vida imposto por formas de pensar e agir, a venda ou a troca por indenização pode se apresentar, dentro de uma percepção imediatista, como um “negócio vantajoso”. O sofrimento posterior de não ter onde morar, já bem conhecido pelas famílias de baixa renda, é algo a ser vivido depois, enquanto uma outra situação, pois as formas imediatistas de pensar e agir fragmentam a vida, não sendo possível o reconhecimento, por parte dessas famílias, de uma única história, com causa, consequência e aprendizado para ações futuras.

Para aqueles que permaneceram no programa, a participação no mutirão foi uma exigência, conforme já foi dito. Nos programas de habitação implementados pelo Estado (antes através da COHAB-CE e depois através de uma secretaria responsável por habitação⁴⁰), também é uma exigência a constituição e formalização das SChP (Sociedades Comunitárias de Habitação Popular). É importante esclarecer que apesar dessas sociedades serem

⁴⁰ Com a extinção da COHAB-CE, em 1999/2000, os projetos de habitação do Estado ficaram com a SEINFRA (Secretaria da Infra-estrutura do Estado), e posteriormente, em 2004, passaram para a SDRL (Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional do Estado).

confundidas com associações de moradores ou de bairros⁴¹, elas apresentam características diferenciadas: são formadas com um objetivo e finalidade única, que é a construção em regime de mutirão, e se firmam com cláusulas pré-estabelecidas registradas num regimento interno. Na formação das SChP, a composição dos cargos é formada por: presidente, tesoureiro, secretário, três membros do conselho fiscal e um conselho administrativo, formado por dois membros da comunidade e três do poder público.

A execução do empreendimento São Miguel foi precedida de dois convênios: o primeiro entre a SEINFRA (Secretaria da Infra-estrutura do Estado) e o DERT (Departamento de Edificações, Rodovias e Transportes), objetivando o repasse de verbas para terraplanagem, drenagem, pavimentação, abastecimento de água, esgoto e energia elétrica, e a construção das 148 unidades habitacionais, através de mutirão; o segundo, firmado entre o DERT e a SChP Unidos Rita de Cássia, ficando esta última encarregada de aplicar os recursos destinados à construção das casas em mutirão.

No regimento interno da SChP Unidos Rita de Cássia não constam os nomes dos seus integrantes (somente o nome dos cargos, acima mencionados), sendo a presidente da Sociedade responsável pelo convênio com o DERT. Segundo os técnicos sociais do Estado, a presidente da sociedade já era liderança na área do São Miguel, antes da formação da SChP constituída para o mutirão.

Pelo objetivo da intervenção, já eram determinados os participantes do mutirão (beneficiários do projeto): as pessoas que moravam no local, “nos leitos das vias”. Também era previsto o atendimento de um cadastro da COHAB, de “famílias que moravam em subhabitacões, de aluguel e em coabitação”. Nesse cadastro foram incluídos os nomes de oito mulheres que haviam invadido um galpão de uso público nas proximidades da área do

⁴¹ Essa confusão faz com que se crie uma imagem equivocada de participação nos projetos de habitação.

conjunto (trabalhavam como catadoras), mas somente cinco delas assumiram o trabalho de mutirão⁴².

Mesmo estando essas formas de acesso ao programa delimitadas por critérios, as situações identificadas no local apresentam-se bem mais complexas. Já foi falado sobre o grande número de indenizações ocorridas, ou seja, de pessoas de dentro da área de intervenção que optaram por sair. Além disso, mesmo com a análise documental e com o trabalho de campo, não foi possível constatar clareza e cumprimento de critérios para inserção no projeto. As situações de coabitação⁴³, que beneficiaram mais de uma casa por família, geram dúvidas quanto aos ajustes feitos por parte das próprias famílias e pelos responsáveis pelo projeto (técnicos do Estado e sociedade habitacional). Durante as entrevistas, foram identificadas algumas famílias que a condição de coabitação (geralmente mães, filhos e netos) foi provocada, objetivando a inserção de familiares próximos no programa, beneficiando de duas até sete casas por família.

Das pessoas entrevistadas, que vieram de fora, foi constatada a existência de propósitos de favorecimento por parte da representante da sociedade, por vínculos de afinidade e amizade. Essas pessoas participaram do processo produtivo do mesmo modo que as demais; são famílias carentes, que moravam com familiares ou pagavam aluguel. Mesmo com o dado de que a condição delas justifica a inserção no programa (no caso de existirem vagas no projeto), o “não critério” ou o favorecimento deixa marcas negativas no processo de implantação das políticas públicas, consolidando mais ainda a cultura privatista e clientelista, com graves prejuízos para o programa e para a vida social e política da cidade e do país.

Em que pese às diversas formas de acesso ao programa, em geral os moradores do conjunto enquadram-se nos critérios de baixa renda, exigidos pelo programa, estando uma maioria deles desempregados ou compondo a informalidade de trabalhos avulsos e temporários. Pela localização do conjunto,

⁴² Elas vinham juntas para o trabalho de construção, nas madrugadas, para se protegerem.

⁴³ Em diagnóstico realizado na área, no início da construção (maio de 2002), foi constatada 36,49% de moradias coabitadas.

com a proximidade de muitos novos condomínios de classe média, alguns moradores do São Miguel trabalham como faxineiros, domésticas, vigias e outros “serviços gerais” nos referidos condomínios. Também se constata a existência de catadores no conjunto, cerca de quatro famílias, que coletam lixo (material reciclável) na cidade. A falta de espaço para o depósito e a separação desse material tem causado problemas, pois esses moradores juntam o “lixo” dentro da própria casa.

Um dado significativo, característico do Conjunto São Miguel, mesmo que similar a tantas outras comunidades, é o grande número de mulheres chefes de famílias, que moram só com os filhos ou que os companheiros ficam ausentes, não se responsabilizando pela manutenção da família. Além da predominância da população feminina, outro dado relativo à composição das famílias, que merece destaque, é o significativo número de crianças e adolescentes que moram no conjunto. Esse dado adquire uma importância maior de análise em face de se constatar que a comunidade é desprovida de serviços e equipamentos comunitários de atendimento a essa população de crianças e jovens residentes no conjunto, conforme foi analisado no item anterior.

As questões que se referem às características da comunidade têm uma relação direta com a execução física das obras de construção do conjunto, pois o processo de mutirão incorpora dados relativos à condição de vida das pessoas, de forma objetiva, revelando também questões relativas às subjetividades, evidenciando atitudes e comportamentos individuais e as relações que ocorrem e se consolidam na implantação do projeto (no Anexo VIII – fotos da construção em regime de mutirão).

A formação do grupo de produção em mutirão para construção do Conjunto São Miguel foi majoritariamente composto com a mão-de-obra feminina, contando como dificuldade a carência de mão-de-obra especializada, conforme informações dos técnicos sociais responsáveis pelo empreendimento:

“A maioria do mutirão foi com as mulheres. Era um trabalho de formigueiro. O carrinho de mão... se é pedra, forma uma fila, faz uma fila; cada uma vai passando a pedra para outra. O barreiro chega antes; a mulher não pode pegar o carrinho de massa, é muito pesado. Os homens fazem isso, mas a maioria do trabalho é da mulher... Eu tiro o chapéu para essas mulheres” (Entrevista realizada em 06/05/04).

As histórias individuais e familiares dos participantes tinham lugar no mutirão e esse processo construtivo comportava e fazia uma ligação entre as histórias de vida de todo o grupo. Os fatos que compõem essas histórias são lembrados pelos moradores e pelos técnicos do Estado: algumas mulheres trabalharam grávidas, uma delas passou por dois períodos de gravidez durante o mutirão; uma mulher amamentava o filho nos intervalos da obra (a criança adoeceu e ela atribuiu a doença ao fato de estar com o “corpo quente”); uma mutirante que sofria de depressão, obteve melhora durante o trabalho, como resultado do aumento de sua auto-estima (ela suspendeu o uso de medicamentos); uma participante que veio de outro bairro afirmava ter câncer na mão (durante o trabalho ela se queixava de dor e chorava, mas voltava a trabalhar); outra que tinha CA num estágio mais grave cedeu a casa para outra pessoa; uma senhora que veio de outro bairro, apoiada pelos moradores de lá (vizinhos, o pastor, a diretora da escola), trazia muitas crianças⁴⁴ (netos); outras histórias de relacionamentos mais íntimos, que resultaram em separações e casamentos, também faziam parte da dinâmica do processo produtivo. Os vínculos familiares existentes na comunidade proporcionaram, em alguns casos, o encontro de três gerações no mutirão (avós, mães e netos), cada uma construindo sua casa.

O canteiro de obras no mutirão é um canteiro de vidas, onde ambos (obras e vidas) são ajustados, com um propósito único e coletivo de construir moradias. Abaixo, são descritos três depoimentos de três mulheres, moradoras do conjunto, que falam um pouco desses ajustes:

“Eu não trabalhava na construção, porque eu ficava na casa da minha menina pra ela trabalhar, eu fazia o almoço dos meninos, na casa das minhas meninas. Tirava vigia, eu vigiava” (Entrevista 4);

⁴⁴ Em virtude do grande número de crianças, que acompanhavam as mães ou avós, foi feita uma tentativa de reuni-las, sob os cuidados de uma adolescente, mas os riscos de acidente eram muitos e essa iniciativa foi desestimulada.

“Eu trabalhava no mutirão. Meu marido só trabalhava no fim de semana, porque ele trabalhava. Também nas férias ele vinha... Eu trabalhei um ano e sete meses na construção... Eu recebia o material... fazia massa, colocava tijolo, pedras no alicerce, fazia tudo” (Entrevista 12);

“Eu trabalhei muito pra ganhar essa casinha aqui. O dia e a noite direto, pra ganhar a minha e a da menina aí, porque ela trabalhava né... Trabalhava um dia pra ela, um dia pra mim, botando massa pros homens levantar. As muié tudinho se admirava de mim” (Entrevista 13).

Dois desses depoimentos são de senhoras com idade superior a 60 anos. O canteiro de obras mistura histórias, idades, conflitos e sentimentos de afeto e solidariedade. Também é um canteiro de guerra, pois a luta diária revela heróis e batalhadores, que vão até o fim da construção, e revela, noutros casos, o cansaço e a desistência de alguns. As dificuldades se multiplicam, pois ao lado das histórias de cada um, surgem os problemas de todos, que desestruturam as batalhas: a violência na área, o uso de drogas, os roubos do material de construção e a ocorrência de atos de vandalismo (uns jovens derrubaram propositalmente algumas paredes já levantadas). Alguns mutirantes, durante o processo produtivo, solicitaram indenização e saíram do programa.

De acordo com o regimento interno da SCHP, cada família tem a responsabilidade de trabalhar no mínimo vinte e cinco horas semanais, com tratamento diferenciado para aqueles incapacitados para o mutirão. Para esses casos os demais mutirantes assumiram a construção das casas. A localização relativa ao endereço para a ocupação das casas dependia da quantidade de horas trabalhadas por família: aquelas com maior número de horas e melhor desempenho tinha mais opção para fazer sua escolha (cláusula constante no regimento interno).

Além dos problemas intrínsecos da comunidade relatados, as questões relativas ao contrato foram impeditivas para o andamento contínuo das obras. A CAIXA faz exigências, conforme as normas do programa, para liberação de recursos: o atraso da entrega de qualquer documentação gera atraso na liberação. Alguns atrasos foram decorrentes do não aporte da contrapartida financeira do Estado. Daí, não havia liberação, as empresas não

forneciam materiais e a obra parava. Em novembro de 2002, diante da mudança de gestão no governo do estado, houve uma grande paralisação, havendo registro de medição de obra, conforme documentação, somente em setembro de 2003 (CAIXA).

Em meio a esse período, a secretaria responsável pela execução do empreendimento – a SEINFRA – autorizou a ocupação das casas, devido aos roubos e aos riscos de invasão. Em janeiro de 2003, a maior parte das famílias foi autorizada a ocupar as casas. Antes desse período, algumas famílias já haviam ocupado casas, mesmo sem estarem concluídas, pois suas casas haviam sido demolidas, por necessidade de implantação das obras de esgoto.

Em janeiro de 2003, as casas estavam com as paredes, telhados, portas e janelas, mas faltavam os acabamentos e não haviam sido feitas as instalações sanitárias. Os moradores aproveitaram vasos sanitários e pias das casas demolidas para instalação nas novas casas. A instalação elétrica somente foi feita pela COELCE em setembro de 2003. A situação de ocupação a seguir é exposta por uma moradora:

“Quando eu vim pra dentro dessa casa aqui não tinha energia, não tinha nada, não tinha banheiro, não, nada disso...ainda fui pagar pra fazer instalação aqui, que não tinha luz, não tinha nada, não deram com banheiro. A casa aqui foi entregue mesmo, porque tinha ladrão demais. Olha, botava uma porta hoje, quando era na outra rua já tinha sido levado duas” (Entrevista 4).

Conforme já foi dito anteriormente, o conjunto foi concebido sem um espaço comunitário. Das casas construídas em mutirão, uma casa foi destinada para sede da sociedade, em virtude da saída de um mutirante. Essa casa foi “invadida” por uma família participante do projeto (ainda não tinha sido construída sua casa). Posteriormente, a situação foi contornada. No trabalho de campo, foi constatada a ocorrência de uma outra “invasão”. A família que ocupou morava nas proximidades, numa casa que desabou com as chuvas, segundo a moradora⁴⁵. A casa “invadida” estava fechada e havia boatos de que o mutirante queria vendê-la. Após alguns conflitos, onde a comunidade entrou

⁴⁵ Segundo a entrevistada, ela já havia procurado a equipe social várias vezes para “olhar a barraca” onde ela morava e assim se integrar ao Programa.

em defesa da família “invasora”, essa situação também foi solucionada, com a permuta desse mutirante para um outro conjunto executado pelo Estado.

Quanto à questão fundiária, a regulamentação do Programa Pró-Moradia não faz exigência relativa à definição legal da propriedade. Para os projetos do Estado, em janeiro de 2002 foi publicado pelo Diário Oficial do Estado a legalização de “concessão de direito real de uso” para os participantes dos mutirões habitacionais executados pelo Estado. A previsão da concessão é por tempo indeterminado, mas somente é assegurada para os participantes com posse acima de cinco anos, “*contados a partir da data de efetiva ocupação do imóvel*” (Diário Oficial do Estado).

Mesmo sem a legalização da propriedade, as vendas e trocas são comuns no conjunto, o que não o diferencia de outros programas habitacionais, construídos em mutirão ou em regime de empreitada. Em outubro de 2003, ano da ocupação, foram registradas oito comercializações de casas e, no período de aplicação desta pesquisa, foram vistas placas com anúncio de venda em duas casas. Durante o trabalho de campo, na casa de uma das famílias entrevistadas, encontramos uma outra família (mãe e filho) que havia “vendido” sua casa. A amiga (entrevistada) falou do arrependimento dessa mãe pelo seu ato, porque agora ela não tinha onde morar.

Reporto-me novamente aos embasamentos teóricos de Heller (2000), já mencionados anteriormente, considerando essas negociações enquanto escolhas e atos da vida cotidiana, cuja explicação se traduz pela unidade “*imediate de pensamento e ação*”, pois o desfazer-se da casa, sem vislumbrar outra possibilidade de moradia responde por um momento preciso de vida, não sendo consideradas as conseqüências e efeitos do ato. Segundo Heller:

“A unidade imediata de pensamento e ação implica na inexistência de diferença entre ‘correto’ e ‘verdadeiro’ na cotidianidade; o correto é também ‘verdadeiro’. Por conseguinte, a atitude da vida cotidiana é absolutamente pragmática” (2000: 32).

Em síntese, deduz-se que a implantação do Pró-Moradia no São Miguel cumpriu com sua finalidade de urbanizar a área (com abertura e pavimentação de vias, abastecimento de água, esgotamento sanitário e energia elétrica), dotando 147 famílias de melhores condições para morar (fotos das casas e ruas – Anexo IX). Aliada a essa finalidade, fazendo parte da regulamentação normativa do programa, foi realizado o trabalho social⁴⁶, com um projeto que previa ações voltadas para organização do processo produtivo em mutirão, incluindo a formação da SChP; as demais atividades faziam referência à discussão e *“incentivo à preservação, valorização e utilização correto benefício”*, bem como à realização de *“palestras sobre saneamento básico, saúde e educação”* (CAIXA).

A participação comunitária regulamentada no Pró-Moradia apresenta exigências de participação das famílias contempladas, na elaboração, execução e avaliação do projeto, passando pelas fases de planejamento, onde são realizados os levantamentos e elaborado o projeto, e pelas fases de execução e avaliação. A finalidade maior deste trabalho é tentar garantir a adequada aplicação dos recursos, assegurando níveis de participação comunitária, em conformidade com a norma do programa.

As avaliações, que serão apresentadas a seguir, tiveram como base a análise documental do contrato (projetos e relatórios técnicos) e o trabalho de campo. As questões identificadas são de responsabilidade institucional, envolvendo a Secretária de Estado, executora do programa, e a Caixa Econômica Federal, operadora e financiadora dos recursos.

No São Miguel os técnicos sociais do Estado entraram na área para aplicação do cadastro, já com a definição do projeto físico. Eles não sabiam argumentar com a população o porquê da escolha daquela pequena área e tiveram que lidar com reações fortes das pessoas do entorno, das áreas não contempladas. A não realização do trabalho de participação comunitária, numa fase anterior à implantação do projeto, no sentido de definir junto à população

⁴⁶ A exigência do trabalho social no Pró-moradia é orientada para três eixos básicos de ações: Mobilização/organização comunitária, Educação ambiental/sanitária e geração de emprego e renda.

qual intervenção, área e famílias a serem contempladas, impossibilita uma avaliação sobre o atendimento das demandas da comunidade, inviabilizando também o trabalho voltado para uma perspectiva de caracterização e representação do interesse coletivo no local.

Quanto ao processo de organização comunitária, a formalização da SCHP, com a criação do regimento interno para a construção do mutirão cria regras que favorecem o exercício de mobilização e organização da comunidade. Entretanto, por ocasião do trabalho de campo, foram identificadas algumas questões que geraram dúvidas quanto ao cumprimento do critério de escolha da casa (endereço), mediante maior número de horas trabalhadas. De forma visível, percebe-se que as casas dos principais membros da sociedade têm uma localização privilegiada. Uma das representantes, que não residia no local da intervenção, foi beneficiada com uma casa de esquina, na rua principal (a de melhor localização, mais próxima da Avenida Washington Soares). Até o período de realização das entrevistas (agosto e setembro de 2004) a casa ainda estava fechada. Segundo uma vizinha, essa representante morava em outra casa, próxima ao conjunto, e só iria se mudar quando fizesse uma ampliação e reforma.

No período de realização do mutirão, o trabalho social foi intensificado, concentrando suas ações na efetivação do processo produtivo com a ajuda mútua. Os técnicos sociais do Estado fizeram um acompanhamento sistemático, propiciando uma organização dos mutirantes para execução das obras, trabalhando também questões de cunho individual, familiar e as que envolviam toda comunidade, através de preparação para o trabalho de equipe. Além do trabalho relacionado ao mutirão, houve a tentativa de articular uma parceria com a Secretaria de Ação Social do Estado, a fim de viabilizar oportunidade de trabalho para os catadores (pessoas do conjunto que trabalham com o lixo). Esse trabalho não obteve êxito.

Foram também realizadas atividades voltadas para o relacionamento humano – melhoria da convivência entre os mutirantes – e para aspectos relativos à valorização da casa. Essas atividades realizadas pontualmente não

se consolidaram enquanto processo e, dessa forma, alguns resultados negativos puderam ser evidenciados como o número crescente de opções por indenização dentre aqueles cadastrados para o mutirão, as comercializações das casas e os problemas de relacionamento e conflitos não elucidados ou não trabalhados na comunidade.

O trabalho necessário, relativo ao associativismo, não foi realizado: as ações educativas sobre participação e representação foram substituídas pela formação precoce da SCHK, pois a formação dessa sociedade foi uma das primeiras ações do projeto, com designação de lideranças não residentes no local do projeto. A criação da sociedade sem que fossem trabalhados na comunidade o sentido e objetivo da participação e da representação favorece a dominação de alguns e a passividade de muitos. Para a comunidade São Miguel, permaneceu desconhecido o sentido de liderança enquanto representação, o que pode sugerir formas autoritárias e/ou paternalista de implantação do programa.

Têm-se a clareza do trabalho exaustivo dos técnicos sociais do Estado no empreendimento. No entanto, a carência de técnicos para realização do trabalho necessário resultou na predominância de práticas imediatistas identificadas no decorrer do projeto, em atendimento às situações mais emergentes. Estas, além de não favorecer o alcance dos objetivos do programa, muitas vezes, criam obstáculos às reais ações transformadoras.

Por fim, percebe-se que mesmo quando a regulamentação dos programas prioriza concepções que os caracterizam conceitualmente como políticas públicas, durante a implantação desses programas podem ocorrer processos de autonegação dos seus princípios básicos e de suas concepções sociais e filosóficas. É comum a ocorrência dessa reversão nos processos de desenvolvimento comunitário: na realidade de Fortaleza, são raros os programas de habitação que favorecem a possibilidade de participação efetiva, com vistas a assegurar a visibilidade e a transparência necessárias ao controle democrático, em atendimento aos fundamentos de uma política pública.

Todos os elementos explicitados, neste capítulo, que tratam da concepção e implementação das políticas públicas e dos programas destinados a atender as carências de habitação, influem nas formas como são atribuídos os significados da moradia pelos diversos agentes envolvidos: governos, instituições e população. No entanto, outros fatores relacionados à vida das pessoas, nas demais dimensões, também compõem esses significados. No próximo capítulo, pretendo explorar questões relativas aos significados da moradia, utilizando-me do campo de pesquisa deste trabalho.

CAPÍTULO 3 – Significado da Moradia

*Entre o sono e o sonho
Entre mim e o que em mim
É o quem eu me suponho,
Corre um rio sem fim.*

*Passou por outras margens,
Diversas mais além,
Naquelas várias viagens
Que todo o rio tem.*

*Chegou onde hoje habito
A casa que hoje sou.
Passa, se eu me medito;
Se desperto, passou.*

*E quem me sinto e morre
No que me ligo a mim
Dorme onde o rio corre –
Esse rio sem fim.*

(Poesia *Entre o sono e o sonho* de Fernando Pessoa, 1985: 38).

O “habitat” humano é o local onde o homem se fixa, sendo este um eixo de sua vida, de suas relações com outros homens e com o mundo. O significado da moradia, expresso pelo conceito da habitação, engloba várias dimensões da vida: física, ambiental e urbana, econômica, social e psíquica, as quais são condicionadas pelos limites e possibilidades do uso e ocupação do espaço e resultantes de uma condição sócio-histórica da sociedade. Por isso, as condições do local de moradia, ou de sua construção, estão submetidas à mesma dinâmica das relações sociais estabelecidas ao longo da história, manifestando-se num dado contexto e período.

A casa, percebida nas suas várias dimensões, exige uma ressignificação dentro das sociedades capitalistas, uma vez que nestas a moradia é tida como mercadoria, enquanto bem de consumo. Nessa perspectiva, a necessidade de moradia, como espaço de vida, é substituída por moedas mais fortes como a dinâmica do mercado imobiliário, da construção civil e da apropriação de terras. O modelo de sociedade, apoiado na desigual distribuição de renda, também se torna visível na desigual condição de moradia. No entanto, em que pese à sobreposição dos fatores econômicos na questão da moradia, é consensual sua importância para os demais aspectos da

vida, como aqueles relacionados à saúde, à violência, ao acesso à educação e ao trabalho, incluindo também o bem-estar físico e emocional, as relações conflituosas e as relações afetivas.

De fato, a questão da moradia engendra grande complexidade, dada sua inter-relação e interdependência com aspectos diversos da vida individual e coletiva, abrangendo conteúdos objetivos, subjetivos e intersubjetivos. Por um lado, a moradia configura-se como um espaço onde está presente toda complexidade relacionada à dinâmica da sociedade capitalista e às políticas públicas nela inseridas e, por outro lado, como um espaço onde as relações mais íntimas se estabelecem na vida cotidiana, no interior da família, ou seja, dentro de casa, configurando-se também num espaço onde as relações de vizinhança são construídas, sendo estas o primeiro eixo de substância dos movimentos sociais de bairros e da cidade.

Assim, a moradia do ser humano é o local onde o homem se fixa e estabelece relações com outros homens e com o mundo. Quando uma pessoa constrói ou ocupa uma casa num local explicita uma necessidade ou disposição para ficar e conviver com as outras pessoas desse lugar. Desvendar as questões objetivas, relativas aos limites e possibilidades de construção e/ou ocupação de um lugar para morar e, ao mesmo tempo, agregar questões relacionadas à subjetividade, induz a busca de uma compreensão da realidade humana, em sua inteireza, vivenciada processual e historicamente, em sua multiplicidade de fenômenos.

Para fundamentação das questões ligadas à subjetividade humana, apoio-me na ciência e na poesia de Bachelard⁴⁷, acerca do significado do espaço de moradia, ressaltando também os aspectos ético e valorativo do ser humano, individual e genérico, bem como, tentando identificar junto aos moradores do Conjunto São Miguel o sentido, os sentimentos e significados do espaço de moradia.

A ênfase, aqui, dada ao estudo de Bachelard, pretende de forma antecipada situar aspectos da pesquisa relativos ao desvendamento e análises

⁴⁷ Alguns fundamentos já foram mencionados na introdução.

inerentes à expressão dos sentimentos das pessoas, sobre a casa e o lugar de morar, bem como perceber como são construídas as imagens e a imaginação dos espaços de moradia por parte dos habitantes do Conjunto Habitacional São Miguel.

No Conjunto, as entrevistas realizadas pretendem evidenciar também a vida coletiva do lugar, os conflitos e vínculos afetivos existentes e a formação da identidade, enquanto uma construção dos lugares em que se vive. Dessa forma, outros autores também foram estudados, para compreensão dessas questões. Essa vida coletiva é inerente ao ser humano nos espaços habitados, sendo uma condição ainda mais exigível nos espaços urbanos.

Além das questões objetivas, ligadas ao uso comum de espaços e serviços, pretendo identificar e expor, neste capítulo, as relações de afetos e de conflitos presentes na comunidade, através da descoberta dos sentimentos capazes de unir as pessoas (numa mesma emoção, de alegria ou de dor) e das relações conflituosas, considerando que as formas de vivenciar esses sentimentos e relações não são apenas experimentos individuais, eles formam valores e consolidam a vida coletiva nos lugares.

3.1 A casa – o sentido de morar

“Uma casa pode ser moldura para muitas histórias, abrigo para muitos afetos, atalho para muitos achados.

A casa traçada pela minha imaginação é assim, cúmplice clandestina dos meus absurdos, desejos surdos, meus cantos escuros.

Uma casa que eu possa escancarar meus quartos secretos, instalar minhas coisas do passado e minhas idéias descabidas.

Uma casa em que caibam os meus abraços e os meus embaraços.

Uma casa em que eu possa trapacear a tristeza, encolher o cansaço, soltar meus anjos e amassar meus demônios.

Uma casa para alargar as minhas liberdades, amar de verdade e fluir minhas vaidades.

Uma casa que me permita estreitar meus limites, espreitar minhas manhas, ter preguiça de manhã.

Uma casa para acomodar minhas doaduras, espelhar as minhas querências.

...

(Autor Desconhecido).

A moradia é uma necessidade básica de todos os seres humanos, desde o início de sua existência. O morador das cavernas, das ocas, é o mesmo homem que hoje constrói barracos ou improvisa sua casa embaixo do viaduto. Em todas as épocas, a casa representa o abrigo, uma extensão do corpo, um espaço de vida, pois é o canto do repouso, da intimidade, das relações mais afetivas; enfim, o lugar do cuidado, consigo próprio e com o outro.

No conjunto São Miguel, nas visitas iniciais, mesmo estando as casas habitadas, a paisagem mostrava um lugar em construção, com casas inacabadas, sem reboco ou pinturas, sem calçadas do lado de fora e sem instalações sanitárias no seu interior. Nesse movimento inicial de inserção no campo de pesquisa, percebo que o olhar é um grande instrumento para desvendar o significado da moradia. No referido conjunto, por mais que o padrão das casas e do plano urbanístico seja uma imposição para quem nele

vai morar, logo após sua ocupação, as marcas de cada família foram sendo impressas na paisagem.

As diferenças individuais de cada morador do conjunto marcam a paisagem urbana, dentro de um limite muito restrito, uma vez que não há espaço e não são permitidas mudanças, principalmente nas fachadas. Do lado de fora, a expressão dessa individualidade (do grupo familiar), que ocupa os pequenos espaços das casas, restringe-se às cores da pintura na fachada, alguns vasos de plantas ou outros ornamentos. Dia após dia, as mudanças são perceptíveis para quem chega: o que não tinha cor vai ficando colorido, as casas vão se personalizando ao gosto de cada morador e com os limites de sua condição financeira. Isso também é percebido no interior do conjunto, conforme o relato de uma moradora:

“Mudou as pessoas ajeitando suas casas, porque as casas era tudo sem cor, tudo só no reboco, aqui, cada um já pintou, já botou portão, já botou planta na frente... mudou muito a rua, limpou muito” (Entrevista 6).

Nas visitas, além de uma visão panorâmica do conjunto habitacional, meu olhar vai para o interior das casas. Dentro de casa, a situação é diferenciada, pois mesmo nos reduzidos espaços⁴⁸, a dinâmica da família é revelada. Ao entrar em algumas dessas casas, sinto uma dinâmica própria, particularidades e traços de individualidades. Realizando descobertas, converso com as pessoas, faço questionamentos sobre o Programa, investigo os níveis de satisfação ou insatisfação com a moradia. Também o olhar é um grande colaborador: nada melhor que o olho no olho de quem cria, inventa e reinventa seu espaço.

Nas entrevistas, percebo que as respostas muito podem revelar, mas o raciocínio lógico que elabora as respostas ainda permanece distante da possibilidade de abarcar o sentido de morar. Teria que se falar do próprio sentido de viver, de suas múltiplas dimensões; dos projetos existenciais; da

⁴⁸ A área construída da casa mede 37,20m², dividida em quatro vãos: sala, quarto, cozinha e banheiro, acrescidos com uma pequena passagem na entrada, utilizada como varanda pelas famílias, após colocar uma grade ou portão. A planta (Anexo X) dos projetos da casa, executados pelo Estado, nas construções em mutirão, foi modificada em seu interior na maior parte das casas visitadas no Conjunto São Miguel.

vida em seus direcionamentos. Projetos de existência que têm finalidades particulares e genéricas da espécie humana. Para os segmentos de mais baixa renda, moradores dos conjuntos habitacionais, esses projetos, apesar de vividos, não são pensados ou falados. As particularidades do espaço são vivenciadas no cotidiano, muitas vezes restritas ao imediato exigido para a sobrevivência.

Afirmo, aqui, que os projetos materializados no espaço da casa, do conjunto e do bairro, se confundem com os projetos de vida: a falta ou escassez do espaço corresponde à falta de opções e de possibilidade de dirigir a própria vida. Melhor dizendo, os projetos arquitetônicos que reduzem os espaços físicos das casas e reduzem espaços de uso comunitário nos conjuntos habitacionais, nos bairros e na cidade, estão submetidos à mesma lógica e concepções hegemônicas do projeto de sociedade, que reduzem os espaços de participação social e política das famílias de baixa renda. Ao serem reduzidos esses espaços físicos, os espaços de vida e de construção das identidades também se apresentam reduzidos, pois a percepção, o olhar e o sentimento não têm espaços para expressão.

Essas considerações mais gerais sobre a redução de espaços e de expressões revelam um fundamento da macro estrutura social e econômica. Na pesquisa, essas questões não são expressas pelos moradores. Tais questões são ausentes tanto quanto é a participação deles na construção dos espaços para morar e na vida em sociedade. Paradoxalmente, o que se manifesta na pesquisa, em relação à moradia atual, no Conjunto São Miguel, por parte dos moradores, é a representação da casa como um novo espaço de expressão. Esse espaço, restrito aos limites da casa, apesar de não influir, de forma direta, na vida social, deu um outro sentido de vida às pessoas, conforme se observa nos depoimentos:

“Hoje eu tenho uma casa só pra mim, pra mim cuidar das minhas coisas, fazer minhas coisas, da cozinha” (Entrevista 6).

“Agora eu sou a chefe da casa, eu faço tudo. O que eu mais gosto de fazer é arrumar a casa” (Entrevista 11).

Nesses relatos, a casa, diante da mudança de uma situação anterior ainda mais limitada, em relação aos espaços de moradia, representa um espaço de expressão e de sentido de vida, porém, um espaço restrito ao âmbito da vida doméstica. Vale ressaltar que se tratam de relatos de mulheres entrevistadas, o que remete também à questão cultural de gênero, do mundo feminino, ou seja, o “cuidar” do espaço doméstico como atribuição da mulher.

Esse dado, apesar de não alterar a importância e o novo significado atribuído pelas entrevistadas ao espaço de moradia atual, sugere que se abra um parêntese para análise da questão cultural, relacionada ao trabalho doméstico. Numa perspectiva sociológica, o trabalho doméstico pode revelar uma condição de inferioridade, por ser uma atividade manual, considerada como inferior em relação ao trabalho intelectual, constituindo-se por tarefas realizadas, na maioria das vezes, por mulheres, também inferiorizadas na cultura patriarcal.

O parêntese para falar da questão cultural não tem como finalidade aprofundar discussões sobre gênero e trabalho. Trata-se somente de traduzir os depoimentos com a dimensão atribuída por parte das pessoas pesquisadas⁴⁹, relativas aos temas abordados em pesquisa, sem desprezar, contudo, os parâmetros de conhecimento referentes aos conteúdos temáticos estudados pelas ciências sociais. Isso porque as questões culturais e os padrões sociais estabelecidos têm uma relação direta com a percepção e sentido expressos pelos moradores, principalmente no que se refere à ligação dessas questões com os espaços de participação que eles dispõem, sejam no domínio público ou no interior da casa.

Dessa forma, qualquer proposta de transformação de um padrão social e cultural precisa contar com as percepções e sentimentos das pessoas, dos diversos segmentos sociais. No caso em análise, as percepções e sentidos precisam ser ampliados, agregando o conhecimento e abrindo outras

⁴⁹ Essa dimensão ou esse valor atribuído também deve contar com as condições presentes nas histórias de vida de muitas mulheres, relativas ao trabalho doméstico. Parte das entrevistadas foi ou é empregada doméstica, tendo como atribuição cuidar de um espaço de outra família, onde não dispõe de nenhum domínio. Essa questão será retomada no item 3.3.

possibilidades de análises para as pessoas, em relação às suas condições de vida inseridas num contexto social maior.

Voltando às percepções e sentidos que retratam a casa, são muitos os depoimentos em que as pessoas entrevistadas se mostram realizadas por terem um espaço para a prática das atividades domésticas. Bachelard, ao propor uma aproximação da realidade com o espaço da casa, fala sobre os “devaneios” inerentes à atividade doméstica, afirmando que esta é “*o que guarda ativamente a casa, o que na casa une o passado mais próximo e o futuro mais próximo, o que a mantém numa segurança de ser*” (1993: 79-80). O autor traduz o trabalho doméstico como uma atividade criadora: o “cuidar” da casa, dos móveis, enquanto humanização do espaço. Para ele, a consciência do ato de limpar a casa ou os móveis se contrapõe aos atos puramente mecânicos. Segundo Bachelard:

“A consciência rejuvenesce tudo. Dá aos atos mais familiares um valor de começo. Ela domina a memória. (...) ...quando com um paninho de lã, que aquece tudo que toca, passa um pouco de cera aromática em sua mesa, ele cria um novo objeto, aumenta a dignidade humana de um objeto, integra o objeto no estatuto da casa humana” (1993: 80).

Não se trata aqui de ignorar os danos nocivos da cultura patriarcal e do desvalor atribuído ao trabalho manual. As análises enriquecidas pela visão poética de Bachelard objetivam direcionar a percepção para um outro ângulo: o aspecto sensitivo, cujo domínio é pessoal e se manifesta em posicionamentos e atitudes em relação ao espaço da casa. Esse domínio extrapola a questão relativa às atividades domésticas, caracterizando também formas de pensar, sentir e agir, diferenciadas para o homem e para a mulher.

A maior parte das entrevistas foi realizada com mulheres, sendo raro a presença do casal. Numa das entrevistas em que o casal estava presente, ao se falar da casa e das possibilidades de ampliações futuras, enquanto a mulher falava em construir mais um quarto para os filhos, o marido falava numa ampliação de um vão para montar um comércio, figurando uma representação de um espaço para a rua, para o mundo, distinto do outro espaço, representado por ela – feminino – voltado para o interior da casa, para um uso doméstico e familiar.

Em relação à questão de gênero, aliada ao espaço de moradia, Bachelard, referindo-se aos cuidados com o espaço doméstico, enquanto uma forma de manter e conservar um lugar, dando-lhe vida e “clareza”, afirma:

“Parece que a casa luminosa de cuidados é reconstruída do interior, que é nova pelo interior. No equilíbrio íntimo das paredes e dos móveis, pode-se dizer que tomamos consciência de uma casa construída pelas mulheres. Os homens só sabem construir as casas do exterior. Não conhecem a civilização da cera” (Bachelard, 1993: 80-81).

A conquista de um espaço para morar é outro dado significativo, de reconhecimento, por parte dos moradores do Conjunto São Miguel. Alguns ressaltam o esforço realizado no processo de construção e outros manifestam um sentimento de gratidão. A maioria ressalta a importância da posse, o fato de ser “dono da casa”. É conveniente lembrar que, para todos os moradores, trata-se da primeira casa, considerada “própria”. A seguir, descrevo um depoimento que fala da conquista e outro que junta conteúdos que se misturam: a conquista e a gratidão:

“Para quem não tinha onde morar, valeu a pena trabalhar tanto para conseguir a casa” (Entrevista 16).

“Foi muita luta, trabalho e suor, que eu conseguir essa casa. Por isso ela é muito valiosa para mim. ...Todos os dias agradeço a Deus, o governo e as pessoas que deram a oportunidade de hoje está morando em minha casa” (Entrevista 17).

Tanto o reconhecimento da luta pela conquista da moradia, como os sentimentos de gratidão geram sentimentos de apego à casa, que se relacionam com uma perspectiva de vida futura, como mostra o depoimento:

“Aqui é o meu canto, meu lugar que eu vou aqui morar, meus filhos vão crescer aqui, vão se formar aqui. Sair daqui só pro céu. Acho bom aqui demais” (Entrevista 6).

Também, outros sentimentos de apego relacionam-se com uma condição de vida concreta e presente:

“Eu já pensei de vender essa aqui e comprar uma casa que já tivesse no ponto de morar, rebocada, uma cozinha maior, um quarto também e pelo menos dois quartos, pros meninos. Mas aí eu penso no trabalho todinho que eu tive, no mutirão, aí eu já...já teve muita gente que vendeu. Quando eu saio no quintal e vejo o tamanho do terreno, aí eu me arrependo” (Entrevista 7).

Quanto à questão relacionada ao sentimento de posse, são vários os depoimentos que reforçam o sentido de morar correspondente à apropriação de um lugar. Contudo, o fato de “ser dono”, que coloca a casa como “objeto de pertença” dos moradores do conjunto, também coloca outros significados para a moradia, como segurança e conforto, conforme se observa:

“A casa é a minha segurança: saber que ao acordar estou debaixo do meu teto” (entrevista 2).

“Pois quem tem uma casa hoje em dia pode se considerar rico. Só em você imaginar que vai ter seu cantinho para dormir, sem ter que se expor no relento, colocando sua vida e a da sua família em risco, já é uma benção de Deus” (Entrevista 18).

A construção dos significados da casa, no conjunto São Miguel, teve início ainda na fase do cadastramento para o programa. As primeiras construções edificaram duas casas modelos, que foram utilizadas para a continuidade do mutirão, como almoxarifado e administração. Os moradores já se imaginavam em suas casas, a partir das casas modelos (primeira foto do Anexo XI). O primeiro projeto de muitos moradores para a casa foi a construção do muro. Sob a alegativa do risco causado pela violência presente na área, os moradores logo expressaram o desejo de construir os muros e aqueles que puderam fazê-lo, priorizaram essa construção.

Sem negar a questão da violência e a argumentação do muro como proteção, a afirmação da propriedade também se manifesta com esse ato. Os muros cercam os lotes e, a partir da cerca, passam a ser um espaço para ser usado pelo seu dono, pertence unicamente a ele. Além da propriedade, ele garante a privacidade. Nesse espaço ele pode sonhar e realizar. Com o muro, o espaço do sonho aumenta, pois a casa comporta pequenos espaços. Por esse motivo, e por outros ligados à necessidade de conforto, a maioria dos moradores deseja ampliar e construir cômodos: eles planejam a construção de mais um quarto e o aumento da cozinha; mencionam também as necessidades de acabamentos, como reboco, pintura e outros.

Na verdade, o espaço construído é reduzido e insuficiente para a acomodação das famílias. O fato de somente dispor de um quarto já confirma a inadequação da quantidade de vãos, considerando as necessidades de

acomodação de pais e filhos. O tamanho dos cômodos também mostra essa redução, principalmente em relação à cozinha.

Adotando a casa de Bachelard (1993), que tem um valor onírico, além do questionamento sobre como se vive nesse espaço restrito, indaga-se sobre os sonhos: se o espaço comporta o uso da imaginação, da fantasia e dos devaneios. Segundo Andrade (2003),

“A casa não é só um abrigo para o homem, mas também um porto seguro para seus sonhos e devaneios, é um canto do mundo onde ele se reencontra com sua intimidade. A carência de habitação nas grandes cidades tem seqüestrado o pensamento, o desejo e o direito de viver os segredos e as fantasias que ampliam os valores do espaço habitado. (...) Para falar da casa é preciso refletir e habitar seus cômodos.”

Ainda, em relação aos cômodos das casas do Conjunto São Miguel, na pesquisa realizada, as preferências e gosto por ficar em um vão da casa são acompanhados por uma utilização do lugar, ou seja, o que é vivido num determinado canto faz dele um lugar de permanência ou de passagem. As preferências voltam-se para o quarto e a sala, conforme se observa:

“Fico mais na sala. É aonde eu ajudo os meninos a fazer as tarefas dele. ...Também sempre chega uma amiga minha, aí conversa... a sala é mais espaçosa, mais ventilada. Aí os meninos gostam de ficar à vontade aqui porque é grande” (Entrevista 5).

“Eu gosto mais do meu quarto de manhã, que eu fico lendo, né, um pedaço” (Entrevista 6).

“Fico mais aqui na sala. Quando eu termino de fazer as minhas coisas, me deito nessa rede e fico assistindo televisão. Eu fico mais aqui. Cozinha eu não gosto muito de ficar, é muito apertado” (Entrevista 7).

No entanto, mesmo justificando a necessidade de utilização, o bem ou mal estar relacionado ao tamanho do cômodo é mencionado. É o que ocorre com a cozinha, pois apesar da necessidade do trabalho doméstico de cozinhar para a família, as pessoas que o fazem não gostam e não ficam muito tempo nesse cômodo. Também o espaço da entrada, utilizado como varanda (fotos Anexo XI), é identificado pelos moradores como indesejável, em relação ao tamanho desse local, conforme depoimento:

“Não gosto da varanda, não tem espaço. Ficou pouco espaço na frente e muito quintal. Eu queria que fosse diferente... Gosto do quintal, é grande e ventilado” (Entrevista 10).

A questão ainda colocada é sobre a possibilidade dos sonhos e devaneios em espaços reduzidos. Primeiro, há que se compreender que a condição de vida urbana já impõe restrições nas dimensões dos espaços de moradia. Cada vez mais, para uma grande maioria da população, verticalizam-se as construções e reduzem-se as áreas internas das casas e apartamentos. Para as camadas de mais baixa renda, já é uma exceção poder habitar uma casa ou apartamento, mesmo que em reduzidos cômodos, em quantidade e tamanho. Trata-se de uma condição concreta e possível de vida em relação à moradia.

Quanto aos sonhos, fantasias e devaneios, a complexidade da casa de Bachelard, com porão e sótão, trabalhados pela psicanálise, como o inconsciente e a razão, e compreendidos com os exageros e extremos das imagens, pela fenomenologia, não se constitui espaços únicos e de possibilidade. Para falar dos sonhos é necessário compreender a fenomenologia da imagem. O autor afirma que, ao invés de tentar explicar os sentimentos com relação ao espaço, deve-se chegar ao extremo das imagens: *“Nossa alma é uma morada. E, lembrando-nos das casas, dos aposentos, aprendemos a ‘morar’ em nós mesmos”* (Bachelard, 1993: 10). Ele também imagina a casa como um ser concentrado, em seus espaços e cômodos, vivenciando o sentido da cabana. *“A cabana é a solidão enraizada”* (id: 49). Pelo sentimento de centralidade, a cabana expressa a morada do ser, a certeza de ser.

Para Bachelard, o espaço da casa é “miniatura” e “imensidão”, reveladas a partir da intimidade dos seres com os espaços, através das imagens, da imaginação e dos sonhos. Portanto, não se limitam ou se expandem os sonhos e devaneios com a limitação ou ampliação dos espaços. O que pode limitar os sonhos é a ausência de oportunidade, fruto de toda uma condição sofrida de vida, com a exigência da luta pela sobrevivência imediata e concreta, que não abre espaço para a imaginação e a imagem poética.

Apesar dessa condição sofrida de vida se manifestar no espaço de moradia é também através dele que, com as imagens de um espaço vivido, se

volta ao passado e com a imaginação se lança ao futuro. Os moradores do conjunto São Miguel fazem esse percurso, de resgatar a imagem da casa natal e das casas da infância, imaginando também a casa do futuro⁵⁰.

Quando Bachelard fala da imensidão íntima, o devaneio acerca da imensidão do espaço dá ao ser a possibilidade de se vincular com o infinito, esquecendo o espaço próximo. A imaginação de espaços amplos, do mar ou da planície não é vivida pela lembrança; a imaginação é ativa, desde o momento inicial de contemplação, e permanece ativa em cada momento, enquanto uma contemplação primordial. Segundo o autor, por outro lado, os sonhadores e poetas ficam muito à vontade num mundo em miniatura. A imagem do mundo miniaturizado dá a ele uma vivência de pleno domínio. *“Possuo tanto melhor o mundo quanto mais hábil for em miniaturizá-lo. Mas, fazendo isso, é preciso compreender que na miniatura os valores se condensam e se enriquecem”* (Bachelard, 1993: 159).

Retornando ainda aos espaços que se reportam aos cômodos da casa, segundo Bachelard, a escolha de um canto, após exame de um espaço, é a escolha de si mesmo:

“todo canto de uma casa, todo ângulo de um quarto, todo espaço reduzido onde gostamos de encolher-nos, de recolher-nos em nós mesmos, é, para a imaginação, uma solidão, ou seja, o germe de um quarto, o germe de uma casa... esse retraimento inteiramente físico em nós mesmos já traz a marca de um negativismo. Sob muitos aspectos, o canto ‘vívido’ rejeita a vida, restringe a vida, oculta a vida” (1993: 145-146).

A partir da escolha de um canto para ficar, surge a vivência do retraimento, a qual sugere um negativismo: o canto é a negação do universo. Na solidão do canto não se fala a si mesmo, simplesmente se cala, calam-se os pensamentos. No canto também se vive a imobilidade. *“E é preciso designar o espaço da imobilidade fazendo dele o espaço do ser”* (id: 146). No canto se vive um mundo interior, enquanto o resto do espaço revela o mundo exterior. Os cantos não precisam de transposições na imaginação poética. Esses cantos, sejam da casa ou de um vão, como um quarto, são para a imaginação

⁵⁰ No item 3.3, deste capítulo, serão aprofundados os dados que revelam essas casas – natal e futura – como elemento de construção da identidade individual e coletiva.

redutos de solidão, de recolhimento. Essas vivências de retraimento e de imobilidade são expressas pelos moradores, principalmente quando eles priorizam o quarto, como o canto de mais permanência e gosto:

“Gosto mais do meu quarto. Nos meus momentos de reflexão, de pensar, botar muita coisa em dia, é no meu quarto... Não tem nenhum canto que eu não goste não. Tudo tem um pedaço de mim” (Entrevista 2).

“Gosto de todos os lugares da minha casa. O que eu mais gosto de ficar, que eu gosto de orar, de ficar assim um pouco mais sozinha, é no meu quarto” (Entrevista 11).

A força do espaço íntimo é o que mais explora a dialética do espaço interior e do espaço exterior. Quando se fala da intimidade de um quarto, fala-se da intimidade; o espaço não mais existe ou faz parte do ser. *“Ele já não nos limita, pois estamos no próprio fundo de seu repouso, no repouso que ele nos conferiu”* (Bachelard, 1993: 228).

Para falar dos espaços habitados e sua poética, Bachelard explicita algumas diferenciações entre a metáfora e a imagem poética. A esta última é atribuída à possibilidade do devaneio, enquanto que a primeira é produto de racionalizações, destinando-se a uma explicação da realidade sensível. Para o autor, a metáfora *“vem dar corpo concreto a uma impressão difícil de exprimir”* (id: 87). O que deveria ser um *“acidente de expressão”*, a metáfora, por seu caráter explicativo, presta-se a finalizar enunciados, fazendo com que a imagem perca sua espontaneidade: *“...quando se pressente uma metáfora, é porque a imaginação está fora de questão.”* (ibid: 89). Quanto à imagem poética, que é *“proveniente da consciência sonhadora”*, surge a partir de um encontro sensível com uma *“imagem viva”*, estimulando descobertas oriundas da estranheza ou surpresa que causa, *“Procede de uma ontologia direta.”* (ibid: 2).

Em síntese, a metáfora constrói-se tal como um modelo, uma explicação, a imagem poética provém da intuição, retrata a surpresa, o inesperado. A distinção feita por Bachelard da imagem poética com a metáfora, compara esta apresentando o diferencial relacionado à imagem concreta. A construção da imagem poética relaciona-se a uma abstração ligada à intuição e é produzida através do instante vivido, naquilo que ele apresenta de mais

essencial, não sendo possível a elaboração desse processo construtivo. Já a metáfora é construída através da representação de uma experiência, a qual produz modelos a partir da realidade apreendida, com seqüências temporais ou causais.

Bachelard faz da imagem poética dos espaços – interior e exterior, pequeno e imenso, íntimo e universal, aéreo e enraizado, com formas reta, circular e em espiral – a imagem ontológica do ser. Com essas imagens que tratam do ser transcendental e com todos os aspectos concretos e cotidianos ligados à necessidade de morar, é possível afirmar que a existência humana é inseparável de um espaço, seja uterino ou planetário, conforme o autor poetiza: *“...a casa é o nosso canto do mundo. Ela é como se diz amiúde, nosso primeiro universo. É um verdadeiro cosmos”* (Bachelard, 1993:24). A casa também é um “útero” da família, conforme expressa o depoimento a seguir, que mesmo tratando a casa como um bem, traduzida como propriedade, fala na proteção e segurança propiciadas por esse espaço:

“Pra mim a casa é a peça fundamental para que uma família possa se sentir mais segura e protegida. A casa é um bem que todos nós devemos ter como prioridade, porque é na casa onde preparamos os fundamentos iniciais de nossa família” (Entrevista 19).

Muitos são os significados da moradia, representados em resposta as necessidades de segurança e proteção. O sentido de morar, na imaginação poética de Bachelard, reporta-se aos ninhos. Estes são estudados como transposições da função de habitar. O ninho, na expressão da imagem poética, vem como amoldamento do ser humano, devolvendo-lhe a primitividade do refúgio. Mesmo observando a precariedade de um ninho, a partir dele é suscitado um sentimento de segurança, percebe-se que ele é o centro da vida. Ela tem início nesse lugar onde se confia dormir e acordar. A necessidade do mundo de agressão e de defesa vem depois. *“Nossa casa, captada em seu poder de onirismo, é um ninho no mundo”* (Bachelard, 1993:116). Também o mundo pode ser imaginado como um grande ninho. *“O ninho do homem, o mundo do homem, nunca acaba. E a imaginação ajuda a continuá-lo”* (id: 116).

A casa representa a vida fechada, segura e protegida, habitando também infinitos devaneios. O universo e a casa são as moradias do seres. As

imagens da imensidão do universo são levadas quando se recolhe na solidão. “A imensidão é uma das características dinâmicas do devaneio tranqüilo” (Bachelard, 1993:190). Quando a imagem de um objeto próximo leva ao devaneio, sente-se a expansão do espaço íntimo, do ser interior.

“...uma imensa casa cósmica existe potencialmente em todo sonho de casa. De seu centro irradiam-se os ventos e as gaivotas saem pelas janelas. Uma casa tão dinâmica permite ao poeta⁵¹ habitar o universo. Ou, noutras palavras, o universo vem habitar sua casa” (id: 67).

O espaço de moradia do ser é abrangente, vai ao ontológico, mas a percepção e sentido da habitação, sem um aprofundamento, apresenta-se como um lugar restrito. A concentração da moradia na casa, nos seus limites de paredes e teto, responde pela necessidade de morar e também pela necessidade de ter a propriedade. Os sentimentos e os afetos são esquecidos ou substituídos por outros valores construídos na história de cada um e de toda a humanidade, dentro de uma forma de organização das sociedades.

No Conjunto São Miguel, ao ser perguntado na entrevista sobre o que significa moradia digna, a grande maioria dos moradores referia-se a posse, conforme se identifica nos depoimentos:

“Moradia digna é a pessoa ter a casa da gente própria, com energia, água, esgoto, colégio, hospital, posto de saúde. Eu acho que essas coisas... é ter um bom emprego também, né” (Entrevista 7).

“Moradia digna é uma casa, com esgoto, água e luz. Esta é a primeira casa minha” (Entrevista 9).

“Uma moradia digna é você ter uma casa própria que é digna, com banheiro dentro, confortável, com sala, com seu quarto, uma cozinha bem ampla, quarto separado, quarto de bebê, uma frente bem limpa, água” (Entrevista 12).

Nesses depoimentos, embora a questão da propriedade seja ressaltada, as condições materiais de vida mencionadas ultrapassam as paredes e tetos. A moradia digna vai além da casa⁵². Ela se amplia no cotidiano de vida, em espaços físicos e nas relações com outras pessoas. A

⁵¹ Ele ressalta que a poesia (centro do devaneio), propicia a comunicação com o poeta, penetrando no sonho dele e indo aos próprios sonhos.

⁵² Na avaliação do trabalho social realizado no local não foi possível mensurar se essa percepção relativa à moradia digna “além da casa” foi um resultado do trabalho com os moradores acerca da valorização da moradia. Contudo, os assuntos discutidos nas reuniões fomentaram um enriquecimento na percepção dos moradores acerca da habitação, incluindo como parte desta as condições materiais, relativas aos serviços urbanos, prestados à coletividade.

calçada, as ruas, o bairro e os equipamentos coletivos, fazem parte da vida, tanto quanto a casa. Trata-se de uma percepção e sentido dos espaços urbanos, de uma vida em comunidade, motivada pela utilização dos serviços públicos e equipamentos utilizados de forma coletiva.

Os questionamentos e debates atuais, relacionados a essa amplitude, que ainda se restringem aos espaços físicos mais próximos e às condições materiais, estão presentes nas concepções e diretrizes das políticas públicas voltadas para a questão da moradia, do mesmo modo em que estão presentes nas falas dos entrevistados. Entretanto, reforçadas pela questão da propriedade, também ressaltada pelos moradores, as concepções relativas à vida coletiva da moradia urbana não revertem os conceitos referentes à mercantilização dos lugares de morar.

Hoje são muitos os programas sociais de moradia, que a concebem de forma abrangente, no sentido de ultrapassar a necessidade de padrões mínimos de habitabilidade, ampliando as noções de conforto e qualidade. A moradia digna é entendida como um espaço dotado de saneamento e infraestrutura básica (água, esgoto, drenagem, energia elétrica), de transportes coletivos e de equipamentos sociais, de saúde, educação, segurança, lazer e cultura⁵³.

O lugar de moradia para esses programas não se restringe à casa, ou seja, não significa apenas o espaço individual, mas relaciona-se às outras necessidades básicas atendidas de forma coletiva. Essa maneira de conceber a habitação (pelo governo e por algumas comunidades) já representa um avanço, uma vez que amplia as possibilidades de atendimento às necessidades materiais de morar⁵⁴ e aponta para um referencial de vida coletiva que lhe é inerente.

⁵³ Diretrizes contidas nos programas do Governo Lula (iniciado em 2002).

⁵⁴ Convém ressaltar que as concepções adotadas nas diretrizes atuais do governo passam ao largo da Cidade de Fortaleza, conforme já relatado no capítulo anterior.

Ainda em relação à moradia digna, a casa, como representação do abrigo, revela o desejo e a necessidade de recolhimento e de proteção. A crença é de que embaixo de um teto não se é agredido, conforta-se, concilia-se com o sono e o sonho, com o descanso, encontra-se consigo mesmo e com as pessoas que se quer bem, que são íntimas. Esses significados são mencionados pelos moradores, ao traduzirem a moradia digna como um espaço de “vida em comunidade”, um lugar onde estão presentes a “união”, a “paz” e a “tranqüilidade”, além de assegurar “saúde” e “trabalho” para as pessoas. Os sentimentos de segurança que se apóiam na vida em comunidade podem ser entendidos pelo depoimento:

“Eu acho essa moradia aqui pra mim digna, porque aqui ninguém mexe comigo, entendeu? Vou pra casa das minhas menina, assisto a televisão lá que é uma coisa que eu gosto e ela deixa eu ficar até onze horas. Essa porta eu boto só o ferrolho, só basta encostar, quando eu chego tá do mesmo jeito... A moradia aqui é uma maravilha, é uma benção. Ela é digna mesmo, porque eu dedico confiança aos meus vizim, tanto os de frente, como os de lado” (Entrevista 4).

Na pesquisa realizada no Conjunto são Miguel, também foi explorado o que seria a moradia dos sonhos, com o objetivo de suscitar a imaginação acerca do significado do espaço de moradia, considerando os valores oníricos, explicitados por Bachelard. A dificuldade dos moradores em verbalizar sonhos é percebida num primeiro momento. Após outros questionamentos feitos nas entrevistas, que levaram as pessoas a pensar sobre os vários significados da moradia, mergulhar nos sonhos não foi uma tarefa simples⁵⁵. A maioria não conseguiu se reportar para outros espaços, fixando-se na casa atual e agregando sonhos de fazer melhoramentos; outros mencionaram aspectos relativos ao bem-estar individual e dos familiares e vizinhos. Os sonhos fizeram parte de um momento, cuja imaginação era expressa com alegria ou com esperança. Esses sentimentos eram experienciados no momento da entrevista. Para Morin, *“nenhum dispositivo cerebral permite distinguir a alucinação da percepção, o sonho da vigília, o imaginário do real, o subjetivo do objetivo”*

⁵⁵ Em algumas situações, para facilitar, era solicitado que as pessoas fechassem os olhos e imaginassem a moradia dos sonhos. Segundo Bachelard, *“Todo sonhador solitário sabe que ouve de outra maneira quando fecha os olhos”* (1993: 185-186).

(2003:96). Relaciono, a seguir, alguns depoimentos sobre a moradia dos sonhos:

“O sonho é morar na beira da praia, sem me preocupar com nada” (Entrevista 2).

“A casa dos meus sonhos é esta aqui... tá faltando o reboco. Graças a Deus daqui eu não saio mais. Só se me tirarem daqui. Toda vida foi um sonho meu morar em Conjunto. Nunca deu certo. Trabalhei muito” (Entrevista 3).

“Eu acho que eu já tenho a minha casa. É a casa dos meus sonhos, a rua é maravilhosa, tranqüila, e os vizinhos gente boa... eu e meu esposo e meus filhos estamos muito feliz e adoramos nossa casa que é um paraíso de morada” (Entrevista 6)

“A moradia dos meus sonhos é uma casa com espaço grande, um quintal também grande... e cerâmica, toda pintadinha, com as minhas coisas, os quartos dos meus filhos” (Entrevista 7).

“Melhor lugar pra eu morar é aqui mesmo. Eu fecho meus olhos, sonhar em ajeitar minha casa. Eu sou só, mas eu vou batalhar” (Entrevista 8).

Dentre os entrevistados, alguns moradores, ao falarem da moradia dos sonhos, retornaram à casa natal e ao lugar da infância⁵⁶. A moradia dos sonhos revela a inteireza do ser, pois os sonhos vão para além da vida concreta e cotidiana; traduzem uma energia vital não condicionada pelo tempo, trazendo para o presente imagens do passado e do futuro num intenso momento vivido. Também amplia os espaços da imaginação, saindo de dentro das casas, vagando por outros lugares e fortalecendo vínculos.

O resgate do significado do espaço de moradia, enquanto lugar dotado de vida, contraria séculos de história, onde as formas de perceber e de sentir o mundo foram alimentadas por concepções antropocêntricas, com respaldo científico das abordagens positivistas e cartesianas, as quais separam e hierarquizam os seres e os espaços, distanciando também o homem e mulher dos outros seres e dos lugares.

Contudo, as análises dos espaços de moradia, sejam eles naturais ou construídos, não podem se restringir ou serem isolados dos fenômenos que neles ocorrem. As relações entre as pessoas e destas com o espaço se processam no cotidiano da vida, no interior de uma casa, no espaço da rua, do

⁵⁶ Conforme já foi mencionado, esse tema será trabalhado no item 3.3 deste capítulo.

bairro ou nos campos. E é esse cotidiano que dá significado ao espaço habitado, ao mesmo tempo em que o significa, dotando-lhe de sentido.

O próximo item tem como foco o estudo das inter-relações efetivadas a partir da convivência das pessoas que habitam um mesmo lugar, os vínculos afetivos e os conflitos, que surgem e são vivenciados no cotidiano, cujos processos consolidam atitudes, papéis e a vida coletiva nos espaços de moradia.

3.2 Habitar e conviver – conflitos e vínculos afetivos

“...Mas que me seja permitido sonhar com outra vida e outro mundo, em que um homem batesse à porta do outro e dissesse: ‘Vizinho, são três horas da manhã e ouvi música em tua casa. Aqui estou’. E o outro respondesse: ‘Entra, vizinho, e come de meu pão e bebe de meu vinho. Aqui estamos todos a bailar e cantar, pois descobrimos que a vida é curta e a lua é bela’...”

...E o homem trouxesse sua mulher, e os dois ficassem entre amigos e amigas do vizinho entoando canções para agradecer a Deus o brilho das estrelas e o murmúrio da brisa nas árvores, o dom da vida, e a amizade entre os humanos e o amor e a paz.”

(Extraído de *Recado ao Senhor do 903*, de Rubem Braga, 1957).

Os espaços de moradia, ao mesmo tempo em que são individuais, pois o corpo de cada ser humano é separado e tem necessidades próprias, também são coletivos, seja porque ocupam um mesmo ambiente familiar, seja porque as pessoas interagem e se socializam com a vizinhança, a rua, o bairro e a cidade, estabelecendo lugares de estada e de uso comum. Os usos dos espaços ampliam também os espaços das relações. A convivência familiar se amplia para a convivência com os vizinhos, com os moradores da rua da frente e dos lados, podendo se estender para os que moram em ruas mais distantes

do bairro, através da utilização comum dos serviços públicos e equipamentos comunitários.

As relações entre os seres humanos e destes com o meio, ou com os espaços onde vivem, são alimentadas no cotidiano pelos vínculos que cada um e o coletivo estabelecem entre si e com os lugares. O movimento ou a interação entre as pessoas e destas com os espaços é precedida de sentimentos criados e mantidos a partir do contato, da permanência no local e da convivência. A convivência implica no contato com o outro, instituído por regras ou padrões culturais e por sentimentos de afetividade, que compõem a subjetividade humana, tal como assegura Morin: *“A subjetividade comporta, assim, a afetividade. O sujeito humano está também potencialmente destinado ao amor, à entrega, à amizade, à inveja, ao ciúme, à ambição, ao ódio”* (2003: 77).

Para falar da habitação como um lugar de convivência, faz-se necessário falar desses sentimentos humanos, vivenciados no cotidiano das famílias, no interior da casa e nos demais espaços onde ocorre o contato entre as pessoas. O Conjunto São Miguel, semelhante a outros espaços de convivência humana, apresenta peculiaridades, que resultam da origem e das formas de vida de seus moradores.

A chegada de cada família no Conjunto tem uma história, caracterizada por mudanças e rupturas, mesmo que mínimas, uma vez que a maioria das famílias se conhecia, pois já morava no local. As que vieram de fora, durante o processo de construção das casas em mutirão, foram criando vínculos e se integrando, conforme mostra o depoimento:

“Pra começo, como vizinhos, como amigos, nós já tivemos uma convivência durante o trabalho. Fazia amizade aqui, fazia amizade ali, conversava com um, conversava com outro. Então quando a gente se mudou pra cá, a gente conhecia quase todo mundo. Houve um convívio, na época do mutirão. Não houve assim: vou morar perto de uma pessoa estranha. E eu ainda tive o privilégio de escolher a minha vizinha” (Entrevista 2).

A escolha do endereço, colocada como regra no regimento do mutirão⁵⁷ facilitou a proximidade de pessoas que desejavam permanecer ou tornarem-se vizinhas. Ao mesmo tempo em que o trabalho de ajuda mútua para construção das casas favoreceu o entrosamento, também possibilitou a manifestação de um outro eixo das relações: de discórdias e conflitos. Nas falas de alguns moradores, eles ressaltam que a própria organização do mutirão gerava conflitos, às vezes, em decorrência dos ritmos diferenciados de trabalho e, também, porque nessa organização consolidavam-se hierarquias, assumidas através de papéis atribuídos para os participantes na divisão do trabalho, a exemplo dos papéis de apontador e de fiscal, que saíam do trabalho direto com massa e tijolos e passavam a observar e fiscalizar o trabalho dos demais.

Ainda com relação à escolha da vizinhança, os depoimentos abaixo revelam a insegurança dos moradores, por ocasião da ocupação das casas e conseqüentes mudanças dos vizinhos:

“Sabe qual era a minha imaginação: é porque minha vizinha, ela não ia ficar morando do meu lado, né, e era uma vizinha muito boa e do outro lado era ótima também, aí eu sentia falta das meninas né. Mas uma como veio morar bem aqui na esquina, passando a primeira, a segunda casa, né, aí todo dia a gente se vê... era uma vizinha exemplar. ...os que partiu de lá pra lá, eu não tenho mais nada. A vizinha continua, bem aqui na esquina, na Esmerindo Parente... é como se fosse uma filha” (Entrevista 4).

“Os vizim aqui são bom, tudim a gente se conhece, nenhum é ruim, tudim conversa. Essa vizinha queria trocar a casa...eu disse: a gente vai sair daqui pra uma casa boa, mas sabe se os vizim são bom? Se os vizim não for igual aos que a gente já tinha?” (Entrevista 6).

Também são identificados muitos conflitos nas relações de vizinhança. Eles são mencionados de forma confusa, sem deixar clara a situação ou ocorrência geradora do conflito. Não se menciona o nome das pessoas, nem as queixas; às vezes, são apontadas as casas ou se diz simplesmente:

“Sobre aquele povo, do outro lado, eu não tenho contato com aquele povo. Eu conheço eles, mas é só bom dia, boa tarde... não tenho assim conversa com eles não. Eu não sei nem como é essa rua ali” (Entrevista 11).

⁵⁷ O maior número de horas trabalhadas possibilitava, via de regra, a escolha do local de morar, conforme já foi mencionado no capítulo anterior – item 2.3.

As formas veladas de expor relações conflituosas expressam os valores negativos conferidos a essas relações. Simmel (1983), na elaboração de sua teoria sobre o conflito, foge das formas de percepção que o negativa ou o coloca de um lado oposto aos processos de integração e cooperação. Ele trata o conflito como inerente e mesmo importante e necessário às formas de socialização⁵⁸, ou seja, para o autor, o conflito compõe a unidade das relações humanas, tanto quanto as formas de aproximação que supostamente lhe são tidas como antagônicas.

Não se trata de uma questão puramente de foco de análise ou de mais um pressuposto teórico. Trata-se de uma forma diferenciada de perceber a realidade. Para constatar a riqueza da Teoria de Simmel, relativa ao conflito, basta examinar a história da humanidade para se concluir que, nos processos de relação entre os homens, os confrontos e conflitos sempre estiveram presentes e que tanto o surgimento quanto os resultados não se configuram apenas como destrutivos. Embutidos nos processos, os conflitos compõem a construção, evolução e desenvolvimento da humanidade, em sua trajetória histórica. Os fatores divergentes da vida existem com uma mesma intensidade das convergências. A aceitação do conflito implica numa abertura para os estudos das ciências humanas num patamar que lhe são mais próprios, de inteireza da realidade, enriquecendo-se em análises e resultados.

Simmel enfatiza sobre a impossibilidade de se pensar nas relações humanas dentro da perspectiva somente das convergências e da harmonia. Seria como ignorar sentimentos humanos de repulsão, antipatia, indiferença e ódio. Na realidade, tais sentimentos convivem com o amor, o afeto, a aproximação e a amizade. Por outro lado, para ele:

“As relações de conflito, por si mesmas, não produzem uma estrutura social, mas somente em cooperação com forças unificadoras. (...) A essência da alma humana não permite que um indivíduo se ligue a outro por um elo apenas, ainda que a análise científica não se dê por satisfeita enquanto não determina o específico poder de coesão de unidades elementares” (1983: 128).

⁵⁸ Vide esclarecimento sobre esse termo na Introdução.

Quanto à dificuldade dos moradores, em falar nos sentimentos de aversão e repulsa por vizinhos, são identificados, dentre os entrevistados, sentimentos ambíguos ou contraditórios em relação ao conjunto da vizinhança. Essas ambigüidades revelam-se separando a “vizinhança boa” da “vizinhança má”, sendo a composição de cada grupo um dado dinâmico, ou seja um vizinho querido pode se tornar indesejável e vice-versa. Simmel, falando sobre as ambigüidades em relação aos sentimentos, afirma:

“...a “mistura” de sentimentos e de relações, mesmo quando estamos completamente autorizados a falar sobre ela, é sempre uma declaração problemática, pois usamos um simbolismo dúbio para transferir um processo representado espacialmente para o amplo muito diferente das condições psicológicas” (id: 130).

A individualidade marcada pelas condições psicológicas, constituída através do contato e da convivência, em situações que envolvem pessoas, famílias ou o grupo comunitário, pode mergulhar numa dinâmica de interações flexíveis, como também pode enrijecer relações e adotar padrões interativos conflituosos: pessoas no Conjunto que experienciaram situações de conflito com vizinhos, manifestam o desejo de se afastar, de mudar de local de moradia; em outras situações, pessoas que viveram experiências de solidariedade, expressam gratidão e amizade, a exemplo de uma família que morava nas proximidades, foi vítima do desabamento de sua casa⁵⁹ e invadiu uma casa no conjunto:

“Eu morava aqui, lá na frente... O dia que meu barraco caiu, eu não tinha pra onde ir, com dois menino, tava grávida desse, tava com poucos meses, fiquei desesperada. Quem me colocou aqui foi a população... depois veio o dono da casa, vei a polícia. O pessoal vinha pra falar por mim. Eles me ameaçavam, a polícia com o dono, dizendo que se eu não saísse, dava vinte e quatro horas pra sair. Chegaram a tirar arma.(...) As pessoas aqui são maravilhosas. Quando o homem chegava, aí vinha tudim, falar por mim. Diziam a situação: que eu não tava em condição de construir. Me ajudaram bastante” (Entrevista 9).

Nesse depoimento, a família que invadiu era do local, enquanto que “o dono” era de outro local, não tendo convivido com os demais moradores, pois segundo a entrevistada “*ele pagou alguém pra trabalhar no mutirão*”.

⁵⁹ Essa situação já foi mencionada no capítulo anterior - item 2.3.

O local de moradia, sua permanência ou mudança, tem uma relação estreita com os vínculos entre os moradores. As diferenças entre o apego ou o desapego ao lugar são percebidas nas entrevistas entre aqueles que já eram do local e mantinham laços de amizade e os que vieram de outros bairros. No caso desses últimos, em alguns momentos, as falas revelam nostalgia, lembrando de uma morada anterior, das amizades e de parentes que deixaram.

Com este trabalho de pesquisa não foi possível verificar quantitativamente as mudanças ocorridas dentre os moradores do Conjunto, nem constatar, de forma precisa, os motivos que levaram alguns a comercializar a casa e assim efetuar mudanças, que resultaram em saídas e chegadas de famílias. Mesmo observando os vínculos de muitos moradores com o local e com as pessoas, nas entrevistas, em resposta aos questionamentos sobre a chegada e saída de famílias no Conjunto, constatou-se, por parte dos entrevistados, indiferença e apatia. A maioria afirmou que nas chegadas e saídas de moradores nada mudava; poucas se manifestaram sobre essas ocorrências, a exceção dos depoimentos expressos a seguir:

“Aqui no conjunto é um pessoal que não é amigo de ninguém, não querem ser unidos. Tem gente que se une, mas tem gente que não quer participar de nada. Não faz diferença nenhuma quando saem. Às vezes, os que chegam são melhores, querem se unir à gente” (Entrevista 1).

“É porque tinha muitas que trabalhou e vendero a casa né. Aí os novato que chega, eles procura sempre fazer amizade e a gente vai levando como que já se fosse conhecido de muito tempo ... é claro que a amizade é aos pouco. Aí é ela na casa dela e eu na minha” (Entrevista 4).

Diante dessas afirmações, apoio-me novamente nos estudos sociológicos de Simmel, concebendo que:

“A unidade não apenas do Estado, mas da cidade e de muitas associações, em princípio se submete ao território que serve como substrato a todas as mudanças sofridas pelos integrantes da sociedade. A bem dizer, a permanência do lugar não produz, por si só, a permanência da unidade social... a unidade de que se trata aqui é inteiramente psíquica, e é essa unidade psíquica que verdadeiramente constitui a unidade territorial, e não o contrário, ou seja, derivar-se desta. No entanto, uma vez que esta última estiver constituída, torna-se, por sua vez, um sustentáculo para a primeira e ajuda-a a se manter” (1983: 51).

O Conjunto Habitacional, enquanto um espaço comum de moradia, pode ser entendido como a base da existência da unidade social, embora essa unidade se constitua das relações entre os moradores (dos que ficam, dos que chegam e dos que saem), as quais se compõem das contradições inerentes ao relacionamento humano, de agregação e conflito, de afeto, proximidade e afastamento. No local de moradia, os conflitos e afastamentos convivem com os sentimentos de afetividade entre as pessoas.

Os valores que agregam ou que desagregam traduzem-se em atitudes propiciadoras de união ou de afastamento. A proteção à individualidade do ser e da família restringe os contatos, pois os “riscos” de lidar com as diferenças impõem ao exercício de aceitação do outro ou da vivência do conflito. São muitos os moradores que, ao serem questionados sobre os lugares de permanência, afirmam que preferem “ficar dentro de casa”, conforme se observa nos depoimentos abaixo:

“Gosto mais de ficar dentro de casa. Às vezes eu vou na casa da minha mãe. Ela mora aqui, pertinho. Às vezes quando eu to só, eu vou pra lá. Geralmente eu fico mais é dentro de casa” (Entrevista 1).

“Não sou muito de andar em casa, só tem duas casa que eu ando muito, nas minhas menina... deu um tempinho e logo eu volto” (Entrevista 4).

“Todo lugar que eu já morei e nunca achei um vizim ruim. Eu não gosto de andar na casa de ninguém, só na minha casa mesmo. Só saio daqui lá pra casa dos meus minino” (Entrevista 13).

Esses depoimentos ressaltam também outro dado referente à moradia no Conjunto: o grande número de relações de parentesco no local. A quase totalidade dos moradores entrevistados tem pessoas da família morando no Conjunto ou no entorno. Várias famílias nucleares, habitando em casas separadas, compõem até quatro gerações de uma mesma família, com parentesco de primeiro grau: irmãos, pais, filhos e netos (sendo mais comum mães e filhas).

O valor atribuído à família, por parte dos moradores, tem uma relação com o valor atribuído à casa, conforme é possível verificar em depoimentos citados no item anterior deste capítulo. Segundo Sarti, “...a família não é apenas o elo mais afetivo dos pobres, o núcleo de sua sobrevivência material e

espiritual, mas constitui um valor fundamental” (199?: 131). No seu estudo sobre os *pobres urbanos*, essa autora ratifica que esses valores não são especificidades dos segmentos mais pobres, mas que faz parte da identidade cultural brasileira (a família, no seu modelo patriarcal, como referencial simbólico para toda a sociedade). Mesmo entendendo que esse modelo configura valores que ultrapassam os núcleos familiares, influenciando nos processos políticos e econômicos do país, a análise das relações familiares no Conjunto São Miguel sugere a existência de uma hierarquia nessas relações, especialmente das mães sobre as filhas, no que se refere à moradia, conforme se observa no depoimento:

“As filhas já morava no beco também, começaram a morar mais eu. Aí eu digo: cada qual vai dar um jeitinho de arranjar seus canto aqui. Tão falando, tão medindo. Um dia vai ser preciso, vocês tudo comigo não, bom cada qual nas suas casas... ainda tem uma neta. Ela teve o primeiro filho com 14 anos. Na época do mutirão, ela tinha dezesseis, já com dois filhos” (Entrevista 4).

Oriundos de moradias em coabitação ou de barracos conjugados, as famílias do São Miguel se dividiram entre os integrantes do mutirão e os que optaram por indenização. Nas entrevistas realizadas, os vínculos familiares existentes no local, na quase totalidade dos moradores, foram expressos por sentimentos de afetividade, sendo comum a restrição dos contatos nesse âmbito, não se estendendo aos demais moradores: as pessoas que afirmam a preferência por ficar dentro de casa (relatos descritos anteriormente), dizem que gostam de sair para a casa de familiares, que residem no Conjunto ou no entorno. Nos depoimentos seguintes, os moradores manifestam o desejo de proximidade com as pessoas de sua família (a primeira, então, veio de outro Bairro e não tem pessoas da família morando próximo – trata-se de uma exceção; a segunda já morava no local, nas proximidades do conjunto; o depoimento da terceira vem em resposta à pergunta se ela gostaria de se mudar):

“Quando eu cheguei aqui, eu estranhava, porque eu morava noutra Bairro, perto da minha família e pra cá era mais distante” (Entrevista 12).

“Lá eu achava mió, porque lá era bem pertinho dos meus três meninos casados. Ficaram lá morando na favela” (Entrevista 13).

“Só me mudava só se fosse pra levar tudim, porque a família mora quase toda aqui” (Entrevista 14).

As questões da subjetividade humana, no que se refere às relações afetivas de pessoas com vínculos familiares são concebidas em duas vertentes: uma que a considera como algo natural e outra que a concebe como *“algo construído, produzido e arbitrário”* (Velho, 199?: 80). A natureza do vínculo, não podendo ser negada, haja vista a consangüinidade e a dependência integral do ser humano, na primeira fase de sua vida, também não pode ser dissociada de um processo de convivência, com a possibilidade da criação de vínculos de amizade e afetividade, bem como de vínculos resultantes de condicionamentos culturais que induzem as relações de afeto.

O dado observado no Conjunto, relativo à necessidade de “ficar perto” dos familiares, revela a necessidade de alimentar vínculos, com o contato e a proximidade, não sendo possível afirmar se o convívio desejado é alimentado por sentimentos de afetividade ou se esse convívio é o mais “seguro” no que diz respeito às relações de confiança que se constroem no âmbito da vida em família.

No Conjunto, os contatos e o convívio fora das relações de parentesco também se manifestam, mesmo que em menor intensidade, cujo contato e proximidade não são colocados como necessidades, não se revelando o desejo e a prática de fazer visitas nas casas uns dos outros ou encontrarem-se em espaços públicos. O hábito antigo de se encontrar na calçada é substituído pela preferência por ficar dentro de casa (já comentado): foram raros os moradores que mencionaram a ocorrência de conversas com vizinhos, nas suas casas ou em outros espaços⁶⁰.

Em pesquisa realizada em julho/04, pela equipe social do Estado, foram identificados muitos conflitos no Conjunto, além do afastamento e da falta de entrosamento entre os vizinhos. Nessa pesquisa, as pessoas diziam que não saíam na calçada para evitar brigas. O mal-estar dessas pessoas é expresso nas suas falas com igual intensidade com que expressam a

⁶⁰ Não se pode esquecer que o Conjunto é desprovido de equipamentos comunitários, o que poderia, pelo uso comum dos serviços, propiciar encontros entre os moradores.

indignação e a revolta com a violência presente na área. Algumas asseguram que a violência encontra-se dentro do conjunto, ou seja, parte dos próprios moradores, e atinge geralmente quem vem de fora, conforme depoimentos:

“Esses marginal em todo canto tem, né, mas eles não bolem com a gente aqui. Eles bolem só com as pessoas que vem de fora viu” (Entrevista 4).

“Roubaram aqui do lado; mal ela chegou, levaram a bicicleta” (Entrevista 9).

“Existem as pessoas que não respeitam os vizinhos, eu digo assim, no caso do ladrão. Agora tá melhor. É gente do próprio Conjunto, coisa que no Bairro que eu morava não tinha isso. Eles mexem mais com quem vem de fora e vieram morar aqui. Comigo não, graças a Deus. Os que estavam chegando, eles eram roubados, mas estavam morando aqui. Eles aproveitavam que a pessoa era de fora, não conhecia nada aqui, não conhecia ninguém” (Entrevista 12).

A violência contra o outro tem um endereço: dirige-se para quem chega, para aquele que ainda é desconhecido, ainda não faz parte do convívio ou não é íntimo. Mesmo assim, a violência afeta a todos, como se pode observar nos depoimentos transcritos. O espaço, permeado pela violência, se fecha para os contatos. As fechaduras, grades, portas e janelas fechadas escondem no interior das casas seres “fechados”, que não se lançam ao contato e convívio com a vizinhança, não se abrem às possibilidades de criar vínculos de amizade e solidariedade entre as pessoas que moram num mesmo local. Silva, falando sobre a violência crescente na Cidade de Fortaleza, ressalta que:

“O trancafiar-se no interior das residências, a fixação de grades em portas e janelas ou recorrer a outros mecanismos de segurança inibem sensivelmente a vida social, geram um grande mal-estar e não são, de forma alguma, garantia de segurança” (2001: 121).

A questão da violência envolve múltiplas causas e conseqüências. A intenção de retratá-la aqui é delimitada pelas condicionantes que ela impõe ao relacionamento entre as pessoas do Conjunto. A violência cria e mantém regras de “fechamento” e de silêncio, conforme relato da entrevista realizada com a equipe social do Estado, que realizou o trabalho comunitário no local:

“Existe lá a cultura do silêncio: ninguém dedura. Se um rouba, outra pessoa vai falar com o ladrão, mas não diz a pessoa prejudicada. Ele fala para aquele que roubou devolver. A cultura do silêncio não é por

solidariedade, é por medo. Alguns devolviam o roubo quando outros pediam” (Entrevista realizada em 06/05/04).

Pelo relato, observa-se que os moradores do Conjunto sabem quem são os que cometem os atos de violência. Contudo, isso não pode ser conversado, nem tampouco denunciado, pois quem o fizer é punido, já tendo acontecido ameaças de morte, feitas a uma mutirante (ainda na época da construção) porque ela comentava sobre o assunto. O depoimento a seguir também revela um pouco do medo que os moradores têm de contrariar a “lei do silêncio”:

“Porque as veis tá acontecendo uma gang e quando você vai ligar no telefone desse daí, eles já tão de olho né. Aí a pessoa fica, tá entendendo como é, fica indecisa, não sabe se sai ou se deixa acontecer a morte, porque eu tenho até medo. Ele diz: vai cabuetá? A gente se sente um pouco imprensada, oprimida” (Entrevista 4).

Os dados relativos à violência, recorrentes neste trabalho, mesmo que possam ser reconhecidos como um tipo de “conflito” existente no local, não deve ser considerado na perspectiva de Simmel, que o coloca como uma forma de interação e um componente da unidade social nas dinâmicas interativas. Ele afirma que:

“Certamente há conflitos que parecem excluir todos os outros elementos – entre o ladrão ou assassino e sua vítima, por exemplo. Se essa luta visa simplesmente a aniquilação, aproxima-se do caso marginal do assassinato, onde a mistura com elementos unificadores é quase zero” (1983: 132).

Na verdade a impossibilidade de se rebelar e de se opor contra aquele que agride um ser pode representar um grande desequilíbrio ou a sua extinção.

Reforçando o pensamento de Simmel, percebe-se que sua concepção acerca do conflito sugere uma ampliação dos níveis de percepção. Para ele, qualquer interação humana, incluindo grupos de convivência íntima ou superficial, grupos familiar ou conjugal ou mesmo na relação do indivíduo consigo mesmo, a unidade jamais pode se constituir somente de harmonia. Conforme o autor, o conflito não pode ser visto como um acontecimento isolado ou como parte de uma relação.

A complexidade e multiplicidade de sentimentos e elaborações racionais, presentes nas relações humanas, determinam as formas de convivência e contatos, que se estabelecem nos grupos e nas comunidades, em lugares delimitados. Conforme Lucena:

“Os lugares ocupados por um grupo não podem ser considerados como um quadro negro sobre o qual se escreve e depois se apagam as anotações. O lugar recebe a marca do grupo e este a marca do lugar” (1999: 224).

As histórias que marcam os lugares e os grupos resultam do convívio e contatos entre os seus integrantes, num processo de abertura para as trocas e oposições. O contato com o outro implica numa abertura do ser. O lugar de moradia pode representar essa abertura ou favorecer o fechamento, pois na vida cotidiana o ato de morar acontece em espaços dotados de um sentido de vida, voltado para o próprio morador e/ou para um grupo de moradores, os quais mantêm entre si relações íntimas ou distantes. O sentido de morar vai além das paredes e de lugares delimitados.

O significado que se dá ao espaço tem uma relação estreita com os vínculos que se estabelecem com as pessoas, ou seja, os espaços de morar são abertos ou fechados, isolados ou compartilhados. Havendo, entretanto, espaços e vínculos que são definidos, por regras ou por desejos. Ambos – espaços e vínculos – se confundem: há pessoas que entram em toda a casa, visitam o quarto, vão ao banheiro, à cozinha, e todos os cantos de intimidade; outras pessoas somente ficam na sala, são amigas e são recebidas com carinho; outras, somente conhecem o jardim, podem admirá-lo, cheirar as rosas; as que passam nas ruas são irmãs e irmãos cósmicos, são filhos do mesmo universo, o contato é distante, mas pode ser fraternal, pode-se observá-los e partilhar de suas alegrias e tristezas, a partir do seu “caminhar” e das suas fisionomias. Aquelas que nunca passaram na rua, não são conhecidas. Sabe-se que também são irmãos e irmãs, filhos do mesmo universo. Todos da mesma espécie e moradores da mesma nave, da mesma casa comum, do planeta Terra.

Enfim, o sentido de morar tem a abrangência da vida e uma amplitude de espaços e de relações. A casa e a cidade, o país e o planeta, são cantos que referenciam a vida dos seres humanos, num ambiente mais restrito ou na amplitude dos espaços maiores da existência. Os vínculos que se estabelecem entre as pessoas definem a proximidade ou o distanciamento. Na vida urbana, a proximidade física traduz-se numa exigência para a maioria das pessoas. A interação nos espaços urbanos é repleta de desencontros, desentendimentos, contrastes e ambigüidades, vivenciados com a mesma intensidade dos encontros e entendimentos. Enfim, os *conflitos* são vivenciados em intensidades similares à harmonia.

Para Simmel, o convívio nos espaços urbanos, presentes nas relações efêmeras e superficiais, é carregado de sentimentos de indiferença, aversão ou antipatia, assegurando certa distância entre as pessoas. Ele considera essas relações enquanto um *“conflito em sua forma latente”*. Segundo o autor:

“Sem tal aversão, não poderíamos imaginar que forma poderia ter a vida urbana moderna, que coloca cada pessoa em contato com inumeráveis outras todos os dias. Toda a organização interna da interação urbana se baseia numa hierarquia extremamente complexa de simpatias, indiferenças e aversões, do tipo mais efêmero ao mais duradouro. (...) Na verdade, tal indiferença seria para nós tão pouco natural quanto seria insuportável o caráter vago de inumeráveis estímulos contraditórios. A antipatia nos protege desses dois perigos típicos da cidade; a antipatia é a fase preliminar do antagonismo concreto que engendra as distâncias e as aversões, sem as quais não poderíamos, em absoluto, realizar a vida urbana” (1983: 128).

As contradições que se apresentam na vida urbana, em relação às necessidades de uma vida coletiva e ao mesmo tempo à predominância de sentimentos de indiferença e aversão, que impulsionam as pessoas ao afastamento, exigem um “repensar” sobre essa forma de vida, no que se refere ao relacionamento entre as pessoas. A ação humana, em favor da vida coletiva dos espaços, requer uma compreensão dos seres e espaços como interdependentes. Entretanto, na história da humanidade, ocorre um afastamento desses propósitos. Historicamente, a sociedade produziu muito distanciamento entre si, com relação às diferenças de posição, renda, enfim, diferenças perversas de condições materiais de vida, deixando sempre como

vítimas camadas da população que se constituíram nos limites da pobreza absoluta e da miséria.

A desigualdade produzida pela humanidade pode ser estudada à luz de diversos conceitos⁶¹, incluindo toda construção histórica material e toda base de organização social que a mantém. Na sua trajetória, o ser humano também pode ser percebido nos aspectos que envolvem sua subjetividade, enquanto um ser individual e ao se agregar em grupos e outros formatos coletivos. Os dados da história comprovam que o confronto e a competição são mais presentes no percurso da humanidade. Entretanto, a cooperação e a solidariedade, também presentes na história da vida humana, apresentam mais possibilidade de desenvolvimento, de evolução e crescimento. Segundo Demo:

“Pela própria noção de complexidade biológica e histórica, que produz infinita variedade nos seres vivos, torna-se impraticável sonhar com a igualdade social pura e simples. (...) As pessoas e sociedades não são apenas diferentes, mas dotadas de expectativas sociais conflitantes. (...) Os seres humanos em suas relações sociais unem-se e desunem-se porque não são feitas apenas de entendimento, mas igualmente de desentendimento” (2002: 130-131).

A vida coletiva, para ser possível, exige do ser humano o estabelecimento de parâmetros de convivência, que se instituem através de normas e regras. Estas, mesmo sendo criações humanas, no âmbito político e cultural, estando inseridas no sistema econômico capitalista, que produz e reproduz valores antagônicos, geram desigualdades e favorecem processos de dominação, exploração e submissão. Os costumes e a vida cotidiana, que determinam as regras e compõem a moral e os valores, são construções sócio-históricas e culturais. Na sociedade de classes, a moral e os valores passam a ser contraditórios, no que se refere ao homem genérico (ser universal), uma vez que eles são constituídos com o fim de proporcionar a reprodução social, a qual privilegia apenas a classe dominante.

⁶¹ Pedro Demo, tratando do tema relativo à desigualdade produzida historicamente pela humanidade, analisando além dos aspectos históricos, os aspectos biológicos e culturais, considera que a evolução humana, em toda sua história, tem apresentado variadas formas de convivência e de organização na sociedade, sempre dentro de um princípio de desigualdade. Estudando inclusive as características biológicas, o autor adota como premissa que: se a sociedade não pode se propor a igualdade, que ela seja igualitária, dotando os seres humanos de autonomia e emancipação política (2002).

Nesse contexto, questiona-se o poder de escolha e determinação dos moradores do Conjunto São Miguel no estabelecimento de regras e valores e geração de princípios éticos e morais, em favor de uma convivência que os impulsionem a uma vida coletiva, dotada de possibilidades de crescimento e desenvolvimento das pessoas e do lugar de moradia. Ainda segundo Demo:

“Embora a Biologia e a História conhecidas nos atestem o predomínio de relações sociais autoritárias, é pensável e possível fazer essa balança pender para o outro lado, desde que exista a devida ‘qualidade política’ do ser humano para colocar o bem comum acima dos interesses individuais” (2002: 133).

Assim, mesmo diante de toda limitação imposta pelo sistema, é possível, para as pessoas que compõem a comunidade do Conjunto São Miguel e outras tantas comunidades similares, refletir e fomentar uma vida coletiva, com princípios mais igualitários e com autonomia. Essas pessoas, que já se identificam pela condição econômica e social, a partir do referencial da moradia, que os fazem próximos, com necessidades e aspirações comuns, podem suscitar processos de participação, que apontem para transformações e melhorias das condições de vida e de moradia⁶². Ademais, essa vida coletiva, antes de ser uma possibilidade, é uma necessidade, em face da precariedade das condições de vida das populações.

A liberdade de ser e de estar no mundo para o ser humano implica no poder de escolha que ele possa ter diante de alternativas existentes, mas são criadas a partir de sua relação com o outro e com a sociedade. O homem, enquanto ser social, é capaz de agir teleologicamente, promovendo uma ação transformadora da realidade, de forma consciente. Sua ação no mundo, orientada com autonomia e liberdade, impõe uma reflexão teórica e uma práxis que o eleva para além do “eu”, para uma consciência de si enquanto ser universal, responsável por uma condição humana genérica, capaz de efetuar escolhas propícias à coletividade (Barroco, 1999).

O que possibilita a reflexão das ações humanas, dos valores e da moral, com vistas à liberdade do homem, enquanto um ser singular e enquanto

⁶² Os movimentos sociais de bairros muito têm mostrado essas possibilidades. No próximo item, esse tema será visto, no que se refere à construção da identidade coletiva da comunidade pesquisada.

um ser genérico, é a ética, cujos princípios são norteados pela práxis política, artística, filosófica e metodológica. Essa reflexão e autonomia não prescindem somente de condições objetivas ou de processos racionais de conscientização. A vida não se limita à racionalidade, ela surge e vai além do pensamento lógico. A vivência sensível do ser humano que cria espaços e relações é rica de expressões arcaicas e ontológicas, ao mesmo tempo em que é também resultado de elaborações do pensamento e da racionalidade.

É na vida cotidiana que a racionalidade e a subjetividade humana incidem numa diversidade de conteúdos, construindo a história e os princípios éticos. O mundo dos significados também é construído. O significado da moradia foi construído historicamente e coletivamente. Contudo, a individualidade também cria e gera significados.

O próximo item, que trata do tema “identidade” será direcionado para reflexão sobre as formas de pensar e viver, relacionadas ao espaço que se busca e se constrói, numa inter-ligação com os aspectos relativos aos vínculos afetivos e as formas de agregação humana constituídas no espaço de moradia. Os sentimentos de estar num lugar, a percepção, o olhar e o viver num espaço, revelam as possibilidades de construção das identidades individuais e coletivas.

3.3 A moradia – um lugar de construção da identidade individual e coletiva

*“Anda, quero te dizer nenhum segredo
Falo nesse chão da nossa casa,
Vem que tá na hora de arrumar.
Tempo, quero viver mais duzentos anos,
Quero não ferir meu semelhante
Nem por isso quero me ferir.
Vamos precisar de todo mundo
Pra banir do mundo a opressão
Para construir a vida nova
Vamos precisar de muito amor
(...)
Vamos precisar de todo mundo
Um mais um, é sempre mais que dois
Pra melhor juntar as nossas forças
É só repartir melhor o pão
Recriar o paraíso agora,
Para merecer quem vem depois.
Deixa nascer o amor
Deixa fluir o amor
Deixa crescer o amor
Deixa viver o amor”.*

(Letra da música *O Sal da Terra*, de Beto Guedes e Ronaldo Bastos, gravada em 1981).

A moradia é uma estrutura para a vida acontecer, em todo seu dinamismo. A vida é semelhante ao rio que corre, com um destino próprio, mas que precisa de um leito, de um espaço para fluir e acontecer. A moradia é o concreto, a parte sólida da história, portanto, comparável à estrutura. O nascimento, a união entre os sexos e a morte são acontecimentos que marcam a natureza do ser humano. O que o diferencia dos outros animais, em relação a esses fatos naturais, são as suas escolhas sobre como e em que lugares ele deseja vivenciar esses fatos. Os limites dessas escolhas esbarram na sua condição individual e existencial de vida e nas condições da realidade social, ou seja, na vida da coletividade, em menor ou maior abrangência das esferas dessa realidade.

O tema aqui proposto, relativo à construção da identidade individual e coletiva, não tem como referencial um esquema binário de análise: indivíduo e

coletividade. Nessa perspectiva, em relação à identidade individual e à identidade social⁶³, Pedro Demo, apoiando-se em Morin, afirma:

“Morin parece apreciar ‘trindades’ talvez para fugir de esquemas binários de tendência linear. Segundo ele, a humanidade emerge de pluralidade e entrelaçamento de trindades: indivíduo / sociedade / espécie; cérebro / cultura / espírito; razão / afetividade / pulsão (Demo, 2002: 61).

Observando e pesquisando qualquer âmbito de realidade, têm-se presentes essas tríades entrelaçadas num arcabouço de repetidas modificações, que expressam momentaneamente ou em grandes períodos da história da humanidade equilíbrio ou desequilíbrio, ordem ou desordem, em decorrência de prevalências, ambigüidades ou mesmo com a tentativa de destruição de algumas dessas dimensões da vida.

Importa ter claro essa complexidade presente no ser humano e na sociedade. Com isso, porém, o conceito de identidade, portador de polissemia, em decorrência de sua abrangência e diversidade de significações e usos, carece aqui de uma delimitação. A ligação do conceito de identidade com o espaço de moradia norteia a base deste trabalho. Quando se delimita um espaço, para estudo e análise das pessoas que ali moram, focaliza-se primordialmente as questões ligadas à identidade comunitária ou identidade coletiva. Entretanto, nessa construção estão presentes as individualidades, com os seus conteúdos objetivos, subjetivos e intersubjetivos, sendo necessário pensá-la também em relação aos contextos sociais em que essa construção está inserida. Segundo Castells:

“Identidades... constituem fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas, e construídas por meio de um processo de individuação. Embora... as identidades também possam ser formadas a partir de instituições dominantes, somente assumem tal condição quando e se os atores sociais as internalizam, construindo seu significado com base nessa internalização” (1999: 23).

⁶³ Esse estudo de Pedro Demo tem como base o livro de MORIN, Edgar. *L'identité humaine: la méthode 5 - l'humanité de l'humanité*. Paris: Seuil, 2002. O mesmo livro, traduzido, consta da bibliografia deste trabalho.

Entender a identidade enquanto processo de construção equivale considerar que as fontes de significados apreendidas pelas pessoas, através de identificações simbólicas por elas processadas, são referenciadas no tempo e no espaço. Mesmo considerando que essas fontes de significados passam por um processo de individuação, a formação desse processo não se desconecta das relações que se estabelecem entre as individualidades e nem da força de conceitos e de instituições dominantes que são internalizadas (conforme o conceito referido), por uma pessoa ou por um grupo de pessoas. Demo fala do paradoxo inerente à identidade individual, conceituando-a:

“é pequena partícula de vida, momento efêmero, passagem fugidia, mas desdobra-se em si a plenitude da realidade viva, que contém o todo da vida sem deixar de ser unidade elementar. O indivíduo é irreduzível. Não pode ser dissolvido na espécie ou na sociedade, até porque só ele dispõe de consciência e subjetividade. Ser sujeito – algo que a tradição determinista teimou em suprimir – implica o indivíduo, e vice-versa. (...) Como é único, a unicidade do sujeito é, porém, o que há de mais comum, donde decorre o princípio de inclusão: a conexão intersubjetiva de ‘eus’ produz um ‘nós’, comunidade” (2002: 64).

Em que pese às diferenças individuais, as relações pessoais e sociais, bem como as estruturas e sistemas sociais geram situações comuns de vida. A comunidade São Miguel, campo da pesquisa, composta de unicidades, repletas de conteúdos, que fazem histórias de vidas individuais, apresentam dados comuns, em relação à origem. A grande maioria das famílias veio do interior e traz consigo uma condição de vida precária, em relação à moradia, conforme relatos:

“Lá no interior, a casa era de taipo, de telha e barro e o fogão era de lenha. Saí com oito anos de idade. Morava no interior com mãe e pai e aqui eu cheguei com oito anos. Aí vim trabalhar em casa de família. Comecei trabalhar com oito anos como doméstica porque meus pais precisavam muito, sabe, aí eu ajudava eles. Era dezesseis irmãos. Só quem tinha mais um pouco de estudo era eu. Eu trabalhava de manhã, porque só era ela e o marido dela, aí à tarde eu ia pro Colégio. Eu fiz até a sétima série” (Entrevista 5).

“Foi lá no interior. Hoje ele tá bem mudado. Antes era pobrezinho, não tinha energia, as casas de barro, de taipo. Com onze anos vim pra cá. Depois de lá eu vim pra uma casa de família, pra cuidar de uma criança de dois anos, ser babá. Aí passei sete anos morando com eles” (Entrevista 6).

Além das condições precárias de moradia, descritas nos depoimentos, a origem do emprego doméstico servil, ainda numa fase da

infância, é comum para um significativo número de mulheres residentes no conjunto. A questão do trabalho servil também é um dado marcante de identidade das pessoas oriundas de famílias pobres, expresso tanto pelas mulheres, que vêm para a Cidade trabalhar como domésticas, quanto pelos demais familiares, que trabalham toda uma vida em terras que não lhes pertencem. A não propriedade da terra e o trabalho servil, como base da acumulação capitalista na lavoura, se estendem para as cidades, utilizando-se de mão-de-obra operária e do trabalho infantil e feminino para as atividades domésticas⁶⁴. A cultura arraigada de desvalorização do trabalho manual e servil⁶⁵, que constrói identidades, assim o faz com o reforço e a reprodução dos valores que mantém o sistema e as relações sociais que lhes são inerentes.

Perguntando e interagindo com as famílias, tento desvendar uma origem de um passado mais longínquo, de construção da “identidade brasileira”, se é que se pode denominar assim, já que essa identidade se compõe de uma mistura de condições e de culturas. Essa heterogeneidade, porém, não misturou os antagonismos sociais construídos ao longo da história. O passado de precariedade, subserviência e submissão, das famílias do Conjunto São Miguel, repete-se geração após geração, conforme se constata nas entrevistas. É provável que os antepassados dessas famílias tenham sido escravos exportados da África ou índios expulsos de suas terras, num tempo de um Brasil Colonial.

As pessoas que hoje moram no Conjunto São Miguel também foram expulsas do sertão, pela seca, pelo latifúndio, e pelos donos de terras e patrões, continuando a serem expulsas também em Fortaleza, pois a fixação num lugar é dificultada pela falta de terra e de condições de construir, conforme se constata no relato:

“la fazer oito anos quando fiquei sem pai, mas me lembro de tudo. O dono do Sítio, um terreno muito grande que meu pai tomava de conta

⁶⁴ Não é objetivo aqui aprofundar questões referentes ao trabalho, mas a sua importância na vida resulta num fundamento da identidade, individualizando e coletivizando padrões e formas de vida.

⁶⁵ Segundo Holanda (1995), toda cultura desvalorizadora do trabalho manual provém da maneira como ele é visto na perspectiva dual homem trabalho. O trabalho não é considerado como criação ou valorizado como atividade utilitária. As relações de servilismo cultivadas desde a fase de escravidão no País, também ajudou no reforço de uma cultura negadora do trabalho enquanto virtude.

há muitos anos, já há mais de vinte e cinco anos, né. Ele não queria que minha mãe casasse de novo. Aí disse se a minha mãe casasse a segunda vez ele não daria mais chance pra mãe, sabe, ficar lá, pra trabalhar mais, porque o papai, ele era em primeiro lugar. Aí eu sei que nós, que lá a mamãe casou-se, não deu certo. Aí nois viemo embora de lá. Fomos para o Gavião...depois nois viemo embora pro Sítios Novos, depois de Caucaia. Aí de lá, de Sítios Novos para cá, para esse Bairro, pra Messejana mesmo, no Curió. Do Curió, fui ali pro Cambeba. Aí depois vim pra cá, pra esses terreno novo. Eu morei ali quatro anos. Quando saí fui morar no Carrapicho. Aí de lá passei pra cá, pro São Miguel, porque da pista pra cá é São Miguel. Botaram Novo alagadiço, né, mas é São Miguel” (Entrevista 4).

A pesquisa realizada, ao investigar as moradias anteriores, das pessoas entrevistadas, foi mergulhando nas histórias de vida de cada um. A imagem presente das moradias do passado, apesar de se consumir enquanto lembranças individuais, resgatou histórias de vida coletiva nos lugares, em especial junto às famílias de origem, como se observa nos depoimentos.

Muitas das pessoas entrevistadas se emocionaram ao falar dos pais e de outros familiares que estão distantes ou que morreram. A recordação das moradias anteriores trouxe principalmente as imagens das casas e das pessoas de convivência mais íntima. Nos depoimentos abaixo, as pessoas entrevistadas, falando das moradias anteriores, falaram da vida em família, numa casa ou passando por diversas casas:

“Eram nove filhos. A casa tinha sala, dois quartos, a cozinha. O banheiro era fora de casa. A gente era cinco homens e quatro mulheres. Um quarto a mãe colocou só para as mulheres e outro para os homens. Só que eles foram crescendo, crescendo; não puderam mais dormir tudo num quarto só. O papai comprou aquelas camas de campanha, aquelas que se abriram. Eles colocavam dois na sala, dois no corredor; o corredor era enorme. Outros foram pro quarto da mãe. Aí meu irmão mais velho foi ficando no quarto da mãe, sozinho, na cama. Lá vai a mãe e o pai pra sala. Era casa de pobre, mas meu pai nunca deixava faltar nada pra nós” (Entrevista 2).

“Da casa que eu nasci, eu não lembro. Lembro da casa quando eu era criança. Eu morava lá na Paupina. Na época era de taipo, só um quartinho pequeno. Quando chovia, molhava mais dentro de casa do que do lado de fora. Aí depois foi que os tios da minha mãe conseguiram material e construíram, derrubaram e construíram outra, mas de taipo também. Aí de lá foi que meu pai vendeu e se mudou pra cá. Comprou uma casa, na época não era de tijolo, era de taipo também. Depois ele vendeu e comprou outra lá numa rua de cima. Vendeu e comprou outra na Rua Manoel Teixeira. De lá, mamãe se separou dele e ficou morando lá só e foi quando eu casei e fui morar com a minha sogra. Ela morava em Messejana. A minha mãe que morava aqui, agora tá morando em Itaitinga. Meu pai ficou morando aqui sozinho. Depois ele entrou no mutirão e vendeu a casa” (Entrevista 7).

Nos relatos, as dinâmicas interativas dos espaços de moradia revelam as dinâmicas familiares, que se instituem guiadas pelas condições materiais de vida e pelos valores gerados no interior da casa e na vida em sociedade, delineando maneiras de ser e construindo e confirmando identidades. Falando das moradias anteriores, agregam-se dados da realidade e valores ligados ou não a essa realidade.

Bachelard, ao falar de uma “*casa vivida no passado*”, ressalta que os valores que se colocam na lembrança do ser que pensa naquele espaço constroem uma realidade nem sempre real, pois caso se extraíam esses valores, o que resta de realidade do espaço não o caracteriza para esse ser. Ele afirma que

“...a imaginação, a memória e a percepção mudam sua função. A imagem estabelece-se numa cooperação entre o real e o irreal. (...) Mas, se a casa é um valor vivo, é preciso que ela integre uma irrealidade. É preciso que todos os valores tremam. Um valor que não treme é um valor morto” (1993: 73).

Nas entrevistas, foram questionadas as lembranças dos espaços de moradia, até onde foi possível refazer imagens e recordações. A intenção desses questionamentos direcionava-se para uma proposta de encontro da pessoa com a sua própria história, contada, a partir de sua visão de mundo: um encontro com a sua identidade, construída através dos tempos e nos lugares onde ela se fixou. Quase todos os entrevistados discorreram sobre as moradias onde viveram a infância e, a maioria deles, falou também sobre o lugar do nascimento. Os relatos descritos a seguir foram expressos carregados de sentimentos de afetividade, que afloravam mudando as fisionomias, ora traduzindo alegria, ora deixando sair o choro, de saudade e nostalgia:

“Eu me lembro de onde nasci, eu me lembro muito bem, porque saí de lá com doze anos... casinha de sertão, mas tinha casa de farinha, que meu pai era lavrador, agricultor. Meu pai era muito trabalhador. Era muito boa a minha vida na infância. Tinha gado, tinha muito porco, muita galinha, que meu pai criava, sabe, essas coisas. Minha mãe criava galinha, meu pai criava porco. E eu tive uma infância muito boa, até doze anos...onde eu nasci, nunca consegui esquecer, porque foi onde eu nasci com muito conforto, não faltava nada. Meu pai se levantava as quatro horas da manhã, desleitava os gado, dava, acordava, era aquele beijão. Aí ele levava o pano pra coar o leite, acordava a gente, dava deitado na rede mesmo” (Entrevista 4).

“Onde nasci me lembro. Morei lá até oito anos. Era uma casinha perto duma lagoa, Lagoa do Mato. Casona grande, era de barro. Onde a

gente se encostava, ficava aquela mancha preta na gente. A casa muito humilde, muito pobrezinha mesmo, mas eu tenho assim na memória o jeito da casa. Os bancos lá de casa era uns bancos assim: meu pai pegava um pau e um pedaço de carnaubeira. Esses era os banco que a gente sentava” (Entrevista 11).

As imagens das casas e dos afetos parecem enraizar as pessoas num tempo e lugar próximos. Nas falas das pessoas, os espaços descritos vão se confundindo com os afetos, de um tempo passado, mas que se presentifica na poesia expressa por quem sonhou e viveu esse passado. O sonhador entre as lembranças dos cantos e as casas velhas faz *“uma síntese entre a casa natal e a casa onírica”* (Bachelard, 1993:151). Sobre a casa natal, Bachelard afirma que *“Mais que um centro de moradia, a casa natal é um centro de sonhos (...)...existe para cada um de nós uma casa onírica, uma casa de lembrança-sonho, perdida na sombra de um além do passado verdadeiro”* (id: 34). Com os depoimentos, verifica-se que a casa natal e a casa onírica são retorno e resgate, lugar de afeto, cuidado e proteção, conforme continuação do relato da primeira entrevistada do bloco anterior:

“A casa era boa. Era catorze filhos. A minha mãe teve vinte e um filho e criou catorze. Era bom, era uma benção. Tem uma sala lá, a sala da casa do meu pai, que a gente morava lá, no interior. E nós tinha nosso quarto separado: sete mulheres dormiam separado, dos homens dormiam noutro quarto, separado. Meu pai era muito caprichoso, viu. E a casa era toda pintadinha. Meu pai era uma benção. Deus levou ele...Ainda hoje eu tenho saudade...Já tenho sonhado tanto com ele. Sonho na casa, sonho procurando meu pai. Eu sinto tanta falta dele, sonho procurando o rastro dele e eu encontro no sonho, encontro muito nele...Eu sonho, sonho muito, sonho com ele, sonho na Lagoa, lá em casa” (Entrevista 4).

A casa, segundo Bachelard, apresentada como o espaço de proteção e de intimidade, através da imagem poética, traduz os sonhos da casa como um espaço vital, que revela a forma como o ser se enraíza no mundo. A casa é dotada de valores oníricos, que não permite dissociar imagens e lembranças. Na verdade ela é o corpo e a alma do ser humano, pois é seu primeiro espaço, antes de sair pelo mundo. A complexidade de seus espaços vem dar sentido ao devaneio do homem. O passado é lembrado nos espaços: *“A seus abrigos de solidão associam-se o quarto, a sala onde reinaram os seres dominantes. A casa natal é uma casa habitada”* (Bachelard, 1993: 33). É uma casa sonhada que abriga devaneios e só a imagem poética e a poesia dão conta de

expressá-la. *“Com a imagem da casa, temos um verdadeiro princípio de integração psicológica”* (Bachelard, 1993:20).

Os depoimentos transcritos apresentam a casa natal do interior (meio rural) e a amplitude dos seus espaços, de sítio e natureza. Espaços que permitem essa *“integração psicológica”* com a imensidão. A vida nos espaços de imensidão traz *“um estado de alma tão particular que o devaneio coloca o sonhador fora do mundo próximo, diante de um mundo que traz o signo do infinito”* (id: 189). Bachelard não restringe a contemplação da grandeza e da imensidão ao ato de lembrar. Segundo ele, a imaginação aumenta as imagens da imensidão, povoando no ser a expansão: *“A imensidão está em nós. Está ligada a uma espécie de expansão de ser que a vida refreia, que a prudência detém, mas que retorna na solidão”* (ibid: 190).

A expansão do ser requer um espaço de solidão, de intimidade. A vida na Cidade, nos espaços urbanos, para uma grande maioria dos seus habitantes, reduz a expansão, com a escassez ou a má distribuição dos espaços, restringindo as possibilidades de mergulho na amplitude e na solidão, nos espaços de intimidade e de recolhimento. Para Andrade (2003), a poética do espaço de Bachelard é abalada com a incerteza de habitar, que é experimentada por muitas pessoas: *“Sem a intimidade, a casa é o pesadelo de um estúpido presente sem passado e sem perspectiva de futuro”*. Essa ausência de intimidade é retratada no depoimento a seguir, quando perguntado sobre a moradia anterior:

“A minha casa era porta com porta. Era muito ruim. E agora que eu vim morar aqui. Fica distante, não vejo porta de ninguém. Quando a gente saía, dava na porta da outra pessoa. Não tinha quintal, era uma coisa apertada. Essa casa aqui é uma benção” (Entrevista 1).

O sonho retorna, com a intimidade propiciada pela moradia. Observa-se que, mesmo em condições materiais mínimas, a poética do espaço de Bachelard é traduzida pela pessoa entrevistada como uma benção. Os temas desenvolvidos pelo autor, relativo ao espaço e a sua poética, coloca a complexidade do sentimento humano em relação com o mundo. A casa que, para Bachelard, tem um sentido de espaço habitado, se mistura com o ser. Quando ele repete a locução *“Levamos para a casa nova nossos deuses”*

domésticos” (1993: 25), não existe a separação entre o ser humano e o seu espaço, em qualquer tempo que ele seja pensado ou vivido.

O passado e o futuro se misturam. A não demarcação desses tempos pode ser observada nos depoimentos dos moradores. Constata-se histórias de vida não lineares, cuja construção das identidades, inserida nessas histórias, também não pode ser caracterizada linearmente. Ao falar sobre a moradia dos sonhos, alguns moradores transcenderam ao tempo e reimprimiram os sonhos e as imagens da casa do passado, reconstituindo nos seus relatos a moradia da infância e a casa natal:

“A casa, a cidade dos meus sonhos, se fosse uma cidade lá, mesmo que não fosse uma cidade, mas se fosse aqui um interior bem avançado; minha família fosse ainda tudo vivo; eu ainda tivesse pai e mãe; eu desejaria mesmo onde eu nasci” (Entrevista 4).

“A morada do meu sonho é o seguinte: eu queria morar num canto que não fosse parede meia, uma casa separada, uma varanda bem grande na frente, o quintal bem grande, com uma cacimba muito boa e um motor prá puxar água. Quem sabe Deus não me dá uma” (Entrevista 11).

O sonho é vivido, construindo um futuro com um retorno à origem de um espaço de moradia amplo e acolhedor. A imagem construída não é um simples eco do passado, como afirma Bachelard (1993), provém de uma ontologia direta. A imagem do espaço de moradia refaz a construção da história do ser humano, representada em vários abrigos: as cavernas, as rochas, as ocas, as palhoças... os grandes edifícios.

Essas representações, no curso da história da humanidade, são o lugar de construção das identidades, onde estão presentes a realidade e a irrealidade, as situações concretas de vida e os sonhos. A moradia, enquanto o lugar de fixação das pessoas num lugar, tem para muitos moradores do Conjunto São Miguel um valor de conquista. Falando de suas vidas nas diversas moradas, eles caracterizam a moradia no Conjunto como a oportunidade alcançada de fixação. Eles comparam a vida de insegurança e instabilidade do passado com o lugar protegido, confortável e seguro da moradia atual:

“Eu morava num quarto do tamanho dessa cozinha. Agora, morando numa casona dessa, eu agradeço muito. As minhas bichinhas dormiam

tudo por cima das outras. Quando chovia, de madrugada, elas acordavam tudo molhada” (Entrevista 9).

“Nunca possuí casa. A primeira casa que eu possuí foi essa. Sempre era aluguel. Eu nunca tive esse privilégio, né. É mutirão também a casa da minha mãe. Antes desse mutirão, eu morava com ela, mas fui pra outra casa, de aluguel, depois fui para uma barraquinha. Melhorou tudo, eu saí do aluguel, para morar na minha casa própria” (Entrevista 10).

“Eu morei em tantos lugares. Quando eu casei, eu morei em São João de Uruburetama e depois pro Cipó, depois pra Vargem Nova, depois pro Olho D’Água, depois pro Capim e depois pro Cipó dos Anjos. Depois de lá saímos pra cá. Era casa véia de taipa, a gente que levantava. Depois desses lugares tudim, nós viemos embora pra cá. Nós morava numa favela que tinha ali, na outra Rua de lá. Aí foi o tempo que apareceu esse conjunto aqui e as mulheres me tiraram de lá pra vim pra cá. Eu trabalhei muito pra ganhar essa casinha aqui” (Entrevista 13).

A “casa própria” é um lugar de domínio do morador. Reconstrói um significado de “poder” sobre a vida, um domínio e auto-domínio. São significativas as mudanças relatadas pelos moradores acerca das suas vidas, conforme pode se observar nos depoimentos a seguir:

“A coisa que eu mais queria era conseguir uma casa. Morava na casa da tia do meu marido. Eu achava muito ruim. Lá eu pedia a Deus pra sair todo dia, porque morar na casa dos outros não presta. Primeiro se a patroa for boa, não for ignorante, mas ela era enjoada, falava demais. Ah, meu Deus, era muito ruim. A gente vivia num quartinho imprensado. Eu achava ruim, chega eu chorava de noite, pra dormir. Era ruim demais, se sentia presa, você não podia fazer nada... De todos os lugares é melhor aqui. É minha mesmo, você pode aumentar. Amanheço o dia, só de estar debaixo de sua casa. Sai e chega, não ter ninguém pra ta falando” (Entrevista 6).

“A melhor moradia que eu gosto até hoje é essa daqui. Hoje eu sou dona de mim. Eu tenho a minha família, eu mando. Eu governo meus filhos, que ainda são de menor. Tem um de maior, mas eu ainda mando. Quem canta de galo sou eu. Eu sou a cabeça da minha família. Na época, nessas casas que eu morei, eu não era. Modo de falar, porque essas casas que eu morava alugada, a gente só podia falar bem baixinho, porque não era da gente” (Entrevista 11).

“Eu já era casada há oito anos e não engravidava. Eu morava de aluguel e aluguel um dia a gente tá aqui, depois não. Aí, só que a gente queria um filho. Quando a gente chegou aqui, Deus deu a graça” (Entrevista 12).

A moradia atual, considerada como lugar de conquista, de poder e de expressão, não se desconecta das moradias anteriores. Estas foram campos férteis para construção das identidades, no que se refere às escolhas ou às opções existentes das posições adotadas na vida. Aqui ela se apresenta no

meio familiar, podendo ser esse um primeiro estágio de escolhas e opções voltadas para as mudanças na vida social. As comparações dos moradores mostram as mudanças relativas às condições materiais de vida e condições de existência e de expressão das pessoas nas moradias.

A construção das identidades nos seus diversos espaços, propiciada pela convivência íntima, é ligada também e fundamentalmente às concepções de valores criados e mantidos na sociedade. Mesmo que o repasse desses valores restrinja-se, num primeiro momento de vida, ao âmbito doméstico e familiar, ele pode se expandir e se consolidar nas relações pessoais mantidas na comunidade e nas relações sociais. Abaixo, detenho-me em dois depoimentos de moradores do Conjunto São Miguel, na tentativa de investigar o repasse e a consolidação dos valores na comunidade e nas esferas maiores da sociedade. O primeiro reporta-se às crenças e aprendizados, obtidos em família e vividos em comunidade:

“Sou uma pessoa que eu faço, eu curo. Eu faço assim uma oração. Eu levanto, eu ajudo criança, eu rezo em quebranto de criança, tá entendendo. Eu sou muito chamada. As pessoas me admira muito porque as vezes a pessoa tá com uma dor, qualquer hora da noite manda me chamar. Eu vou lá de repente, eu faço um chá da maneira que eu sei tirar aquela dor. Aí quando eu espero uma hora, depois a pessoa vai ver, já tá dormindo. Eu aprendi com a minha mãe. Minha mãe era curandeira. Aí eu vi minha mãe fazendo, eu era muito curiosa. Só teve uma coisa que minha mãe nunca teve assim. Deus tenha ela prá lá, mas a verdade tem que ser dita: ela foi uma pessoa que nunca se interessou pra tirar um registro dum filho. Se eu não sei ler, mal faço o meu nome...eu tirei todos os documentos já com vinte e oito anos. ... O que minha mãe dizia passava, né: minha filha a gente tinha que morrer mesmo, porque se a geração em geração continuar, não tem mais onde colocar uma casa. O mundo é muito grande, mas a geração continua. Ela deu muito boa palavra pra nós, ela dava exemplo de mãe. A gente não podia deixar os filho da gente pra andar pelo mundo” (Entrevista 4).

A prática dessa moradora no Conjunto agrega pessoas, gerando e fortalecendo vínculos na comunidade. Trata-se de um patamar de construção das identidades que une a espiritualidade e a transcendência com as ocorrências do cotidiano (no caso, a doença). Ainda segundo essa moradora:

“E os novato que chega, todo mundo procura a minha amizade. Diz: meu filho tá assim, assim, já levei pro médico tantas veze. Me disseram que a senhora cura. Muito bem, eu trouxe meu filho que tá com tantos dias que eu botando fralda e ele se vazando direto. Aí eu

pego e faço a cura da criança. Aí dali quando nós começamos a ser amiga de novo” (Entrevista 4).

O segundo depoimento transcrito a seguir, refere-se a outras questões relacionadas aos valores que se criam e se mantêm na construção das identidades, que também são vivenciados no cotidiano, nem sempre com uma prática ativa, mas principalmente com a passividade e a espera. Falando das moradias da família de origem, a moradora afirma:

“Meu pai trabalhava na COELCE, era motorista do Coronel⁶⁶. Na época que minha irmã se formou engenheira elétrica, o Coronel arranhou um emprego para ela na COELCE como engenheira e até hoje ela vive na COELCE, só que presta serviços no Pecém, numa usina que inauguraram. Ela que comanda. Na época ela deu uma ajuda muito grande pra comprar uma casinha, com eles. Uma casa boa, toda forrada. Tinha suíte que o pai deu prá nós, prá moças. Toda na cerâmica, digna de se morar” (Entrevista 2).

A história relatada por essa moradora confirma um padrão cultural ligado ao personalismo, que, segundo Holanda (1995), vem de uma tradição antiga, dos povos iberos, e explica também nossa tradição, relacionada ao valor do ser humano: fundamenta-se muito mais no individualismo e no poder pessoal do que nas formas de organização coletiva ou solidária. Com essa característica, os privilégios pessoais se sobrepõem às institucionalidades e hierarquias, na ordenação e organização da sociedade. Segundo o autor, o personalismo induz ao valor da conquista pessoal; a importância do indivíduo por si resulta de si, ao que ele pode conseguir, de suas virtudes e grandes feitos.

Ainda segundo Holanda (1995), com base nesses princípios de valor absoluto do homem, do culto à personalidade, o elo de ligação deste homem com a sociedade passa a exigir um líder ou um governo, também personificado, dotado de poder de mando⁶⁷. Essa construção cultural vem dar um sentido à nossa desorganização, a falta de solidariedade e culto à obediência.

⁶⁶No relato o nome do coronel é mencionado.

⁶⁷ Tem-se como exemplo o coronelismo instituído no Estado do Ceará, em tempos ainda recentes e, em alguns casos, ainda atuais.

A forma como a moradora do depoimento anterior foi incluída no Programa de construção do Conjunto (Pró-Moradia) reatualizou esse tema, conforme se verifica:

“A presidente da Associação conhecia meus filhos. O pai deles era caminhoneiro e quando vinha levava eles pra tomar sorvete na casa da presidente⁶⁸. Ela tinha uma sorveteria. Ela disse: eu não acredito que aquele senhor abandonou a senhora e as duas crianças. Depois ela voltou e disse: ‘Tá aqui sua casa’; me entregou a carteirinha da Associação. ‘Mas vá trabalhar, tem que trabalhar’. Tá aí a casa dos meus filhos. Ela era louca pelos meninos” (Entrevista 2).

O predomínio dos laços de amizade, apoiado pelos valores do personalismo, impede o cumprimento de critérios e normas do programa e a institucionalização de políticas públicas. Holanda (1995), estudando traços da identidade brasileira, fala que as soluções pensadas para o país têm sido enganadoras, utilizando a maior aptidão do povo brasileiro, que é o de lidar com o personalismo ou a substituição de pessoas no poder, sem mexer nas estruturas sociais básicas; por outro lado, legalizam e recheiam código de leis abstratas e sem alma, que parecem ser feitas para violação, em benefício de indivíduos ou de grupos sociais definidos⁶⁹. Na situação aqui referenciada, o que atenuou esse legado cultural foi o fato de a construção ter sido executada através do mutirão, pois isso minimizou o paternalismo e favoritismo, conforme a continuidade do depoimento da moradora:

“Aqui, eu trabalhava de dia e vigiava de noite. O que mudou na minha vida foi tirar a preocupação do aluguel. Só melhorou. Eu ter um teto, poder dizer: isso é meu; essa é minha casa, é dos meus filhos; é o que eu pude fazer por eles. Se eu chegar a faltar, eles vão se lembrar que isso aqui foi a custa do meu suor, do meu trabalho” (Entrevista 2).

A mesma moradora e muitas outras pessoas entrevistadas, quando perguntado sobre o que elas poderiam fazer para melhorar o local de moradia⁷⁰ (o Conjunto, o Bairro e a Cidade), respondiam atribuindo essa responsabilidade para alguém de fora, que não mora no Conjunto: um político ou a presidente da SCHP, conforme mostram os depoimentos:

⁶⁸ Nos depoimentos, o nome da presidente é mencionado. Trata-se da Presidente da SCHP (Sociedade Comunitária de Habitação Popular), formada para o projeto. Os moradores denominam a SCHP como Associação de Moradores.

⁶⁹ No caso em análise, as diretrizes e normas operacionais para implantação do Pró-Moradia, se cumpridas, atenderiam aos critérios de seleção para acesso ao programa.

⁷⁰ Esse assunto já foi tratado no capítulo anterior – final do item 2.2.

“Precisa de apoio político. Alguém que olhe pra nós. Já olharam e que continue olhando. A presidente, o deputado⁷¹ deve ter ajudado a ela. Mas se não fosse ela, como que a gente ia construir? ...Se não fosse os sete anos que ela gastando sapato pra vim aqui, pra ir na Secretaria, como a gente ia conseguir? Sem ajuda, sem ter planejamento” (Entrevista 2).

“Tem que batalhar, né. Só a gente só não. A gente que se unir à comunidade pra poder entrar num acordo. Tem que ter acordo, se unir. Ser só a gente ou quatro pessoas não adianta. Tem que ter abaixo-assinado pra poder conseguir as coisas aqui. Tem que ter a presidente da associação pra poder a gente chegar e conversar. Tem que ter a força dela. A força maior é dela. A gente faz abaixo-assinado e ela leva” (Entrevista 5).

Mesmo quando o morador se insere no processo de conquista, portanto, coloca-se no eixo da participação⁷², a tutela da presidente da sociedade é priorizada nas suas falas e nas perspectivas de ação. A cultura do personalismo alia-se com a *“tendência histórica à dominação”* (Demo, 2001), que hierarquiza as pessoas nas comunidades e na sociedade. No Conjunto São Miguel predomina a cultura da *“espera do salvador”*, de *“alguém que faça por mim”*. Enfim, os moradores do Conjunto ignoram ou descartam a possibilidade de fomentarem um processo de participação e com isso requererem melhorias para a coletividade.

Retomo aqui a questão relativa à formação da SCHP, já mencionada no capítulo anterior, como uma ação do Estado, que referendou a cooptação de pessoas (não havia um movimento comunitário organizado), em torno da implantação de um projeto. Conforme já foi referido, o poder público do Estado, além de desvirtuar o sentido da liderança, enquanto representante de um coletivo, monitorou toda a base de relacionamento existente entre os moradores, no processo de mutirão e após a construção, imprimindo a idéia única voltada para o *“benefício de aquisição da casa”*.

A condição de desigualdade social e a monitoria estatal no Conjunto São Miguel fortaleceram a cultura individualista e hierárquica, que colocou os moradores numa condição de submissão, perante o poder, seja do Estado, dos políticos ou de *“líderes comunitários”*. Ambos, individualismo e submissão a um

⁷¹ Os nomes de ambos – presidente e deputado – são mencionados.

⁷² Participação entendida nos conceitos de Demo (2001). Algumas noções foram mencionadas na Introdução.

poder, que está fora do Conjunto, dificultam ou inviabilizam a construção de uma identidade coletiva, já que esta implica em pensamento e ação conjunta, ou seja, de uma identidade comum, traduzida por uma forma de pensar e agir, voltada para o coletivo. Demo, falando da sociedade civil e sua contraposição ao Estado (este como defensor de uma parte da sociedade – a dominante), assegura que:

“Uma sociedade civil não organizada, ou mais propriamente organizada para a submissão, não tem condições de defender seus interesses frente aos interesses dominantes e do Estado. (...) Na verdade, trata-se de um processo histórico de opressão, que conseguiu ‘domesticar’ a sociedade a seu gosto...Já não saberia viver fora das tutelas que a cercam, como se fora um filho que não sabe viver fora da tutela dos pais. Acostumou-se ao parasitismo de tal forma, que já é modo de vida” (2001: 32).

Demo ressalta, no entanto, que esse modo de vida não foi fruto de uma decisão, mas foi viabilizado por uma *estrutura de dominação*. O Conjunto São Miguel apresenta uma peculiaridade, em relação à maioria dos projetos desenvolvidos na Cidade: no Conjunto foi realizado um projeto coletivo na fase de construção das casas em mutirão. Contudo, mesmo que na época do mutirão tenha existido um processo de identificação entre os moradores, essa identificação, após o término do projeto, não se consolidou na formação de uma identidade coletiva.

Enfim, o projeto concreto de construção em mutirão não criou uma base de organização entre os moradores. As questões ligadas aos valores individualistas, presentes na sociedade, já mencionados, reforçados inclusive com a implantação do programa, aliam-se ao baixo nível de consciência política dos moradores. O conhecimento das histórias individuais e da história do lugar de moradia, tanto quanto o conhecimento das formas de organização da sociedade são fundamentais para o desenvolvimento dessa consciência.

Em relação às histórias individuais e à história do lugar, foram identificadas pessoas que não lembram onde nasceram, nem onde moraram, no decorrer de suas vidas, desconhecendo fatos marcantes de suas histórias, como data do nascimento, número e nome dos filhos e a data do nascimento

deles. Esses depoimentos são marcados pelo silêncio ou pelo pedido de ajuda a um familiar. Algumas dessas pessoas, com muito esforço, relatam:

“Eu morei lá na Aldeota, naquelas favelas... Aí a gente não ficava muito tempo, que a gente saía, tiravam, e a gente ia para outro local. ...eu fui pro Pirambu, morei lá, naquela rua que tem a pista. Não lembro o nome do bairro lá. Aí depois eu vim pra cá, aqui pra essa rua mesmo. Morava no fim da rua. ...Chequei aqui faz a idade que minha filha tem” (Entrevista 3).

“Eu não lembro, mas depois de casada morei em muitos lugares. Eu sei que minha mãe me teve no interior” (Entrevista 13).

Nesses depoimentos, constata-se que a forma de perceber a moradia, o desconhecimento da própria história, resulta como causa e consequência na perda dos vínculos consigo mesmo e na ausência de vínculos com o local e com as outras pessoas. Suas histórias ficam fragmentadas em tempos dissociados, sem cronologia; em espaços incertos, sem referência; o convívio é momentâneo, também perdido, sem vínculos, sem compromissos, algumas vezes desprovidos de afetos e de solidariedade. Trata-se da perda da identidade coletiva, da espécie ou de grupos, bem como da própria individualidade. O momento e o imediato vividos não têm vinculação com o espaço de moradia, pois esse é incerto; não tem vinculação com o passado ou com o futuro, e, nem tampouco com as outras pessoas, da convivência no lugar.

No Conjunto Habitacional São Miguel, enquanto um espaço comum de moradia de muitas famílias, são identificados no processo de convivência, sentimentos de pertencimento e de solidariedade. Entretanto, esses sentimentos não estão se voltando para o conhecimento das necessidades, interesses e aspirações comuns dos moradores, nem para uma ação coletiva de caráter sócio-político. A identidade coletiva, mesmo sendo decorrente “*da força do princípio da solidariedade*”, precisa ser construída “*a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo*” (Gohn: 1999: 44). Para tal, dentre outras necessidades, torna-se fundamental, para os moradores, o reconhecimento da própria história, da história da comunidade e da sociedade, com vistas a um “repensar” e um “agir” coletivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Primeiro se deve viver, que é pra depois poetar”.

(Poema da música *Está Escrito*, de Ednardo, gravada em 1993)

A vida em sua natureza, percebida em sua ordem e desordem, organização e desorganização, nos seus mais diversificados espaços, manifesta seu poder de criação e de auto-criação, através de uma poética que lhe é própria. Mas é preciso viver para “poetar”, como diz o poeta Ednardo. Descobrir a poesia da vida nos espaços de moradia foi o grande desafio aqui confrontado. Olhar e sentir a cidade foi o caminho: percebendo como ela mostra sem escrúpulos as desigualdades sociais, através dos lugares onde as pessoas se fixam, onde elas geram sua existência, afirmando, com esses lugares de fixação que morar significa existir; ou seja, morar é uma forma de expressão das identidades, na sua individualidade e na vida coletiva.

As elaborações teóricas e as investigações de campo realizadas, produzidas neste trabalho, foram nutridas de uma visão crítica da realidade, sendo induzida também por sonhos e projeções de imagens, ao lado das descobertas, da aproximação, da apreensão e das relações de trocas efetivadas com os personagens envolvidos com o tema: os moradores da minha cidade, da Fortaleza onde eu me construí – nasci, moro, existo, crio e recrio minha vida, ao lado das pessoas que eu amo e das que estão afastadas, espacialmente ou por ausência de afinidades, e daqueles onde o conflito aproxima ou distancia, de forma mais permanente; e os moradores do Conjunto São Miguel, com os quais partilhei mais intensamente os meus sonhos, questionamentos e descobertas.

Foi através do contato com as pessoas e o compartilhamento de suas percepções e sentimentos, em relação aos espaços de moradia, que compreendi o desafio inicial, sugerido por Bachelard (1993), em sua fenomenologia das imagens e da imaginação, cuja proposta induz a um esquecimento da racionalidade. Compreendi principalmente que a apreensão

do conhecimento não se dá unicamente pelo uso da cognição ou pela via intelectual: os demais sentidos, sentimentos e emoções também produzem experiências e aprendizados científicos. E esses aprendizados não se isolam de modo limitado na racionalidade, pois essa se encontra com os sentimentos e emoções, formando uma visão crítica, sensível e profunda, capaz de entender, nos recortes da realidade estudada, a materialidade da vida concreta e a subjetividade humana, historicamente construídas.

Nessa perspectiva, este trabalho propôs-se à investigação também dos aspectos da subjetividade humana, relacionados aos espaços de moradia, ao mesmo tempo em que abordou questões relativas à construção histórica das formas de acesso à moradia ou de sua negação, enquanto possibilidade, para os segmentos de baixa renda, fazendo emergir desafios no sentido de integrar dimensões existentes em cada indivíduo e na comunidade.

Em alguns momentos deste estudo percebi o entrelaçamento de algumas áreas do conhecimento: sociologia, psicologia, filosofia, antropologia, economia, arquitetura e geografia. Deparei-me com a impossibilidade de aprofundamento de muitos conteúdos presentes nas diversas áreas, compreendendo, entretanto, que, no campo empírico, a interdependência e as inter-relações entre essas áreas do conhecimento se processam numa única realidade. Também foi importante compreender as minhas limitações, relativas à abrangência e profundidade dos conhecimentos, necessários à análise.

Isso contribui para as angústias vivenciadas durante a realização deste trabalho. Essa não é a maior delas. A maior angústia vem do sentimento de indignação, oriundo da percepção da distância existente entre o que se propõe, planeja e se institui nas políticas públicas voltadas para a moradia e o que de fato se executa. A indignação não se direciona somente para as instituições e para o governo, pois a população, do outro lado, incluindo as populações carentes, contempladas pelos programas, em nome de um benefício próprio ou para beneficiar alguém próximo, desvirtua e burla os preceitos que constituem os programas e as políticas públicas.

A visão crítica da realidade, numa perspectiva sócio-histórica, foi enriquecida com o estudo de Holanda (1995). O conteúdo desse estudo é abrangente, pois ao buscar as “Raízes do Brasil” no período de colonização, na cultura e nas Nações Ibéricas, também já oriundas de outros povos, a riqueza do conteúdo atravessa continentes e se agrega às possibilidades de estudo da humanidade, em suas origens culturais. O aprofundamento desse estudo, além de historiar e fazer uma análise sociológica da realidade brasileira – elucidando traços culturais, a partir dos comportamentos e ações do povo brasileiro – traça um perfil psicológico destes, o qual explica muito a via e as relações sociais estabelecidas no País.

O Conjunto São Miguel, inserido no contexto sócio-cultural brasileiro, foi um campo rico para análise. Suas peculiaridades reforçam alguns conceitos e geram outros que ainda precisariam ser aprofundados. A implantação do Programa Pró-Moradia não foi acompanhada dos preceitos de uma política pública, no que se refere ao controle democrático, à transparência e à representação de interesse coletivo, inviabilizando a disseminação de valores ligados a uma cultura pública⁷³, o que combateria o autoritarismo e a cultura privatista.

A cultura privatista, conforme foi constatado neste trabalho, favorece que as políticas e os recursos públicos sejam utilizados ou apropriados para interesses privados, seja através dos proprietários da construção civil e dos aparatos governamentais e institucionais, seja através dos representantes políticos e daqueles designados representantes da comunidade, uma vez que ambos – representantes e comunidade – desconhecem o sentido da representação, desvirtuando os interesses coletivos em favor de interesses particulares. O mais grave é que esses representantes se utilizam dos programas e recursos das políticas públicas, em atendimento aos próprios interesses ou interesses de outros domínios privados, munindo-se de um discurso contrário ao que efetivamente realizam.

⁷³ Ver Raichelis, 2000.

O caos urbano hoje encontrado em todas as metrópoles brasileiras é produto dos sistemas político e econômico adotados no País. As políticas instituídas que objetivam minorar as questões sociais urbanas, resultantes desse caos, apesar de atenderem algumas famílias (muito menos do que se propõem) com a melhoria de suas condições materiais de vida, terminam por alimentar e fortalecer a cultura clientelista, paternalista, patrimonialista e personalista, conforme se observa nos dados obtidos na pesquisa de campo.

Como resultado visível nas cidades, além da permanência e do crescimento das más condições de moradia⁷⁴, a cidade individualista, expressando os interesses de cada morador, sem atentar para as necessidades coletivas dos espaços e lugares, multiplica-se em usos perversos desses espaços e lugares, tornando muitas vezes irreversíveis a degradação dos recursos ambientais e a degradação dos valores humanos e das relações entre as pessoas.

Em qualquer percurso realizado na cidade de Fortaleza, quando não limitado propositalmente às visitas e passeios turísticos, observa-se a manifestação das desigualdades sociais, em seus antagonismos paisagísticos, de favelas e de edifícios “majestosos” ou de grandes e ricas casas. No cotidiano, de quem mora e observa a paisagem, esse antagonismo é percebido caracterizando-se por um aumento diário de construção de grandes edifícios (cada vez maiores) e de construção de barracos e casebres, que também se verticalizam, localizando-se nas margens dos canais, dos córregos, dos rios e em algumas poucas áreas de dunas⁷⁵, sendo predominante as construções inacabadas e indefinidas nos seus desenhos arquitetônicos. Esses espaços, ao invés de loteados, são lotados ou superlotados.

Sem priorizar ou desprezar as análises sócio-históricas das desigualdades produzidas e reproduzidas nas construções da cidades, apoio-

⁷⁴ As políticas públicas votadas para as questões urbanas não acompanham nem de longe o aumento das carências de moradia, uma vez que esta tem uma relação direta com o aumento da concentração de renda e de sua consequência imediata de crescimento da pobreza e miséria.

⁷⁵ O apelo e crescimento do turismo litorâneo em Fortaleza tem substituído a ocupação indevida de barracos nas dunas por ocupações também indevidas de grandes prédios (flats, hotéis e apartamentos para veraneio).

me em Demo (2002) e na formulação do estudo de um outro patamar de análise, enraizado na busca da interdisciplinaridade, juntando a história e a evolução biológica, incluindo as dimensões da subjetividade e da cotidianidade. Esse parâmetro de análise, pretendido neste trabalho, não obedece a linearidade dos estudos que procuram causas e efeitos, mas circula dialeticamente em torno de questões inerentes à condição humana, existenciais e políticas, cujos processos interativos, dos seres entre si e com os espaços que ocupam, resultam em formas de agregação cooperativas e competitivas entre as pessoas, grupos e comunidades.

Foram nos espaços de moradia, lugares onde o cotidiano é vivido, que a pesquisa aqui desenvolvida foi alimentar-se de dados e de inspiração. As entrevistas, mesmo sendo orientadas por um roteiro, seguiram conduzidas por uma conversa, em que no momento inicial era explicado o objetivo da pesquisa e solicitada autorização para registro e gravação. As interrupções eram comuns: chegava ou saía alguém ou outra pessoa da casa respondia; os filhos, crianças e jovens, eram chamados, para algum corretivo ou para serem lembrados de algo, ou um bebê requeria cuidados dos pais.

Dentro das casas – nas moradias do Conjunto São Miguel – a vida seguia seu curso normal e por isso não se podia esperar um trabalho seqüencial, conforme foi planejado em roteiro. Afora as interrupções, alguns temas abordados na entrevista caíam no vazio, tocavam muito ou não tinham nenhuma ressonância. Ao chegar nas casas, eu era a “visita”, e como toda visita, na maioria das vezes, ficava na sala; em algumas, a entrevista era feita na entrada, espaço utilizado como varanda (ali a passagem de qualquer pessoa interrompia a conversa, pois era necessário ficar de pé e afastar a cadeira).

No término das entrevistas, movidos pelo tema, a casa era apresentada, era mostrada, revelando o lado concreto dos sonhos, de conquista ou de mudança, de ampliação ou melhoria. Com a permissão das famílias, fotografei alguns espaços internos. No interior das casas são revelados os usos e os afetos, os hábitos e as relações íntimas. A permanência

das famílias nos espaços da casa mostra como se processam os seus movimentos cotidianos e rotineiros. Percebe-se a priorização dos modos de viver, ligados à utilização do espaço doméstico e à estética, conforme se observa nas fotos (Anexo XII): são lugares para “se fixar” e para olhar. “Fixar” e “olhar” não são desejos sentidos restritos à casa.

A busca da estética foi comum nos depoimentos que mostravam o desejo de modificar o espaço do entorno, retirando a favela: a paisagem feia e desarrumada. Em reforço a esse desejo, que é sentido também por técnicos e compartilhado com as instituições, as ações governamentais, que se propõem a “retirar a favela”, cuidam da paisagem urbanística, colocando num plano secundário as soluções pensadas para as pessoas que constituem e vivem nesse espaço. Retirar e afastar a favela, na maioria das vezes, significa retirar e afastar as pessoas, sem a menor preocupação com a questão da moradia. Os projetos de urbanização de Fortaleza, implantados nos últimos anos, trataram de “afastar” as pessoas, sem ao menos saber para onde, substituindo moradias por asfaltos e indenizando as famílias.

O Conjunto São Miguel, com a urbanização, fez um recorte numa grande área de favela, contemplando um percentual significativo de moradores da área. As formas de acesso ao projeto, que deveriam priorizar a permanência dos moradores do local, foram em parte substituídas por outros meios de inserção de famílias de outros locais, não sendo adotados critérios para essa inserção. Mesmo que na modalidade de “urbanização de área”, regulamentada no Programa Pró-Moradia, esteja normatizado o atendimento da população local, a implantação do projeto assumiu outros direcionamentos, considerando interesses alheios aos objetivos do programa. Esses interesses são pactuados entre os agentes responsáveis pela implantação do programa e a população, respondendo aos valores impressos culturalmente no País, onde mesmo a população é co-responsável pelos desvirtuamentos dos programas, na medida em que também busca um favorecimento individual ou particular, em detrimento da coletividade ou do universo a ser contemplado.

Cabem então, aqui, questionamentos acerca da institucionalização desse programa ou, melhor dizendo, indagar se as instituições encarregadas de fazer cumprir as normas e diretrizes das políticas públicas assumem esse papel. Em resposta, percebe-se que as maiores perdas da construção histórica do Brasil em relação às políticas públicas foram e continuam sendo a ausência ou grandes falhas na criação de institucionalidade, em decorrência dos modelos patrimonialistas e clientelistas, culturalmente difundidos e arraigados nos valores do país, que se fazem sentir como formas personificadas de condução das instituições, no cotidiano de toda a sociedade. A perda de institucionalidade para as políticas públicas significa a impossibilidade de implementação dos programas, desvirtuamento dos seus objetivos, não-cumprimento de critérios, não-atendimento à população alvo dessas políticas, enfim, a má aplicação ou destinação incorreta dos recursos públicos.

Analisando a implantação do São Miguel, são percebidas as marcas divergentes da concepção do programa que o instituiu, pois a urbanização de uma área não pode deixar de considerar as necessidades “urbanas” da população atendida. O Conjunto São Miguel foi construído num lugar desprovido de equipamentos comunitários básicos e essenciais, como creches, escolas e postos de saúde, dificultando o acesso das famílias a esses serviços essenciais.

Com a perda dos princípios e diretrizes do programa, a responsabilidade institucional relativa à concepção e implantação de um projeto de urbanização fundamenta-se por um entendimento articulado pelos gestores governamentais e técnicos das instituições que decidem, operacionalizam e executam o programa no local. A crise do órgão executor do Estado, iniciado com a extinção da COHAB-CE, fez com que a urbanização e a implantação do Conjunto Habitacional sofresse vários cortes, traduzidos concretamente com as paralisações de obras e revelando também cortes nos processos documentais. Esses processos se distanciam da realidade, do que aconteceu na área.

Na análise documental, o entendimento dessa realidade é dificultado por contradições apresentadas em ofícios e relatórios, referentes inclusive às

datas de início e paralisação de obras e aos dados quantitativos, não tendo precisão os dados relacionados ao número de famílias que “saíram dos leitos das vias”, ao número de famílias da área que foram remanejadas para o conjunto e das que foram indenizadas, ao número de famílias que vieram de outros locais e quais os critérios de inserção no projeto. Foram verificados muitos documentos com dados vazios e inconsistentes, elaborados sem um estudo e pesquisa aprofundados da área e da população.

A exigência do trabalho de participação comunitária também não atendeu à normatização do programa, cuja execução deveria contemplar eixos de ações de mobilização e organização comunitária, educação sanitária e ambiental, geração de trabalho/renda e capacitação profissional. As ações ocorreram pontualmente, sendo intensificadas no período do trabalho em mutirão. Essas ações não garantiram a efetiva participação⁷⁶ comunitária.

O não-cumprimento dessa exigência normativa acarreta grandes prejuízos à implantação das políticas públicas, dentro dos fundamentos que ela própria regulamenta, e esses prejuízos passam a ser causas e conseqüências para o mau direcionamento das ações que se propõem à efetivação do programa. As perdas decorrentes entre o que se regulamenta como política pública e o que se implementa como ações dessa política estão na origem e são resultados da baixa capacidade de autonomia política da população, conjugadas à ausência ou desvirtuamento das instituições encarregadas de desenvolver essas políticas.

Também é obstáculo a ausência de representação⁷⁷ política no país, para os segmentos a serem atendidos pelos programas sociais e políticas públicas correspondentes. A construção da representatividade exige trabalhos de cunho educativo que ressignifiquem as ações dos representados e dos representantes, tornando ambos protagonistas, autônomos e capazes de exercitar esses papéis. Numa escala proporcional, iniciando onde os projetos são elaborados até a efetiva implantação, que se consolidaria no atendimento

⁷⁶ Ver conceitos de Demo (2001/2002).

⁷⁷ O que fundamenta e organiza a democracia instituída no País.

aos seus objetivos, constata-se na implantação do Conjunto São Miguel que a representação dos interesses da coletividade não teve espaços de expressão, no planejamento e execução do projeto.

A participação da população para a elaboração dos projetos técnicos de engenharia e social é fundamental, ou seja, é imprescindível planejar com as famílias o projeto da casa, da urbanização a ser implantada e o processo de organização e desenvolvimento comunitário. Por mais reduzidos que sejam os espaços internos da casa e por menores que sejam os recursos disponíveis para a urbanização, a imaginação e os planos de quem vai morar nesses lugares são capazes de construir além de paredes e tetos, além de vias e obras de saneamento.

A imaginação, os sonhos, os planos e projetos, pensados por quem vai ocupar os espaços de moradia, constroem vínculos dos moradores com esses espaços; geram e fortalecem atitudes voltadas para o cuidado e o zelo com esses lugares; favorece a criação de uma dimensão afetiva e exercita o poder de efetuar escolhas individuais e coletivas, uma vez que os projetos de urbanização devem contemplar a visão de uso coletivo dos espaços. Os sonhos e a imaginação dos moradores, pesquisados neste trabalho, restringem-se a uma situação de moradia já consolidada, através de um projeto homogêneo de habitação e de uma mínima infra-estrutura urbana construída, ambos planejados em laboratórios técnicos, desconsiderando as demandas, necessidades e desejos dos moradores, usuários permanentes desses espaços.

A construção na forma de mutirão ameniza a condição de alheamento do morador, enquanto ocupante de um lugar destinado para ele, onde seu poder de escolha em nenhum momento foi considerado. Mesmo com a exaustão do trabalho em mutirão, a imaginação e os sonhos foram minimamente exercitados no Conjunto São Miguel, desde a construção da casa modelo. Uma aproximação anterior à ocupação das casas, no trabalho do mutirão, propiciou ao morador sentimentos de conquista de um espaço a ser construído. Em que pese os argumentos que se contrapõem à realização do

mutirão para os segmentos mais pobres, alegando a sobrecarga de trabalho imposta a esses segmentos na construção de suas casas, vale constatar que não lhes resta outras opções, pois mesmo os financiamentos para baixa renda exclui a maioria das famílias, que nos processos de mutirão tornam-se aptas e integrantes. Além disso, concordo com as argumentações de que o trabalhador, ao construir sua casa, no processo de mutirão, acumula algo para si, minimizando o lucro, que seria obtido por parte dos proprietários da construção civil e dos agentes financeiros públicos e privados; lucro que já é extraído de sua força de trabalho no processo produtivo do sistema capitalista (Cf. Gohn, 1991: 171).

No Conjunto São Miguel, num determinado momento, o trabalho em mutirão e seu reflexo expresso pela conquista de um lugar para morar, identificou coletivamente as famílias participantes. Também os sonhos de melhorias e de ampliação das casas identificam os moradores, nas suas necessidades e desejos comuns, levando-os, no entanto, ao mundo da solidão, para o interior das casas, um mundo interior, tal como foi o primeiro sonho de construir os muros. As fotos do interior das casas, constantes no Anexo XII, mostram como o espaço privado reflete o universo da intimidade: o lugar da identidade reconhecida pelo morador (Cf. Ferrara⁷⁸, 1999). Nas fotos os moradores se mostram⁷⁹ e, através dos móveis e utensílios, indicam como são utilizados os cantos onde moram. A busca da estética, a arrumação ou o empilhamento revelam características individualizadas das famílias.

Mas esse reconhecimento “fotografado” precisa sair de dentro de casa, sair da individualidade e produzir uma identidade coletiva, uma vez que os códigos de valores e necessidades, relativos à segurança e conforto, tão reforçados nas imagens e nos depoimentos, extrapolam a casa. Os códigos de valores e necessidades somente podem ser assegurados para esse segmento social se fortalecida a identidade coletiva, com vistas à mobilização comunitária

⁷⁸ A autora em pesquisa, com metodologia denominada de “semiótica do espaço urbano”, utiliza fotos tiradas pelos moradores, dos lugares habitados por eles.

⁷⁹ Na maioria das fotos do interior da casa, as pessoas se colocaram para serem fotografadas. As que foram escolhidas para o Anexo XII foram exceções, pois nas demais fotos (que não foram colocadas neste trabalho) as imagens das pessoas ficaram em destaque.

na consolidação desses valores e na reivindicação de direitos que garantam o atendimento dessas necessidades.

Os sonhos comuns e a vida concreta nos lugares podem unir propósitos e lutas, formular ações coletivas e fortalecer sentimentos de grupos e de comunidades. Isso requer um trabalho de educação popular⁸⁰ que se volte também para a valorização dos aspectos da subjetividade e da intersubjetividade, que se norteie para a descoberta do interior das casas e das pessoas, dos grupos e das comunidades, no sentido de desvendar para os próprios moradores suas percepções acerca desses espaços, unindo os sonhos, os valores, os usos e os hábitos, identificando identidades coletivas, a partir do reconhecimento de cada pessoa e família.

Enfim, o trabalho comunitário precisa exercitar o desvendamento tanto das questões objetivas, referentes às condições materiais de vida, como das subjetividades e intersubjetividades, para construir junto com as comunidades sonhos, propósitos e finalidades comuns, com vistas ao estabelecimento de regras de convivência e à criação de vínculos entre as pessoas e dessas com o lugar. As regras e normas estabelecidas com rigidez, em qualquer agrupamento humano, têm vida útil curta ou servem a um fim específico. O processo de organização comunitária vai além, pois sua essência se solidifica na criação de uma identidade coletiva.

A conquista de um espaço para morar, restrito à casa, revela que este é um lugar de domínio, de conhecimento e reconhecimento. Esse mesmo domínio precisa ser estendido ao espaço urbano, ao uso coletivo das ruas, calçadas, serviços e equipamentos públicos. A Cidade que alguns planejam e dominam – enquanto a maioria não se sente filiada, não sonha nem planeja⁸¹ ou sequer tem possibilidade de vivenciá-la, ocupando e utilizando

⁸⁰ O trabalho de educação popular, aqui mencionado, tem por base os estudos de Paulo Freire, que se apóia no “...esforço de propor aos indivíduos dimensões significativas de sua realidade, cuja análise crítica lhes possibilite reconhecer a interação de suas partes” (1987: 96).

⁸¹ Conforme foi visto no primeiro capítulo, o planejamento urbano legislado pelo Estatuto da Cidade coloca como exigência a participação popular, também hoje regulamentada pela Resolução 25 do Conselho das Cidades, de 18 de março de 2005, que orienta sobre os requisitos mínimos para a efetiva participação popular, nos processos de participação dos planos diretores (Diário Oficial da União, 30/03/2005).

espaços e serviços – é tratada como a cidade dos outros, que não identifica e não é identificada por seus moradores; não cuida e não é cuidada, podendo também ser destruída.

O distanciamento dos planos e sonhos para os espaços coletivos gera a passividade, que se revela em atitudes de irresponsabilidade individual e coletiva com o Bairro e a Cidade. A vida dos moradores é marcada pela espera de soluções mágicas, o que favorece o surgimento daqueles que se auto-intitulam líderes ou representantes e fazem valer os legados culturais autoritários e paternalistas. A necessidade do estabelecimento de normas, por parte de alguém ou de um poder autoritário, parece traduzir uma ordem para a vida coletiva ou uma ordem limitante no âmbito da individualidade. Entretanto, a aceitação e submissão ao paternalismo e autoritarismo retiram das pessoas o poder de realizar e decidir, deixando-as distantes de sua própria realidade, de suas histórias individuais e das histórias dos lugares onde viveram e onde moram.

Portanto, não se trata de estabelecer metas e dotar de normas os sistemas políticos, econômicos e institucionais que são legalizados para as cidades. Trata-se de compreender toda uma coletividade, complexa e diferenciada, onde está presente uma pequena facção que pensa e decide os rumos da cidade e outra que representa a maioria da população da Cidade que apenas vive, com o que tem ou com o que resta dos que têm. O caos urbano urgencia que a compreensão da realidade dos moradores de um local, seja apropriada por eles próprios, onde as histórias de cada um e do coletivo tornem os habitantes protagonistas dos lugares onde vivem.

O reconhecimento da história de cada morador nos espaços da casa, do Bairro e da Cidade, reconstrói os significados e liga os moradores a uma complexidade da vida que se processa nesses espaços, individualmente e coletivamente. Trata-se de aproximá-los da sua própria história, relacionada à história do lugar. E essas histórias construídas nos lugares trazem o reconhecimento da coexistência e da vida coletiva, através da proximidade, da vizinhança e da identificação de necessidades e desejos comuns, ou, por outro

lado, dos confrontos e conflitos instalados, que também precisam ser reconhecidos e superados.

A reconstrução das histórias das pessoas nos lugares onde elas viveram une pedaços das histórias individuais e dos grupos que viveram nesses lugares. As imagens dos lugares de moradias do passado trazem para o presente um reconhecimento da história, que carrega em si as condições materiais, os sentimentos e os afetos, podendo ser percebida e sentida numa cronologia, onde o mais importante não é o tempo, mas são os fatos marcantes da vida, que enraíza valores e forma as identidades individuais e dos grupos.

No que se refere às histórias das famílias nas moradias anteriores, pesquisadas no Conjunto São Miguel, uma parte das pessoas consegue recompor integralmente sua história, algumas apenas ressaltam acontecimentos que julgam importantes e outras não conseguem lembrar de alguns lugares ou passagens de sua existência. Todas, no entanto, apresentam leituras da vida, no seu referencial mais íntimo de família e nas referências da vida social do local, restrita a um sítio ou uma rua, ou abrangendo um Bairro ou uma Cidade. O que é unânime nessas leituras é a falta de conexão entre os fatos relatados e as condições econômicas e sociais que impõem esses fatos e tornam homogênea a situação de pobreza dessas famílias. A ausência de uma visão crítica da sociedade e a falta de consciência política está presente em todos os depoimentos.

Em relação ao lugar atual do Conjunto São Miguel, os moradores também não têm a consciência e a visão crítica da realidade, restringindo a possibilidade de se efetuar uma leitura que contemple as demandas da comunidade, uma vez que as necessidades de sobrevivência de cada um dos moradores individualiza as ações voltadas em favor de cada um. Dessa forma, os interesses coletivos não são percebidos. A Sociedade Comunitária de Habitação Popular – SChP, formada para implantação do projeto já conta com o segundo mandato, no qual a presidente não reside no Conjunto e, portanto, não compartilha com as necessidades coletivas sentidas pelos moradores.

Isso não quer dizer que a proximidade ou a ocupação de um espaço contíguo por si só gere uma identidade coletiva. As questões relacionadas aos vínculos afetivos, que impulsionam a união e a vontade de compartilhar são fundamentais. No último capítulo, foram tratados os assuntos referentes à habitação como fonte de convivência, onde estão presentes os vínculos afetivos e conflituosos. O que está sendo defendido neste trabalho é a necessidade do surgimento de espaços de expressão tanto dos afetos, quanto dos conflitos, pois a não-possibilidade de expressão desses sentimentos causam distanciamento, propiciam a neutralidade afetiva, desfazendo-se os elos que agregam as pessoas e a comunidade, e, por fim, impossibilitando a criação de uma identidade coletiva.

Nesse sentido, o que vem em primeiro lugar é a necessidade de descobrir o potencial de construção da identidade coletiva. No Conjunto São Miguel, as histórias de vida, relacionadas aos espaços de moradias anteriores e atuais, apontam para a possibilidade de descoberta e de auto-descoberta desse potencial, por parte dos moradores do Conjunto. Constata-se que para construção da identidade coletiva, baseando-se nos relatos das histórias das pessoas nos espaços de moradia, percebe-se que muitos valores e crenças arraigados e difundidos na sociedade brasileira e na comunidade precisam ser desconstruídos.

Os valores, enquanto construções genéricas da humanidade, que constroem os significados da moradia, envolvem os diversos agentes (governos, instituições, técnicos e população) que lidam com as políticas públicas voltadas para a questão. Esses valores estão presos à questão da propriedade, que subordina os valores humanos e sociais aos valores do mercado. E, nesse sentido, mesmo os trabalhos de participação comunitária, desenvolvidos nos programas emanados das políticas públicas de moradia, direcionam as ações na perspectiva dos valores do mercado e da propriedade.

Neste trabalho, verificou-se a necessidade de mais estudos e investigações acerca dos aspectos relativos à convivência humana e aos vínculos estabelecidos entre os moradores e destes com o local de moradia

(Conjunto, Bairro e Cidade). Um dado já visto em outros estudos e constatado no Conjunto São Miguel é a presença de muitas relações conflituosas, que muitas vezes encontram espaços de expressão em brigas destrutivas de coisas e pessoas, no desrespeito aos outros e na violência, que furta, rouba e agride.

Dois aspectos, relacionados à questão da violência, foram constatados no trabalho de campo: a diminuição de assaltos e roubos com a urbanização de um pequeno trecho da favela e a ociosidade entre os jovens. Ambos os aspectos foram confirmados nas entrevistas. Os depoimentos das mães e avós relatam que não existe ocupação para os jovens⁸² (filhos e netos): alguns são estudantes e outros estão em busca de emprego. A relação entre a violência e a ociosidade dos jovens é um dado que precisa ser aprofundado.

Os estudos referentes à convivência humana e aos vínculos com o local de moradia podem enriquecer conteúdos, métodos e técnicas, voltados para os trabalhos de participação e desenvolvimento comunitário. Os princípios norteadores do trabalho coletivo devem ser orientados pelos processos de educação popular, submetidos aos aspectos da inteireza humana, unindo a racionalidade e a subjetividade – pensamentos, atitudes, valores, sentimentos e ações – em favor de transformações humanas que resultem na possibilidade de sentir, pensar e agir, objetivando construir um espaço de moradia, enquanto um espaço de vida, um lugar capaz de acolher e de produzir relações saudáveis, que suscitem processos de evolução humana.

O aprofundamento dessas questões e as ações resultantes do trabalho comunitário podem elucidar e favorecer outras escolhas para os grupos humanos trabalhados. Não se trata aqui de ignorar as forças do poder econômico e do sistema que o mantém, mas de possibilitar o conhecimento relativo à ligação dessas forças com o cotidiano sentido e vivido, principalmente por parte dos segmentos sociais mais desfavorecidos.

Como última questão, que precisa ser aprofundada em trabalhos posteriores, relacionada à construção das identidades individual e coletiva nos

⁸² Conforme já visto, o local é desprovido de equipamentos comunitários e, portanto, para a faixa etária jovem não são oferecidas atividades culturais, esportivas e artísticas.

espaços de moradia, coloca-se a necessidade da existência de espaços. Neste trabalho, foram vistos os aspectos relativos à redução dos espaços no interior das casas, à ausência de espaços coletivos (serviços e equipamentos públicos) e à ausência de espaços de expressão e de sentimentos (estes últimos poderiam ser viabilizados no desenvolvimento dos processos de participação comunitária). Trata-se de espaços concretos (físicos) de vida e de expressão das subjetividades e intersubjetividades.

A densidade dos espaços urbanos (mais de 80% da população vivendo nas cidades) é algo a ser aprofundado para além da perspectiva de identificação das causas e conseqüências. Já se conta com estudos sobre as migrações, sobre os atrativos econômicos e de possibilidade de trabalho nas grandes cidades, assim como as desigualdades sociais e a pobreza, que aglomera e retira de muitas famílias as condições mínimas de moradia. Essas questões estruturais não podem ser desconsideradas em qualquer estudo. Porém, as transformações urgentes e imprescindíveis para o enfrentamento do caos urbano exigem o envolvimento das pessoas, que vivem nas cidades. É necessário um mergulho maior acerca de como é o cotidiano das famílias desprovidas dos espaços necessários para viver, como sentem e como se relacionam com os outros, na família, na vizinhança, nos logradouros e equipamentos públicos, no Bairro e na Cidade.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Antonio Luiz M. **A casa e o universo da intimidade.** Disponível em <www.arqbr.org.br>. Acesso em outubro/2003.

ASSARÉ, Patativa do. **Cante lá que eu canto cá: filosofia de um trovador nordestino.** 7ª edição. Petrópolis, 1978.

BACHELARD, Gaston. **A Poética do Espaço.** Tradução de Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BARROCO, Maria Lúcia. **Os fundamentos sócio-históricos da ética.** Reprodução social, trabalho e serviço social. Módulo 02 Programa de capacitação continuada para Assistentes Sociais. CFESS – ABEPSS – CEAD/NED – UnB, Brasília, 1999.

BIRD – BANCO INTERAMERICANO PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO (BANCO MUNDIAL). Modelo Industrializante na Berlinda. **Jornal O POVO**, Fortaleza, 11 jul 1999, p. 6E e 7E.

BLANK, Gilda. **O Setor Habitacional no Brasil.** Curso de Gestão Integrada Urbana e Municipal. Brasília: Escola de Administração Fazendária – Ministério da Fazenda, 2000.

BRAGA, Rubem. **A cidade e a roça.** Rio de Janeiro: Editora Sabiá, 1957.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Programa de atendimento habitacional através do Poder Público: PRÓ-MORADIA.** Manuais Normativos SA 018. Abril/2004.

_____. **Processos do Contrato PRÓ-MORADIA do Empreendimento “Urbanização de áreas do Conjunto São Miguel” e outros:** Volumes Técnicos e Operacionais, de 1998 a 2005.

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade. A era da informação:** economia, sociedade e cultura. Volume 2. 3ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CEMIN, Arneide. **Bachelard – Imaginário e Modernidade: Ciência e Imaginação**. Fundação Universidade Federal de Rondônia. Disponível em <www.unir.br>. Acesso em setembro/2003.

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. **Onde Moras?** Manual da Campanha da Fraternidade. São Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco: 1993.

DAMATTA, Roberto. **A Casa & A Rua: Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil**. 6ª edição. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DEMO, Pedro. **Participação É Conquista**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Introdução à Sociologia: Complexidade, Interdisciplinaridade e Desigualdade Social**. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. **República Federativa do Brasil. Resolução nº 25 de 18 de março de 2005**. DOU Seção 1, Edição Nº 60 Pag. 102. Imprensa Nacional, 30/03/2005.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO. **Poder Executivo: Lei nº 13.189**. Editoração SEAD/CE, 04 de janeiro de 2002.

ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DA SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ. **Alguns dados sobre a situação habitacional em Fortaleza**. Fortaleza: Disponível em <www.esp.ce.gov.br>. Acesso em 03/03/2004.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Natureza e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil**. Política Social. Módulo 03 Programa de Capacitação continuada para Assistentes Sociais. CFESS – ABEPSS – CEAD/NED – UnB, Brasília, 2000.

FERRARA, Lucrecia D'Alessio. **Olhar Periférico**. 2ª edição. São Paulo: Edusp, 1999.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: Teoria e prática da libertação. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Editora Moraes Ltda, 1980.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 37ª edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e luta pela moradia**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

_____. **Classes Sociais e Movimentos Sociais.** Reprodução social, trabalho e serviço social. Módulo 02 Programa de capacitação continuada para Assistentes Sociais. CFESS – ABEPSS – CEAD/NED – UnB, Brasília, 1999.

GRAZIA, De Grazia. **Estatuto da Cidade: uma longa história com vitórias e derrotas.** In: OSORIO, Letícia Marques (Org.). Estatuto da Cidade e Reforma Urbana: Novas Perspectivas para as Cidades Brasileiras. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 6ª edição. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 26ª ed. – São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO CIDADANIA. **Projeto Moradia.** Programa do Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Disponível em <www.icidadania.org.br>. Acesso em novembro/2002.

_____. **Projeto Fome Zero (versão 3).** São Paulo: Disponível em <www.icidadania.org.br>. Acesso em fevereiro/2003.

IPLANCE. **Anuário Estatístico do Ceará – 2001.** Fortaleza. Edições Iplance, 2002.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza.** 2ª edição. São Paulo. Annablume, 2003.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana.** Rio de Janeiro: paz e Terra, 1979.

LUCENA, Célia. **História e memória: lembranças da cidade ardente.** In: SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von (Org.). Tempo e espaço nas imagens das lembranças. São Paulo: Ed. Unicamp, 1999.

MAGALHÃES, Maria Cristina Rios (org.). **Na Sombra da Cidade. Ensaio:** Subjetividade e urbanização. São Paulo. Editora Escuta Ltda, 1995.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades:** alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARX, Karl. **Sociologia.** Organização de Octávio Ianni. 4ª Edição. São Paulo: Editora Ática, 1984 (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

_____. **Contribuição para a Crítica da Economia Política.** Tradução de Maria Helena Barreiro Alves. São Paulo: Edições Mandacaru Ltda, 1989.

MATOS, Ana Maria e NETO, Adelita. Oportunidade e Miséria nos Bairros de Fortaleza. **Scripta Nova. Revista electrónica de geografia y ciencias sociales.** Barcelona: Universidade de Barcelona. 2003. <<http://www.ub.es/geocit>>. Acesso em março/2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa qualitativa em Saúde.** Rio de Janeiro: Editora Hucitec-Abrasco, 1996.

_____. **Pesquisa Social: Teoria Método e Criatividade.** 15ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Conferência Nacional das Cidades.** Brasília: Disponível em <www.cidades.gov.br>. Acesso em 01/11/2004.

_____. **Política Nacional de Habitação.** Cadernos MCidades Habitação nº 4. Novembro de 2004.

MORIN, Edgar. **O método 5. A humanidade da humanidade:** A identidade humana. 2ª edição. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Editora Sulina, 2003.

NASCIMENTO, Alcides. **História e memória: lembranças da cidade ardente.** In: SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von (Org.). Os desafios contemporâneos da História. São Paulo: Ed. Unicamp, 1999.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras de. **Estatuto da Cidade.** Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001.

PAULA, Maria Bernadete Gonçalves de. **O conceito de alteridade em Emanuel Levinas.** In ANAIS DO IV ENCONTRO DE PESQUISADORES. Fortaleza: UECE, 1998.

PESSOA, Fernando. **Poesia de todos os tempos. Poemas.** Seleção e Organização de Cleonice Berardinelli. 12ª impressão. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

PMF (Prefeitura Municipal de Fortaleza). **PDDU-FOR. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano.** Fortaleza, 1992.

RACINE, Jean Bernard. **La ville entre Dieu et les hommes** (Entre o Paradigma Crítico e as Visões Humanistas). Tradução Livre de Zenilde Baima Amora. Paris. Presses Bibliques Universitaires et Anthropos, 1993.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social: caminhos da construção democrática.** São Paulo: Cortez Editora, 1998.

_____. **Desafios da gestão democrática das políticas sociais.** Política Social. Módulo 03 Programa de Capacitação para Assistentes Sociais. CFESS–ABEPSS–CEAD/NED–UnB, Brasília, 2000.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social e discursos sobre a economia política.** Tradução de Márcio Pugliesi e Norberto de Paula Lima. São Paulo: Hemus, [19-].

SAKAMOTO, Leonardo. À Procura de um Teto. **Revista Problemas Brasileiros**, n.340, jul/ago. 2000.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado.** 4ª edição. São Paulo: Hucitec, 1988.

SARTI, Cyntia A. **O valor da família para os pobres.** In: RIBEIRO, Ivete (Org.). Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira. São Paulo: Edições Loyola, 199-?.

SECCO, Lincoln. **Carlos Nelson Coutinho & Norberto Bobbio.** Revista Gramsci e o Brasil. Disponível em <www.artnet.com.br>. Acesso em maio/2004.

SILVA, José Borzachiello da. **Os incomodados não se retiram: Fortaleza em questão.** Fortaleza: Multigraf Editora, 1992.

_____. **Nas trilhas da Cidade.** Fortaleza: Museu do Ceará / Secretaria de Cultura e Desporto do Ceará, 2001 (Coleção Outras Histórias).

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Refletindo a Pesquisa Participante no Brasil e na América Latina.** São Paulo: Cortez, 1986.

SIMMEL, Georg. **Sociologia.** Organização de Evaristo de Moraes Filho. São Paulo: Editora Ática, 1983 (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von (Org.). **Os desafios contemporâneos da História.** São Paulo: Ed. Unicamp, 1999.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de Comunidade e Participação.** 5ª edição. São Paulo: Cortez, 1996.

TUAN, Yi-fu. **Espaço e Lugar.** São Paulo: DIFEL, 1983.

VELHO, Gilberto. **Família e subjetividade.** In: Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade. Espaço e tempo, 199?.

ANEXOS

ANEXO I

ROTEIRO DE ENTREVISTA

ENDEREÇO:

PESQUISADO:

Nº PESSOAS/CASA:

COMPONENTE DA FAMÍLIA:

QUE M TRABALHA/ONDE:

SOBRE A VIDA NOS ESPAÇOS

Você lembra da casa e do lugar onde nasceu ou que morou quando era criança? Como era essa casa e esse lugar?

Quais os lugares que você já morou? Como eram esses lugares? Como foi mudar de casa e de lugar?

E como foi a vinda para este conjunto (pesquisa forma de acesso à política pública)? Como foi a mudança para esta casa e para este lugar? O que se modificou na sua vida e na vida de sua família? O que melhorou ou dificultou?

Como você se sente morando aqui? Compare os sentimentos que você tem agora em relação a esta casa com outras épocas da sua vida, em outras casas.

SOBRE A CASA

Qual o lugar, cômodo ou canto, dentro de casa, que você mais fica? Por quê? Quais os lugares, cômodos ou cantos, que você mais gosta (aqueles que você se sente melhor)? Por quê? Quais os lugares, cômodos ou cantos, que você não gosta? Por quê?

Do que você mais cuida em casa: das pessoas (crianças, jovens, adultos ou idosos), da limpeza, da organização/arrumação, de plantas, de bichinhos de estimação, etc.?

No seu dia-a-dia, você gosta mais de ficar dentro de casa ou em outros espaços (na calçada, no quintal, na vizinhança, no trabalho, na casa de parentes e amigos, etc.)? Você se encontra com alguém nesses outros espaços?

Se você pudesse mudar esta casa ou mudar para outra casa, como você gostaria que fosse essa casa?

SOBRE O CONJUNTO

O que você acha deste Conjunto (o que você gosta e o que não gosta)? O que existe de bom e o que falta aqui? Como é viver aqui? O que mudou no Conjunto da época de quando você chegou aqui até hoje? Quais os acontecimentos importantes que marcaram a vida do Conjunto?

Como você se sente em relação aos outros moradores do Conjunto? O que mudou quando chegaram outras pessoas para morar aqui? E o que mudou quando saíram pessoas que já moravam no Conjunto?

Como você desejaria que fosse o Conjunto? O que você pode fazer para que ele seja do jeito que você deseja? Você pode fazer isso sozinho ou precisa dos outros moradores?

SOBRE O BAIRRO E A CIDADE

O que você sabe sobre este Bairro? E sobre a Cidade de Fortaleza? Como é sua vida no Bairro e nesta Cidade (se for o caso, comparar com outros Bairros e Cidades que morou?)

O que existe de bom e o que falta neste Bairro? E na Cidade? Pensando como estão hoje o Bairro e a Cidade, como você imagina que eles serão no futuro?

O que precisa mudar no Bairro? E na Cidade? O que você pode fazer em favor dessas mudanças? Você poderia fazer essas mudanças sozinho ou precisaria que os outros moradores lhe ajudassem?

SIGNIFICANDO

O que é para você uma “Moradia digna”?

Descreva a morada dos seus sonhos?

ANEXO II

Instrumentos de Indução do Desenvolvimento Urbano.

(Induzem o uso e a ocupação do solo urbano, com justiça social)

Parcelamento, edificação ou utilização compulsórios – Nas áreas sub-utilizadas, onde há infra-estrutura ociosa e demanda para sua utilização, esse mecanismo induz a urbanização ou edificação compulsória. É considerado sub-utilizado o imóvel cujo aproveitamento seja inferior ao mínimo definido no plano diretor. Através de lei municipal específica serão fixadas as condições e os prazos para implementação.

IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) progressivo no tempo – O não-atendimento, por parte dos proprietários, da notificação para parcelamento, edificação ou utilização compulsórios induz ao IPTU progressivo. A ideia central é desestimular os proprietários de terrenos, cuja ociosidade ou mau aproveitamento acarrete prejuízos à sociedade, aplicando tributo de valor crescente, ano a ano, mediante elevação da alíquota pelo prazo de cinco anos consecutivos, podendo esta duplicar a cada ano, atingindo no máximo 15% do valor do imóvel.

Desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública – O poder público municipal poderá desapropriar o imóvel, depois de decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo no tempo, sendo-lhe obrigatório dar ao terreno ocioso a destinação prevista no plano diretor, no prazo de cinco anos, o que poderá ser feito diretamente ou por alienação ou concessão a terceiros.

Consórcio imobiliário – Acordo em que a prefeitura edifica e urbaniza o terreno ocioso particular, entregando lotes ou apartamentos de valor equivalente ao imóvel original ao proprietário.

Outorga onerosa do direito de construir e alteração de uso – Nas áreas em que houver possibilidade de adensamento, poderá ser cobrada contrapartida para ampliação de índices urbanísticos ou alteração de uso do solo, devendo ser sempre respeitados os limites máximos de construção estabelecidos no plano diretor, de acordo com a infra-estrutura existente.

Direito de superfície – Direito de utilização do solo, sub-solo ou o espaço aéreo que o proprietário de terreno urbano concede a outro particular, recebendo em troca a benfeitoria ao término do contrato.

Transferência do direito de construir – Possibilidade conferida ao proprietário de imóvel, através de Lei Municipal, para exercer em outro local ou alienar, o direito de construir, previsto nas normas urbanísticas, e por ele ainda não exercido. Esse direito somente poderá ser aplicado quando o imóvel for considerado necessário para fins de: implantação de equipamentos urbanos e comunitários; preservação, quando o imóvel for considerado de interesse histórico, ambiental, paisagístico, social ou cultural; desenvolvimento de programas de regularização fundiária, urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda e para construção de HIS (Habitação de Interesse Social).

Operações urbanas consorciadas – Parceria entre o poder público e a iniciativa privada pela qual esta contribui para a implantação de obras públicas, em troca

da ampliação de índices urbanísticos em determinada área. Poderão ser vendidos em leilão certificados de potencial adicional de construção. O plano de operação urbana consorciada deverá ser estabelecida através de lei específica e de acordo com o plano diretor, o qual definirá a área a ser atingida.

Direito de preempção – O poder público municipal tem a preferência para a compra de imóvel urbano, no momento de sua venda, respeitado seu valor no mercado imobiliário, e antes que o imóvel de interesse do município seja comercializado entre particulares. As áreas onde incidirão a preempção serão delimitadas através de lei municipal, tendo como base o plano diretor.

Instrumentos de Regularização das Posses Urbanas.

(Propõem regularização de áreas ocupadas informalmente ou irregularmente)

- 2.1 Usucapião urbano individual e coletivo – Aquisição de domínio, através de ação judicial, para aquele que possuir área ou edificação urbana de até 250 metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, e que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural. No caso de áreas muito adensadas, onde não for possível identificar os terrenos ocupados, por cada possuidor, poderá incidir o usucapião coletivo, desde que os possuidores também não sejam proprietários de outro imóvel urbano ou rural. Nesse caso, o morador terá direito a uma fração ideal de terreno, formando um condomínio das famílias titulares da ação judicial.
- 2.2 Concessão de uso especial para fins de moradia (previsto no Estatuto e editado pela Medida Provisória nº 2.220/2001) – Regularização de terrenos clandestinos e irregulares, utilizada para prevenir a ilegalidade fundiária, com instrumentos de regulação, através do plano diretor, código de edificação e posturas e lei de parcelamento.
- 2.3 Previsão de ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social) – Perímetro dentro da área urbanizada e provida de infra-estrutura no interior dos quais os padrões da urbanização são diferentes daqueles que existem no restante da cidade. Podem ser públicas ou ocupadas por população de baixa renda, onde há interesse do poder público de promover a urbanização ou regularização fundiária, sendo destinadas prioritariamente para habitações de interesse social.

3. Instrumentos de Gestão Democrática da Cidade.

(Possibilitam a participação dos cidadãos nas decisões relativas à Cidade)

- 3.1 Conselhos de Habitação e Desenvolvimento Urbano – São órgãos colegiados, com representação do poder público e da sociedade civil, que permitem participação direta na construção, acompanhamento e fiscalização da política urbana. Para instaurar um conselho é necessário definir atribuições e garantir sua composição com diferentes setores envolvidos.

- 3.2 Conferências da Cidade – São grandes e periódicos encontros a serem realizados nos três níveis (Municipal, Estadual e Nacional), que têm por objetivo a discussão dos problemas urbanos, envolvendo poder público e sociedade na formulação de políticas de desenvolvimento urbano e no estabelecimento de pactos.
- 3.3 Audiências e Debates Públicos – Eventos que podem ser convocados pela Câmara Municipal ou pelo Executivo e que se destinam à apresentação de temas de interesse coletivo da cidade.
- 3.4 Estudos de Impacto de Vizinhança (EIV) – Lei Municipal que definirá quais os empreendimentos e atividades privados ou públicos a serem estabelecidos ou ampliados em área urbana. Os locais e empreendimentos dependerão de elaboração de estudo prévio de impacto de vizinhança, para obter as licenças ou autorizações de construção, ampliação, ou funcionamento. O estudo destina-se à análise relativa ao aumento da população na vizinhança, à capacidade e existência dos equipamentos urbanos e comunitários, ao uso e ocupação do solo no entorno, ao tráfego gerado e demanda por transporte público, à condição de ventilação e de iluminação, as conseqüências para paisagem e implicações no patrimônio natural e cultural. O EIV não substitui o EIA (Estudo de Impacto Ambiental).
- 3.5 Orçamento Participativo – Realização de assembléias que têm por objetivo definir a participação da população nas decisões relativas aos gastos públicos. Devem ocorrer em diferentes regiões da Cidade, nas quais são escolhidas as prioridades e são eleitos os delegados, que votarão e decidirão em assembléias onde serão aplicados os recursos públicos, através de projeto de lei do orçamento público do ano seguinte.
- 3.6 Iniciativa Popular de projetos de lei – Proposição de planos, projetos ou alterações na legislação de iniciativas da população. Um projeto de iniciativa popular deve reunir um grande número de assinaturas (definido em lei pelo Município) e votado normalmente na câmara.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)